



OCEANO AZUL
fundação

RELATÓRIO E CONTAS **2022**







Do ponto de vista do oceano

Restaurar e manter a saúde e a produtividade dos oceanos, em benefício da vida no planeta.

Um oceano saudável pode coexistir com o desenvolvimento humano.

Temos de salvar o que resta, recuperar o que se perdeu e construir uma bioeconomia inclusiva, sustentável e que assegure uma descarbonização efetiva.



7	CARTA DO FUNDADOR
9	LIDERAR PELA AÇÃO
10	VISÃO E MISSÃO
12	A FUNDAÇÃO OCEANO AZUL EM 5 ANOS
14	TRÊS EIXOS DE AÇÃO
15	O NOSSO MODELO DE MUDANÇA
17	UM ANO PARA CELEBRAR
19	O ANO EM REVISTA
20	2022 EM RELANCE
22	2022 MÊS A MÊS
27	A AÇÃO DA FUNDAÇÃO EM 2022
27	GERAÇÃO AZUL
37	CAPITAL NATURAL AZUL
71	REDE AZUL
84	SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO
87	OCEANÁRIO DE LISBOA
90	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
96	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
98	UM OLHAR SOBRE O NOVO ANO
99	PERSPETIVAS PARA 2023
101	ORGÃOS SOCIAIS
102	NOTA FINAL E AGRADECIMENTOS
105	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXO
171	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E ANEXO
223	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
233	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL





CARTA DO FUNDADOR

As alterações climáticas, o aquecimento global, a sobre-exploração dos recursos, a acidificação, a desoxigenação, entre outros tantos fenómenos a que assistimos nas últimas décadas, estão a ameaçar o oceano e a manutenção da nossa vida na terra.

É tempo de reconhecer o oceano como um ecossistema vivo a que todos pertencemos e de que dependemos.

A Fundação Oceano Azul foi constituída como forma de concretizar e materializar uma ação efetiva na defesa da sustentabilidade ambiental, tendo como principal objetivo a preservação do oceano.

“Do ponto de vista do oceano”, iniciámos um caminho sustentado em ações concretas para a sua conservação, baseado no conhecimento científico, promovendo a educação das novas gerações, a valorização do capital natural e construindo uma importante rede de parceiros à escala global e nas mais diversas áreas de atuação.

Sabemos que é através do esforço conjunto, de pessoas e instituições de todo o mundo, com as quais partilhamos a nossa visão, que podemos contribuir para que os governos e a sociedade civil concretizem e aumentem a sua ambição no que respeita à sustentabilidade ambiental.

E se é verdade que o tema do oceano está cada vez mais presente na agenda internacional, as ações que são necessárias tomar continuam a tardar.

Falamos na criação de mais áreas marinhas protegidas, na recuperação de espécies em vias de extinção, na busca de soluções para a poluição por resíduos plásticos, no combate aos métodos de pesca destrutiva e às indústrias extrativas, e noutras muitas urgências com que o oceano se depara.

Cada ação conta, mesmo que pequena, e acreditamos que é possível a preservação da natureza e um desenvolvimento harmonioso e consciente.

Por isso, na Fundação Oceano Azul, procuramos mobilizar pela concretização de ações, agimos para materializar as palavras em resultados efetivos e convocamos todos para a incontornável mudança que é necessário promover.

Temos consciência do muito que há a fazer para proteger o oceano e a vida.

O tempo urge, mas, com o contributo de todos, vamos conseguir.

Só assim faz sentido construir o futuro.

Acompanhe-nos nesta missão!

José Soares dos Santos
Presidente



LIDERAR PELA AÇÃO

VISÃO

Um oceano saudável
é essencial para
o desenvolvimento
da humanidade.



MISSÃO

Contribuir para um oceano saudável e produtivo, em benefício do nosso planeta.



An underwater photograph showing a diver in the center, surrounded by a massive, dense school of small fish. The scene is bathed in a deep blue-green light, creating a dramatic and ethereal atmosphere. The fish form a thick, swirling mass around the diver, who appears to be observing them. The background shows the dark, silty water of the ocean.

A FUNDAÇÃO
OCEANO AZUL
EM 5 ANOS

- 
- An underwater photograph showing a large school of small fish swimming in clear blue water. In the foreground, there is a dark, silhouetted coral reef structure. The lighting is bright, creating a vibrant blue hue throughout the scene.
- | Desenvolvimento de relações fortes com parceiros com interesses comuns, de forma a criar mudanças reais, tanto nas políticas públicas, como no terreno, através da promoção de Áreas Marinhas Protegidas em Portugal Continental, nomeadamente no Algarve, mas também na Macaronésia (Açores, Madeira – Ilhas Selvagens).
 - | Criação de um modelo de educação inovador que inclui conteúdos relacionados com o oceano no currículo do ensino primário português, ao dotar os professores com as ferramentas necessárias para educar uma nova geração azul (com idades entre os 5 - 11 anos).
 - | Promoção da mudança através do apoio a startups de biotecnologia azul e redes empresariais que dissociam a produção de matérias-primas da exploração de recursos naturais, contribuindo para a descarbonização da nossa economia global.
 - | Promoção, reunião e apoio a diversos agentes, para promoção de ações coletivas, incentivando os decisores a tomarem posições mais consistentes e ambiciosas na governação global do oceano.
 - | Colaboração com vários governos, bem como com organizações intergovernamentais (Nações Unidas, Comissão Europeia), para reforçar a necessidade de tomada de decisões da agenda multilateral do oceano, que sejam informadas e baseadas na ciência e que permitam encontrar soluções para os problemas que o oceano enfrenta.
 - | Promoção de discussões ao estilo think tank sobre questões fundamentais como onexo oceano-clima, bem como a interface entre a conservação do oceano e uma economia azul sustentável, i.e., o capital natural azul.
 - | Apoio e subsídios a projetos de conservação do oceano.

TRABALHAMOS PARA A CONSERVAÇÃO DO OCEANO ATRAVÉS DE TRÊS EIXOS DE ACÇÃO

PROTEGER, DESENVOLVER E VALORIZAR O CAPITAL NATURAL AZUL

Promover a conservação do oceano e construir uma economia azul sustentável e descarbonizadora, para salvar o que resta e restaurar o capital natural do planeta.

PROMOVER A CRIAÇÃO DE UMA GERAÇÃO AZUL, INFORMADA SOBRE OS CONTEÚDOS DO OCEANO

Educar para contribuir para o aumento da literacia sobre os temas do oceano, em todos os níveis da sociedade.

MOBILIZAR UMA REDE AZUL UNIDA DE AGENTES DE MUDANÇA

Contribuir para o progresso da governação do oceano, mais ambiciosa na sua proteção e baseada na ciência, utilizando redes e parcerias para apoiar a tomada de decisões.

No seu conjunto, estes vão promover o conhecimento, a democratização, a alteração de comportamentos, a governação alargada, uma economia azul inovadora, utilizações sustentáveis, a preservação, proteção, envolvimento, consciencialização e educação.



O NOSSO MODELO DE MUDANÇA ASSENTA EM QUATRO ABORDAGENS

ESTABELECIMENTO DE ELOS ENTRE AS PRINCIPAIS QUESTÕES RELACIONADAS COM O OCEANO

Nomeadamente pela promoção do nexo oceano-clima ou ligação entre a conservação e a economia, reforçando o conceito de Capital Natural Azul.

ABORDAGEM INTEGRADA DE TODOS OS PROGRAMAS

Interligando os três eixos de ação, com o objetivo de acelerar a mudança.

APLICAÇÃO DE SOLUÇÕES *BOTTOM-UP* AOS PROGRAMAS

Através do desenvolvimento de processos descentralizados de tomada de decisões, envolvendo intervenientes de base, que são parte da comunidade local, como por exemplo os pescadores, mas também os parceiros institucionais. Este tipo de soluções são nomeadamente aplicadas no processo de criação de Áreas Marinhas Protegidas.

RECURSO A UMA ABORDAGEM CIRÚRGICA

Reunindo esforços, evitando a dispersão e focalizando a atividade em programas e vias de ação fundamentais, para alcançar uma mudança transformadora duradoura, escalável e replicável.





UM ANO PARA CELEBRAR







O ANO EM REVISTA

Tiago Pitta e Cunha

Presidente da Comissão Executiva

2022 foi um ano especial para a Fundação. A Conferência das Nações Unidas teve lugar em Lisboa, com um record mundial de participação de ONGs, fundações, associações de cidadãos, empresas e delegados governamentais, incluindo Chefes de Estado e de Governo num evento dedicado ao oceano.

A Fundação Oceano Azul conseguiu estar no centro dessa reunião de carácter universal, tendo assegurado 51 eventos durante a semana da conferência, o que constituiu um esforço colossal, mas com um impacto muito forte, quer a nível nacional, quer a nível internacional, tendo a Fundação podido dar um salto no reconhecimento que dela fazem muitos players de topo da agenda internacional do oceano. A decisão do Presidente Macron, tomada durante a sua visita à Fundação, de declarar o apoio da França a uma moratória sobre a mineração submarina pode ser considerada a tomada de posição mais relevante de todas as promessas feitas nessa Conferência internacional. A resposta da equipa da Fundação e o apoio do seu acionista/fundador foi exemplar.

2022 foi também um ano especial porque o Oceanário de Lisboa, que antes, durante a pandemia, tinha demonstrado uma resiliência à adversidade a todos os títulos notável, conseguiu uma performance excelente que levou a resultados financeiros acima dos esperados, assim reconstruindo mais rapidamente o equity delapidado com a pandemia e podendo libertar recursos para a Fundação em 2023 que deverão ter um impacto muito positivo na sua ação. Os resultados do Oceanário a crescer fazem crescer a Fundação.

Mas o ano de 2022, que foi o ano do regresso à normalidade, depois de dois anos extraordinariamente difíceis, não foi apenas um ano de consagração da ação e influência internacional da Fundação. A Fundação continuou a trabalhar incessantemente no cerne da sua missão, que é a conservação do oceano. O trabalho das áreas marinhas protegidas continuou com o Blue Azores, apesar de ter vivido um sobressalto, e dos inevitáveis altos e baixos, a progredir tenazmente. Assim, organizámos com os nossos parceiros várias reuniões no âmbito do processo participativo da fase offshore do Programa, que decorreram com normalidade e que permitiram concluir o ano com a perspectiva de finalizar esse processo no offshore em 2023. Também o trabalho realizado no âmbito da nova área marinha protegida de interesse comunitário, que engloba áreas defronte dos municípios de Sintra, Cascais e Mafra ganhou um ímpeto grande, com particular ênfase na expedição científica realizada no Ou-

tono e que juntou cientistas – de todos os principais centros de investigação em Portugal – com pescadores e outros parceiros. Para além disso, a abertura do pós-pandemia permitiu que o Programa da WWF Portugal que a Fundação apoia, Participeca, progredisse consideravelmente com muitas reuniões com as associações dos pescadores envolvidos na pescaria do polvo a terem lugar. É expectável que este processo de criação de um esquema de co-decisão na pesca do polvo do Algarve venha a ser concretizado em 2023.

Assinalável foi também o trabalho realizado no âmbito do Programa Save the Future, que permitiu um crescimento muito forte na ligação da Fundação e no apoio que concede a movimentos de cidadãos e organizações de conservação da natureza, com destaque para a visibilidade que o nosso apoio permitiu dar a essas organizações na Conferência da ONU, bem como o aumento de parceiros, de área costeira coberta e de toneladas de lixo recolhido nas operações de 2022, com destaque para a ação do Dia Internacional da Limpeza Costeira.

2022 foi, igualmente, um ano determinante para a ação que a Fundação desenvolveu – com o apoio muito forte da SFMS – para conseguirmos em conjunto a decisão sem precedentes do Governo português, através do Plano de Recuperação e Resiliência nacional, investir quase 100 milhões de euros no consórcio Inovamar. Esta decisão implicou o trabalho de quase dois anos e continuou a requerer muita atenção durante todo o ano passado. A novidade neste eixo da economia azul foi, no entanto, a ação que a Fundação prosseguiu de colaboração com o novo Governo português que tomou posse em abril do ano passado e que desde o primeiro dia desenvolveu o projeto de criar um grupo de trabalho, que delegado na Fundação, apoiada pela SFMS, se espera venha a permitir criar em Portugal uma política industrial que promova a biotecnologia marinha, e que torne o país um centro de massa crítica internacional neste setor embrionário da economia do mar. Com isto visamos conseguir que a biotecnologia azul passe do estádio laboratorial em que se encontra para atingir um estádio industrial, sempre no respeito pleno pela sustentabilidade ambiental do mar. Se contribuímos para mudar a economia no mar, contribuímos para a sua sustentabilidade.

Finalmente, uma palavra para a educação, dado que o ano de 2022 finalizou com a passagem da colaboração da Fundação com o Ministério da Educação para um novo patamar. Do projeto Educar para Uma Nova Geração Azul, pilotado com sucesso numa amostra de escolas, pretendem a Fundação e esse Ministério conseguir escalar o programa de literacia azul escolar para todo o território nacional e para todas as escolas do país, através de revisão curricular.

Ou seja, 2022 foi um ano de ação para a Fundação, que permitiu guindar esta organização para uma posição de maior credibilidade. Foi um ano em que tivemos impacto nas limpezas costeiras e na progressão dos processo de criação de áreas marinhas portuguesas. Foi o ano em que ocupámos uma posição central no palco internacional do oceano. Foi um ano que permitirá à Fundação conseguir chegar ao final de 2023 com a possibilidade de finalizar algumas das principais prioridades que têm ocupado a sua ação, levando a que 2023 venha a ser o ano em que a Fundação possa dizer que o sucesso dos seus programas criou impacto concreto na realidade das coisas.

Estamos a começar a mudar essa realidade, com os olhos sempre fitos na nossa visão e com a consciência de que tudo o que fazemos deve ser a concretização da missão da Fundação Oceano Azul.

2022 EM RELANCE

EDUCAR PARA UMA GERAÇÃO AZUL

**CASCAIS, MAFRA, MOURA, NAZARÉ
E SILVES**

NOVOS PROFESSORES FORMADOS

**PLATAFORMA DIGITAL PARA
PROFESSORES E ALUNOS**

NOVOS RECURSOS EDUCATIVOS

INICIATIVA MINI RISEUP NA UNOC
MOBILIZAÇÃO DE ALUNOS

OCEAN LEADERS

**LITERACIA DO OCEANO
PARA DECISORES**

MOVIMENTO SAVE THE FUTURE

OCEAN BASE CAMP NA UNOC

ACADEMIA COOL

AÇÕES DE LIMPEZA DE LIXO MARINHO



REDE AZUL

**CONFERÊNCIA DO OCEANO
DAS NAÇÕES UNIDAS 2022**
UMBRELLA ORGANIZATION

RISE UP - A BLUE CALL TO ACTION

**FRIENDS OF THE OCEAN-CLIMATE
NEXUS NA UNFCCC COP**

ONE OCEAN SUMMIT

**WORLD OCEAN SUMMIT
BY ECONOMIST IMPACT**
LEAD SUPPORTER

MONACO BLUE INITIATIVE

TRATADO DO ALTO-MAR
REUNIÕES DE TRABALHO

**ACONSELHAMENTO JUNTO
DE GOVERNOS**

**CAPACITAÇÃO DA ANP|WWF
PORTUGAL**
COMO ONG LÍDER DO OCEANO

**CONFERÊNCIA DO OCEANO
DAS NAÇÕES UNIDAS 2025**

ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

CASCAIS, MAFRA, SINTRA
EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA

AÇORES
PROCESSO PARTICIPATIVO
PARA A CRIAÇÃO DE AMP NO OFFSHORE

ALGARVE
RECONHECIMENTO PÚBLICO DA
NECESSIDADE DE AMP

SELVAGENS – MADEIRA
APROVAÇÃO LEGAL

PESCAS SUSTENTÁVEIS

**COMITÉ DE COGESTÃO DE PESCA DO
POLVO NO ALGARVE**
PROPOSTA PARA CRIAÇÃO

BIOECONOMIA AZUL

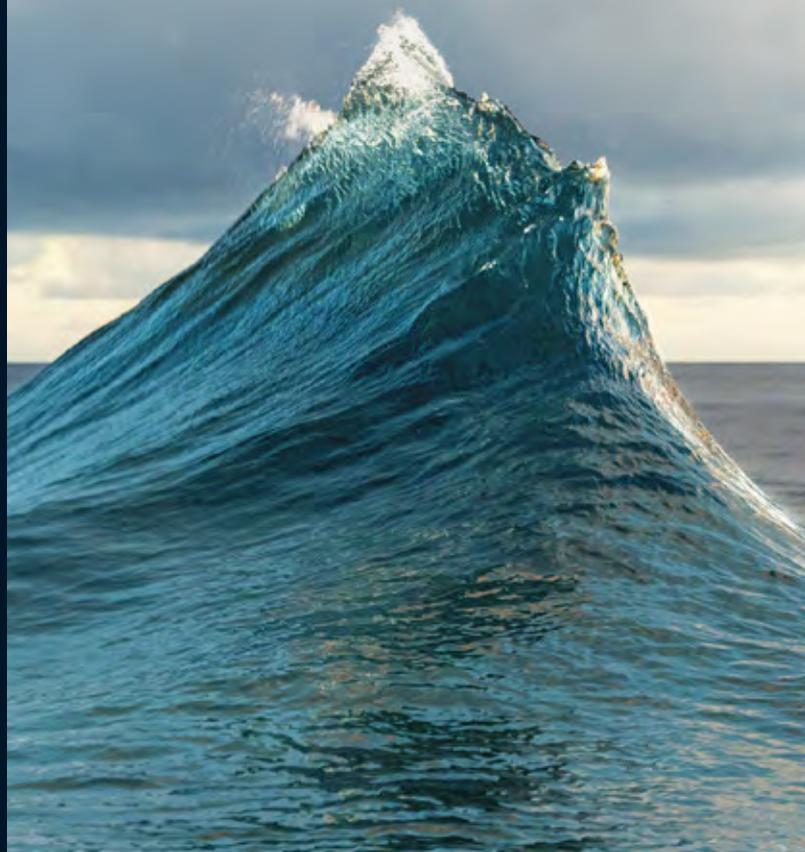
5ª EDIÇÃO
BLUE BIO VALUE ACCELERATION

2ª EDIÇÃO
BLUE BIO VALUE IDEATION

CONSÓRCIO INOVAMAR
FINANCIAMENTO PÚBLICO

BIOECONOMIA AZUL
CRIAÇÃO DE PLATAFORMA

BLUE NATURAL CAPITAL CHALLENGE
"TAKE LESS, EARN MORE"

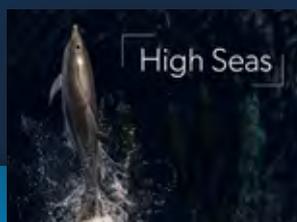


2022

MÊS A MÊS

**PARCERIA ESTRATÉGICA
COM A SEAS AT RISK**
PARA A DINAMIZAÇÃO DA
INICIATIVA INTERNACIONAL
RISE UP BLUE CALL TO
ACTION

**PRÉ-ESTREIA DO
DOCUMENTÁRIO
"ILHA DOS GIGANTES"**
SOBRE BIODIVERSIDADE
NOS AÇORES, DE NUNO SÁ
COM APOIO DA FUNDAÇÃO



**LANÇAMENTO DA
1ª EDIÇÃO DO
BLUE NATURAL CAPITAL
CHALLENGE**
"TAKE LESS, EARN MORE"

LANÇAMENTO DO LIVRO
"A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
E A CRISE DE EXTINÇÃO DE
ESPÉCIES"

LEAD SUPPORTER DO
"WORLD OCEAN SUMMIT
BY ECONOMIST IMPACT"

JAN

MAR

FEV



**PARTICIPAÇÃO NA
ONE OCEAN SUMMIT,
EM BREST**

TRATADO DO ALTO MAR
REUNIÃO DE TRABALHO
COM HIGH SEAS ALLIANCE E
MINISTÉRIO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
PORTUGUÊS



FUNDAÇÃO OCEANO AZUL
NOMEADA UMBRELLA
ORGANIZATION DA
CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA O OCEANO

REUNIÃO EUROPEAN BLUE
GOVERNANCE, COM OS
GOVERNOS DE FRANÇA,
IRLANDA E PORTUGAL, E O
INSTITUTE EUROPE JACQUES
DELORS

REUNIÕES BILATERAIS COM
GOVERNOS DE PORTUGAL,
ESTADOS UNIDOS E COM AS
NAÇÕES UNIDAS

BRIEFING PARA JORNALISTAS

PROGRAMA EDUCAR PARA
UMA GERAÇÃO AZUL
REFORÇADO
ACTIVAÇÃO DE
PLATAFORMA DIGITAL PARA
PROFESSORES E ALUNOS



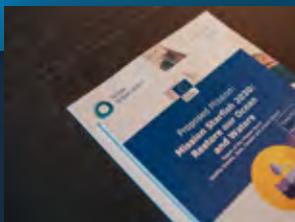
MAI

ABR

JUN

FUNDAÇÃO INTEGRA
TASK-FORCE PARA O MAR,
CRIADA PELO MINISTÉRIO
ECONOMIA E MAR

criação da área
marinha totalmente
protegida das ilhas
selvagens (aprovação
pela assembleia
regional da madeira)



CONFERÊNCIA DAS
NAÇÕES UNIDAS
PARA O OCEANO

ANÚNCIO DO FINANCIAMENTO PÚBLICO DE 94M€ AO CONSÓRCIO INOVAMAR, PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO OCEANO AZUL, DEDICADO À BIOECONOMIA AZUL



DIA INTERNACIONAL DA LIMPEZA COSTEIRA, 7 DIAS, 185 AÇÕES, MAIS DE 7500 VOLUNTÁRIOS

JUL

SET

AGO



TRATADO DO ALTO MAR
REUNIÃO DE APOIO ÀS
NEGOCIAÇÕES DAS
NAÇÕES UNIDAS

ESCOLA DE VERÃO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA JOVENS LÍDERES, NOS AÇORES





**PARTICIPAÇÃO NA
UNFCCC COP27
E JANTAR FRIENDS OF
THE OCEAN AND CLIMATE**

**2ª EDIÇÃO DO BLUE BIO
VALUE IDEACÃO**



**5ª EDIÇÃO DO BLUE BIO
VALUE ACELERAÇÃO**



NOV

OUT

**EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA AO
LARGO DE CASCAIS,
MAFRA E SINTRA
PARA LEVANTAMENTO
DE VALORES NATURAIS
DA REGIÃO**



DEZ

**ENTREGA AO GOVERNO DE
PROPOSTA PARA CRIAÇÃO
DO COMITÉ DE COGESTÃO
DE PESCA DO POLVO NO
ALGARVE NO ÂMBITO DO
PROGRAMA PARTICIPESCA**





GERAÇÃO AZUL



EDUCAR PARA UMA GERAÇÃO AZUL

A Fundação Oceano Azul pretende introduzir o tema do oceano, de forma transversal, no currículo escolar nacional das crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, contribuindo para criar uma geração mais consciente quer da importância do oceano, quer da sua fragilidade.

O programa-piloto “Educar para uma Geração Azul”, desenvolvido pela Fundação Oceano Azul e pelo Oceanário de Lisboa, em parceria com a Direção-Geral da Educação e com diversos municípios, promove a formação certificada, o acompanhamento regular e a oferta de recursos educativos aos professores do ensino básico, os principais agentes de mudança, para que trabalhem o tema do oceano, de forma interdisciplinar, no âmbito das aprendizagens essenciais das várias componentes de currículo e nos domínios de autonomia curricular.

GERAÇÃO AZUL

MARCOS EM 2022

Compromisso do Ministério da Educação para uma maior incorporação dos temas do oceano no currículo e nas aprendizagens essenciais, nomeadamente através da colaboração com a Fundação Oceano Azul para o desenvolvimento de recursos educativos digitais dedicados à sustentabilidade do oceano.

Início do processo tendente ao alargamento do Programa aos municípios envolvidos nos projetos em curso de criação de Áreas Marinhas Protegidas – Albufeira, Lagoa e Sintra.

Utilização crescente da Plataforma Digital para Professores, que facilita o processo de formação, disponibiliza recursos educativos, permite a partilha de boas práticas e propõe atividades e iniciativas para aplicar em contexto escolar.

Conceção, desenvolvimento e produção de uma coleção de livros infantis, dirigidos aos alunos do 1º ao 4º ano de escolaridade, reforçando e complementando os conteúdos educativos transmitidos através da formação de professores.

A avaliação de impacto do programa revela que os alunos envolvidos aumentaram o conhecimento sobre o oceano, bem como a adoção de atitudes e comportamentos positivos para a sua proteção.

Subscrição do “Charter for a Blue Education in Europe”, no âmbito do projeto “EU4Ocean”, juntamente com outros parceiros e redes internacionais relevantes na promoção da literacia do oceano.

141
NOVOS
PROFESSORES
FORMADOS

>2500
NOVOS
ALUNOS
IMPACTADOS

PARCEIROS

Direção Geral de Educação
Governo Regional dos Açores
Câmaras Municipais de Mafra, Cascais, Peniche, Nazaré,
Moura, Silves, Lagoa, Albufeira, Sintra

1229

PROFESSORES FORMADOS
EM LITERACIA DO OCEANO

> 20 000

ALUNOS ENVOLVIDOS

237

ESCOLAS DE 1º CICLO,
7 MUNICÍPIOS DE PORTUGAL
CONTINENTAL
E 8 ILHAS DOS AÇORES

RESULTADOS DO PROGRAMA

RECURSOS EDUCATIVOS DISPONIBILIZADOS

Formação certificada para professores (30h)
Manual do professor e materiais complementares
Plataforma Digital para Professores

AValiação DE IMPACTO JUNTO DOS PROFESSORES

- 100%** desenvolveram competências em literacia do oceano
- 95%** sentem-se capacitados para aplicar os conteúdos nas aulas
- 84%** aplicam os conteúdos e ferramentas

AValiação DE IMPACTO JUNTO DOS ALUNOS

- 98%** manifestam forte perceção sobre a relevância e importância do oceano nas suas vidas
- 94%** gostariam que Portugal fosse um país conhecido internacionalmente pelo seu oceano
- 84%** têm consciência da sua influência no oceano



OCEAN LEADERS

GERAÇÃO AZUL

O Programa "Ocean Leaders" envolve atletas de referência em desportos aquáticos que, através das suas experiências pessoais, têm a capacidade de despertar o interesse e motivar jovens, sensibilizando-os para a importância da alteração de comportamentos e para um estilo de vida mais sustentável, promovendo a ligação emocional ao oceano e às espécies marinhas, ou seja, contribuindo positivamente para a criação de uma geração azul.

Através das suas redes sociais e da iniciativa "School Tour", Joana Schenker e Frederico Morais partilham com os jovens a sua motivação e empenho, com uma mensagem inspiradora e pedagógica de sensibilização para a urgente necessidade da defesa e conservação do oceano.

EM 2022

4300

JOVENS IMPACTADOS
PELAS SCHOOL TOURS

18

POSTS

132

STORIES

ALCANCE TOTAL
COM STORIES

686 594



RESULTADOS DO PROGRAMA

> 30.000
JOVENS IMPACTADOS

> 190
PUBLICAÇÕES
NAS REDES
SOCIAIS

> 5 M
DE ALCANCE



OCEANÁRIO DE LISBOA

ATIVIDADES EDUCATIVAS

Em 2022, o Oceanário de Lisboa implementou uma nova estratégia educativa, com programas inovadores, no aquário e na natureza, que promovem uma maior e mais impactante interação com os participantes. Ao longo do ano, foi igualmente desenvolvida uma forte aposta na comunicação como ferramenta educativa e no envolvimento da comunidade em experiências e formações únicas, levando a educação azul a novos públicos.

EM 2022

PROGRAMAS EDUCATIVOS DE REGRESSO AO FORMATO PRESENCIAL

Após dois anos de atividades presenciais suspensas, devido à pandemia de COVID-19, foram retomados os programas educativos realizados no Oceanário de Lisboa, adaptadas aos diferentes objetivos e níveis pedagógicos, tendo recebido uma grande adesão por parte dos grupos escolares, bem como os programas «Festas de aniversário», «O mar para todas as idades» e «Visitas guiadas» que envolveram mais participantes que em 2019.

NOVO PROGRAMA NA PRAIA “HÁ VIDA ENTREMARÉS”

Indo além dos programas educativos realizados no aquário, este novo programa, desenhado e apresentado em 2022, leva as escolas até à beira-mar, à descoberta da biodiversidade da zona entremarés. Desenvolvido em parceria com o KidsDive, pode ser realizado na praia das Avencas (Cascais), do Magoito (Sintra) ou da EMPA (Mafra).

GERAÇÃO AZUL

OCEAN LEADERS SCHOOL TOURS

Joana Schenker, campeã mundial de bodyboard, e Frederico Morais, a competir no campeonato mundial de surf, reforçaram em 2022 a sua ação de liderança em prol da proteção do oceano, através da realização de palestras inspiradoras dirigidas às escolas, presencialmente ou em formato online.

GOLFINHOS NO TEJO

Experiência de imersão nos ecossistemas marinhos, tem uma forte componente educativa e o objetivo de envolver os participantes, acompanhados por um biólogo marinho, promovendo a sua ligação à biodiversidade, de forma a inspirar a criação de uma cidadania azul. Momentos inesquecíveis de observação de golfinhos, num passeio de barco na foz do rio Tejo.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CORPORATE “SEASTAINABILITY”

Através dos vários módulos deste programa - sustentabilidade, alterações climáticas e lixo marinho - e de atividades de teambuilding - limpeza de praia, observação de golfinhos, peddy-paper no Oceanário de Lisboa ou workshop de economia circular, os participantes são desafiados a dar o passo que falta para uma maior sustentabilidade. Em 2022, foram realizadas ações de formação com colaboradores de vários países do mundo como Portugal, Índia, Brasil, Espanha, Perú, Austrália e Nova Zelândia.

REVISTA DIGITAL MENSAL PARA PROFESSORES

Para continuar a contribuir para uma comunidade escolar mais consciente da importância do oceano, o Oceanário de Lisboa desenvolveu novos conteúdos, gratuitos, preparados exclusivamente para professores, com atividades para realizarem com os alunos e muitas curiosidades sobre o trabalho realizado no Oceanário e as espécies que fazem do aquário a sua casa. Em 2022, foram lançadas 11 edições desta revista.

ATIVIDADES EDUCATIVAS DIGITAIS

Para contribuir para uma comunidade mais consciente da importância do oceano, o Oceanário de Lisboa disponibiliza várias ferramentas educativas digitais com conteúdos que promovem a literacia do oceano.

76.624

PARTICIPANTES

(+482% vs 2021)



MOVIMENTO SAVE THE FUTURE

A Fundação Oceano Azul pretende promover a sensibilização e intervenção cidadã dos portugueses em prol da conservação do oceano, através de uma abordagem integrada e concertada, que permita mobilizar o maior número de entidades e parceiros. Para isso, desenvolve um programa que pretende agregar e capacitar todas as entidades e organizações nacionais que se dedicam à proteção e conservação do oceano, em particular as que desenvolvem ações de limpeza de lixo marinho, tendo lançado um movimento nacional que se espera que ganhe cada vez maior abrangência, adesão e relevância no panorama nacional.

EM 2022

Para celebrar o mundialmente estabelecido Earth Day, criou-se a iniciativa local O Oceano é a Nossa Terra, que parte da ideia de que 70% do planeta Terra é oceano e cuja proteção é parte da missão da Fundação Oceano Azul. A iniciativa incluiu 49 limpezas de praia, 29 atividades educativas e de literacia do oceano e 16 cursos/workshops. Em 7 dias, 115 organizações realizaram atividades para mais de 7.000 participantes. Alcançou mais de 200 mil pessoas nas redes sociais e 500 mil pessoas nos media tradicionais.

Criação e dinamização do Ocean Base Camp durante a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas.

Desenvolvido em parceria com a Sciaena e a Seas at Risk, o Ocean Base Camp consistiu num espaço dedicado às ONG's, procurou ter o ADN do que as une, o ativismo e, em apenas 5 dias, recebeu 27 parceiros nacionais e internacionais, mais de 1.250 visitantes e representantes de mais de 220 ONG's de todo o mundo.

GERAÇÃO AZUL

Colaboração ativa no Ocean Youth Innovation Forum, através da participação de dois mentores da equipa da Fundação Oceano Azul, e com a oferta de visita ao Oceanário de Lisboa a todos os participantes do fórum.

Lançamento da Academia COOL, uma iniciativa de formação contínua que pretende contribuir para o crescimento das ONG's e movimentos nacionais, reforçando o seu conhecimento em áreas-chave para o desenvolvimento. A 1ª edição contou com 76 participantes de 60 organizações que, durante 6 horas, e com o apoio de 10 oradores e formadores, mergulharam no tema "Como fazer uma comunicação eficaz".

Lançamento do relatório síntese do programa de monitorização de lixo marinho em praias monitorizadas pela Agência Portuguesa do Ambiente, para divulgação pública alargada e informação à rede de organizações nacionais, no âmbito do protocolo de colaboração com a APA.

Dinamização do Dia Internacional de Limpeza Costeira, iniciativa que junta ONG's, associações, movimentos de cidadãos, entidades públicas, escolas e empresas, em ações de limpeza de praias e cursos de água, por todo o território nacional. Os resultados globais desta grande iniciativa, com uma forte cobertura mediática, voltaram a surpreender, com o envolvimento de 8.210 voluntários, 385 organizações e entidades nacionais, num total de 204 ações, que cobriram mais de 200 km de costa, margens e fundo marinho. Foram recolhidos mais de 49,5 toneladas de lixo marinho. O envolvimento de 66 escolas do Programa Educar para uma Geração Azul, num total de 2 800 alunos e professores envolvidos é também um record a celebrar.

O PROGRAMA EM CURSO

22

INICIATIVAS PÚBLICAS DE
GRANDE ESCALA

1400

KM DE PRAIAS, MARGENS
E FUNDO MARINHO LIMPOS

1620

AÇÕES DE LIMPEZA
COSTEIRA E DE RIOS

570

ORGANIZAÇÕES
E ENTIDADES ENVOLVIDAS

250

TONELADAS DE LIXO MARINHO
RECOLHIDO

CONTRIBUTO PARA A UNIFORMIZAÇÃO DA RECOLHA DE
DADOS PARA A MONITORIZAÇÃO DO LIXO MARINHO EM
PORTUGAL

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL ATRAVÉS DA
INTEGRAÇÃO DA INICIATIVA EARTH DAY NA CAMPANHA
EUROPEIA "EUROPEAN MARITIME DAY IN MY COUNTRY"

+100.000

PESSOAS ENVOLVIDAS



CAPITAL NATURAL AZUL



ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS



BLUE AZORES

O programa Blue Azores centra-se na conservação e no uso sustentável dos recursos marinhos e integra as vertentes de educação, de economia e de gestão de pescas, envolvendo vários parceiros locais, regionais, nacionais e internacionais, para tornar os Açores numa importante região sustentável da Europa.

OS OBJETIVOS DO PROGRAMA INCLUEM

Proteger 30% do Mar dos Açores através de Áreas Marinhas Protegidas, com pelo menos 15% de área marinha totalmente protegida

Implementar planos de gestão para todas as Áreas Marinhas Protegidas (AMP)

Implementar um plano de ordenamento do espaço marinho

Melhorar a gestão das pescas

Promover a literacia do oceano nas escolas e na comunidade

Promover a bioeconomia azul

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Governo Regional dos Açores
Waitt Foundation

CO-FINANCIAMENTO

Waitt Foundation
Estée Lauder Companies Charitable Foundation

CAPITAL NATURAL AZUL ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

EM 2022

O processo participativo de envolvimento de partes interessadas, no que respeita à componente offshore da revisão da rede de AMP dos Açores ficou próximo de ser concluído. Decorreram 6 reuniões do grupo de trabalho; 25 reuniões setoriais; 3 reuniões do comité técnico-científico e 3 reuniões do grupo de trabalho dedicado à melhoria da gestão das pescas.

O mapeamento dos usos do oceano foi realizado em todas as ilhas, o que permitiu a mais 5.000 açorianos utilizadores do seu mar, contribuírem com informações que serão integradas no processo participativo de revisão da rede de AMP na componente costeira.

Foi adotado um novo modelo de governança do programa, reforçando o envolvimento do Governo Regional dos Açores, que está a ser implementado.

Foram realizadas 6 sessões de literacia do oceano dirigidas a associações de pesca e às comunidades piscatórias, que impactaram 57 participantes em três ilhas.

As associações e ONGs dos Açores mantiveram-se ativas e envolvidas no programa: foram realizados dois eventos de limpeza de praia, promovidos por organizações, escolas e grupos de escuteiros, que contaram com mais de 1000 participantes.

A Marcha Azul pelo Clima, realizada em 6 ilhas, envolveu cerca de 190 participantes, 24 ONGs entregaram ao Governo Regional dos Açores uma carta que reuniu a perspetiva sobre a conservação do Mar dos Açores, com o título "Contributos das Organizações Açorianas para um Oceano Limpo e Saudável",

18 organizações participaram na Academia COOL, na qual puderam ter formação em "Como comunicar de forma eficaz"



O PROGRAMA EM CURSO

ESTUDOS

2 Expedições Científicas (2016 e 2018)

Livro Azul com cenários de conservação sistemática para o mar profundo dos Açores

Modelo bioeconómico espacial para pesca de profundidade

Relatório Legal sobre o estabelecimento de AMPs da UE nos Açores

PROCESSO PARTICIPATIVO

6 reuniões do grupo de trabalho e 25 reuniões setoriais com partes interessadas

Mapeamento de usos do oceano realizado em todas as ilhas: 2483 respostas recolhidas

EDUCAÇÃO

>1.200 professores formados

> 23.000 alunos envolvidos

230 escolas em 8 ilhas

Criação do manual educativo “Educar uma Geração Azul - Açores”

ECONOMIA AZUL

Programa Blue Bio Value Ideação

Avaliação económica dos serviços do ecossistema marinho dos Açores

ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

Reuniões com 182 entidades locais

>1000 participantes em limpezas de praias

Associações de pescadores beneficiaram de formação em sustentabilidade do oceano

Produção de filme e brochura institucionais

Rúbrica Digital Blue Voices deu voz a 41 açorianos e à sua ligação ao mar

RECIFE DO ALGARVE

O projeto para a criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário (AMPIC) no Algarve iniciou-se em 2018, envolvendo o CCMAR – Centro de Ciência do Mar da Universidade do Algarve, as Câmaras Municipais de Albufeira, Silves e Lagoa, associações locais de pescadores, empresas marítimo-turísticas, administração regional, laboratórios do Estado, organizações não-governamentais e demais parceiros sociais.

Após 3 anos de intenso trabalho no terreno, em 2021, a equipa de projeto entregou ao Governo português uma proposta e um pedido de aprovação dos diplomas jurídicos com vista à criação, implementação e cogestão desta nova Área Marinha Protegida, a designar por Parque Natural Marinho do Recife do Algarve – Pedra do Valado, o maior recife rochoso costeiro em Portugal Continental e uma das áreas com maior biodiversidade e produtividade da costa portuguesa.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Municípios da região
Universidade do Algarve
Universidade Católica Portuguesa
Associações de Pescadores
Operadores marítimo-turísticos
Institutos Públicos
ONG's

CAPITAL NATURAL AZUL ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

EM 2022

Apoio ao projeto «Comunicação e ciência para uma AMPIC inovadora» promovido e coordenado pelo CCMAR, com o apoio da SCIAENA

Comunicação e sensibilização alargada dos valores naturais da região e das vantagens de ter uma AMPIC inovadora

Compromisso público assumido pelo Ministro do Ambiente Duarte Cordeiro quanto ao avanço para constituição desta Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário

PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

2 ANOS
DE CONSULTA PÚBLICA E
PROCESSO PARTICIPATIVO

74
ENTIDADES ENVOLVIDAS

7
REUNIÕES GERAIS

60
REUNIÕES BILATERAIS
COM PARTES INTERESSADAS

3
ESTUDOS TÉCNICOS
CIENTÍFICO, SOCIOECONÓMICO E JURÍDICO

PROPOSTA

INICIATIVA COLETIVA INÉDITA PARA A CRIAÇÃO
DA PRIMEIRA ÁREA MARINHA PROTEGIDA DE
INTERESSE COMUNITÁRIO EM PORTUGAL

156 KM²

ÁREA MARINHA PROTEGIDA



CASCAIS, MAFRA E SINTRA

Os Municípios de Cascais, Mafra e Sintra reconheceram a importância de proteger os valores naturais do seu território, promovendo o seu uso sustentável e a valorização das suas atividades económicas, e demonstraram interesse em trabalhar em conjunto e implementar uma Área Marinha Protegida de Iniciativa Comunitária (AMPIC) no seu território, através da abordagem preconizada pela Fundação Oceano Azul, com base numa sólida fundamentação científica e do estabelecimento de processos participativos, com o envolvimento ativo de todas as partes interessadas locais e regionais.

Para isso, foi celebrado, em 2021, um Protocolo de Colaboração entre a Fundação Oceano Azul e os Municípios de Cascais, Mafra e Sintra, tendo-se dado início ao processo que tem como objetivo a elaboração de uma proposta conjunta a apresentar ao Governo português para constituição desta nova Área Marinha Protegida.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Câmaras Municipais de Cascais, Mafra e Sintra; CCMAR – Centro de Ciências do mar da Universidade do Algarve; CESAM – Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Univ. de Aveiro; Instituto Hidrográfico; IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera; MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente; ISPA, Universidade de Lisboa, Universidade de Évora, Instituto politécnico de leiria e ARDITI-Madeira; SPEA- Sociedade Portuguesa para o estudo das Aves

CAPITAL NATURAL AZUL ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

EM 2022

Estabelecimento de um Comité de Pilotagem, de um Comité Operacional e de um Conselho Científico que asseguram a gestão e acompanhamento do projeto

Constituição de grupos de trabalho para a elaboração de propostas de levantamento de informação científica (cartografia, biodiversidade, atividades socioeconómicas, etc.)

Realização de Expedição Científica ao largo de Cascais, Mafra e Sintra, com o envolvimento de cientistas, pescadores, municípios e comunicação social, e liderança científica da Fundação Oceano Azul, com vista ao levantamento dos valores naturais deste território

Realização de filmagens base para montagem de documentário sobre a expedição científica, para divulgação da importância, relevância e interesse junto da sociedade civil e decisores políticos

Manifestação de interesse do Governo português em colaborar e cofinanciar este projeto

EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA

150

PARTICIPANTES

12

DIAS NO MAR

58

INVESTIGADORES
DE 7 ENTIDADES DE
INVESTIGAÇÃO

1.027

ESTUDANTES DE ESCOLAS
LOCAIS PARTICIPAM EM
LIGAÇÃO DIRETA A BORDO

215

ESTAÇÕES DE AMOSTRAGEM,
COM DIVERSAS METODOLOGIAS
CIENTÍFICAS

17

PESCADORES ENVOLVIDOS,
5 EMBARCAÇÕES DE PESCA

14

JORNALISTAS A BORDO, DE MEDIA
NACIONAIS E INTERNACIONAIS

**Primeiro levantamento de
espécies, habitats e áreas
com especial interesse para
conservação:** montanha de

camões, Cabo da Roca, plataformas
rochosas da Ericeira, Cabo Raso e a
Costa Sul de Cascais.



ILHAS SELVAGENS

CAPITAL NATURAL AZUL
ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

Em 2022, depois do anúncio público da decisão do Governo Regional da Madeira em alargar a área marinha protegida das Ilhas Selvagens, a Fundação Oceano Azul, em conjunto com os seus parceiros National Geographic Pristine Seas programme e Waitt Institute, continuou a apoiar o Governo Regional da Madeira na designação legal e implementação desta Área Marinha Totalmente Protegida.

EM 2022

O decreto de lei aprovado estipula a expansão da Reserva Natural das Ilhas Selvagens até ao limite do mar territorial, as 12 milhas náuticas.

Desta forma, a decisão foi levada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira que aprovou, em sessão plenária, o novo regime jurídico da Reserva Natural das Ilhas Selvagens, criando legalmente, através desta expansão, a maior Área Marinha Totalmente Protegida do Atlântico Norte. Esta importante formalização foi anunciada internacionalmente durante a Conferência Nações Unidas para o Oceano, em Lisboa, pelo Presidente do Governo Regional, e permitiu também dar maior visibilidade à região, enquanto líder da agenda internacional do oceano.

Ainda em 2022, as Selvagens receberam a visita do Enviado Especial das Nações Unidas para o Oceano, Peter Thomson, reforçando assim a mensagem da necessidade de proteção daquele que é o ecossistema mais intacto do Atlântico Nordeste.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Região Autónoma da Madeira

IFCN

National Geographic Pristine Seas

Fondation Prince Albert II de Monaco

Waitt Institute

CRIAÇÃO DA **MAIOR ÁREA MARINHA**
TOTALMENTE PROTEGIDA DO ATLÂNTICO NORTE

AUMENTO DE
94 KM²
PARA
2.677 KM²





BIODIVERSIDADE MARINHA



OCEANÁRIO DE LISBOA

CONSERVAÇÃO, CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO

EM 2022

CENTRO PARA A SOBREVIVÊNCIA DE ESPÉCIES

O Oceanário de Lisboa é, desde 2021, um dos dez membros da Rede Internacional de Centros para a Sobrevivência de Espécies (Center for Species Survival) da IUCN SSC – União Internacional para a Conservação da Natureza, que desenvolvem trabalho colaborativo para a conservação.

LIVRO VERMELHO DOS PEIXES MARINHOS DE PORTUGAL

O Oceanário de Lisboa e a Fundação Oceano Azul, em colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, está a desenvolver o novo «Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal». Este projeto resultará num documento público com a melhor informação disponível relativa ao risco de extinção das cerca de 1 050 espécies de peixes marinhos que habitam as águas portuguesas. Foram já concluídas 300 pré-avaliações nacionais, que resumem a informação relativa à taxonomia, distribuição, população, habitat e ecologia, ameaças e medidas de conservação encontradas em artigos científicos e relatórios.

AVALIAÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DAS ESPÉCIES PRESENTES NA COLEÇÃO

A parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), tem com objetivo contribuir para a avaliação do risco de extinção de 20.000 espécies marinhas para inclusão na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN. Um dos objetivos passa por avaliar o risco de extinção de todas espécies que se encontram presentes na coleção do Oceanário de Lisboa. Como resultado desse trabalho, até 2022, o Oceanário de Lisboa contribuiu de forma relevante para a avaliação de 69% das espécies presentes na coleção.

CAPITAL NATURAL AZUL BIODIVERSIDADE MARINHA

REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS

Com uma equipa integralmente dedicada à reprodução de espécies marinhas, o Oceanário de Lisboa contribui para o aprofundando o desenvolvimento de processos, técnicas e competências, que têm vindo a gerar bons resultados, sendo pioneiro na reprodução de várias espécies.

REPRODUÇÃO DE PEIXES ÓSSEOS

36 ESPÉCIES ESTUDADAS | 4 NOVAS ESPÉCIES
REPRODUZIDAS COM SUCESSO EM 2022

REPRODUÇÃO DE CORAIS

5 ESPÉCIES ESTUDADAS | NOVO EQUIPAMENTO PARA
AS FASES DE EMBRIOGÉNESE E ASSENTAMENTO

ANIMAIS CEDIDOS A 6 AQUÁRIOS PÚBLICOS DA EUROPA

PARTICIPAÇÃO EM 16 PROGRAMAS EUROPEUS DE REPRODUÇÃO

CONTRIBUIÇÃO PARA A CIÊNCIA

Uma das vertentes de contribuição do Oceanário de Lisboa para a conservação dos oceanos passa pela promoção do conhecimento científico sobre as espécies da sua coleção biológica. O trabalho que desenvolve nesta área e a partilha de conhecimento e experiência que concretiza com uma rede internacional de instituições similares permite ao Oceanário de Lisboa ser um promotor e parceiro importante no trabalho colaborativo para a conservação e para a ciência.

7 PARTICIPAÇÕES EM ESTUDOS CIENTÍFICOS

5 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

12 COMUNICAÇÕES EM CONGRESSOS DA ESPECIALIDADE

2 COLABORAÇÕES EM CURSOS DE MESTRADO

CONSERVAÇÃO IN-SITU

A intervenção do Oceanário de Lisboa contempla a atribuição de financiamento, dirigido a projetos inéditos que possam contribuir de forma decisiva para a conservação de espécies ameaçadas e da biodiversidade marinha em geral. Em 2022, encontravam-se em cursos os seguintes projetos apoiados pelo Oceanário de Lisboa.

10 PROJETOS DE CONSERVAÇÃO EM CURSO

EEL TREK

CONHECER OS MOVIMENTOS DAS ENGUIAS NOS AÇORES

2019-2022 | Açores

PARCEIROS/ENTIDADES: Fundação Gaspar Frutuoso

WHALE TALES

AUMENTAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE O CACHALOTE NA MADEIRA

2019-2022 | MADEIRA

PARCEIROS/ENTIDADES: ARDITI – Associação Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação

THE SELVAGENS' LIMPET PROJECT

REALIZAR ESTUDO GENÉTICO DA LAPA DAS ILHAS SELVAGENS

2019-2022 | Ilhas Selvagens, Madeira

PARCEIROS/ENTIDADES: Universidade Lusófona (coordenação), Museu de História Natural do Funchal, Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve, Instituto Português de Malacologia

COACH

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA APANHADA DE BERBIGÃO

2019-2022 | Ria de Aveiro

PARCEIROS/ENTIDADES: Universidade de Aveiro/CESAM

DEEPBASELINE

CRIAR CONHECIMENTO SOBRE ESPONJAS E CORAIS DE PROFUNDIDADE NA COSTA PORTUGUESA

2019-2022 | Portugal

PARCEIROS/ENTIDADES: CIIMAR, IPMA, Universidade dos Açores

PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2012-2022 | São Tomé

PARCEIROS/ENTIDADES: Associação Programa Tatô

MANTA CATALOG AZORES

AUMENTAR O CONHECIMENTO SOBRE A PRESENÇA DE MOBULAS

2017-2022 | Açores e Atlântico Este

FLY WITH BULL RAYS

CONHECER A DISTRIBUIÇÃO, ABUNDÂNCIA, COMPORTAMENTOS E MODOS DE VIDA DOS RATÕES-BISPO

2017-2022 | Malta e Ilhas Canárias

PARCEIROS/ENTIDADES: IMAR – Instituto do Mar, Açores

TUNAPRINT - THE TUNA BEHIND THE CAN

CARACTERIZAR A UTILIZAÇÃO DAS ESPÉCIES DE ATUM NA INDÚSTRIA CONSERVEIRA PORTUGUESA

2019-2022 | Portugal

PARCEIROS/ENTIDADES: MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

ANGOLA ELASMO PROJECT

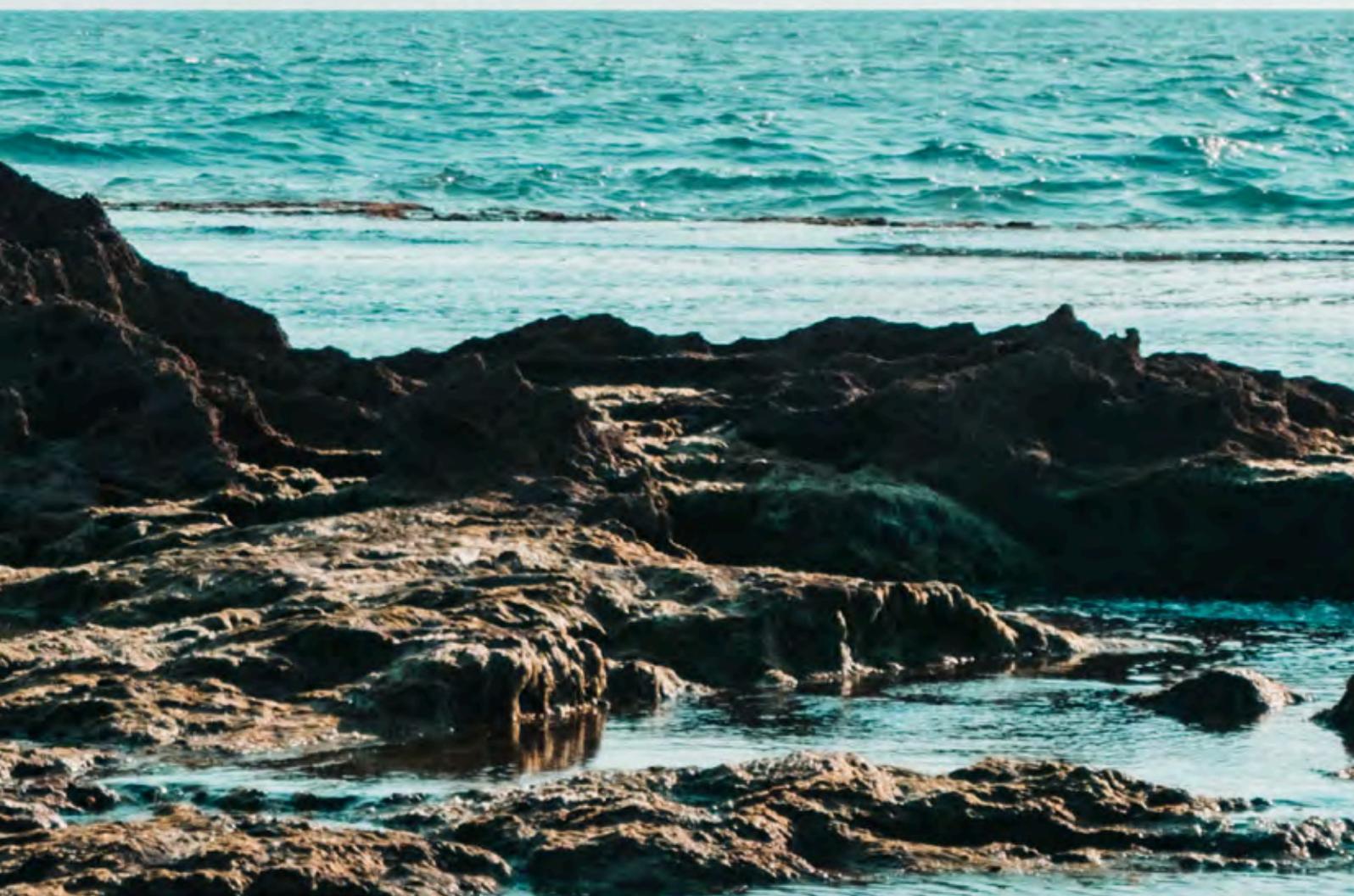
AVALIAR O IMPACTO DA PESCA NA ABUNDÂNCIA E DIVERSIDADE DE TUBARÕES E RAIAS EM ANGOLA

2021-2022 | Angola

PARCEIROS/ENTIDADES: Ludwig-Maximilians - University of Munich



PESCA SUSTENTÁVEL



PESCA SUSTENTÁVEL DO POLVO NO ALGARVE

A Fundação Oceano Azul promove a implementação de abordagens e modelos inovadores para a gestão da pequena pesca, desenhados e desenvolvidos em parceria com ONGs locais, pescadores, governo português, municipal e regional e cientistas, com vista a alcançar um oceano próspero e resiliente.

O programa PARTICIPESCA, um projeto-piloto de cogestão da pequena pesca de polvo, na região do Algarve, em Portugal, pretende uma maior proteção do capital natural, um aumento dos recursos pesqueiros e com um maior retorno às comunidades piscatórias.

A ANP|WWF assume formalmente a coordenação operacional do projeto, enquanto entidade facilitadora e líder operacional do consórcio constituído também pela EDF, CCMAR e IPMA, contando com o cofinanciamento público do Programa Operacional Mar2020 e com apoio e supervisão da Fundação Oceano Azul.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

ANP | WWF Portugal
EDF - Environmental Defense Fund
CCMAR
IPMA
NBI
14 associações de pesca

CO-FINANCIAMENTO

OAK Foundation

CAPITAL NATURAL AZUL PESCA SUSTENTÁVEL

EM 2022

Envolvimento entre pescadores, cientistas e outras partes interessadas e criação de relações de confiança

11 reuniões presenciais de processo participativo para construção da visão, objetivos, medidas e indicadores

Criação e dinamização do Grupo de Aconselhamento Científico

Criação e dinamização do Grupo «Global Octopus Network» - rede mundial de peritos para a partilha de conhecimento sobre a pesca sustentável do polvo

Levantamento de dados científicos no terreno: monitorização e caracterização do recurso e pescaria

Preparação de metodologias para experiências em cativeiro

Visita a outros Comités de Cogestão: Comité de Cogestão das Berlengas e Comité de Cogestão de Conil de la Frontera, Espanha

Participação em workshops e congressos

Reforço da monitorização e vigilância - 55 GPS alocados

Elaboração de plano de comunicação, website, documento, testemunhos, newsletters, PRs

PROCESSO PARTICIPATIVO

14

ASSOCIAÇÕES DE PESCA

>700

PESCADORES

350

BARCOS DE PESCA DE POLVO NO ALGARVE

13

MUNICÍPIOS

6

ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO

3

ENTIDADES DE IDENTIFICAÇÃO

RESULTADOS DO PROGRAMA

FUTURO COMITÉ DE COGESTÃO DA PESCA DO POLVO DO ALGARVE

PROPOSTA E RECOMENDAÇÕES

PLANO DE GESTÃO DA PESCA DO POLVO DO ALGARVE

PROPOSTA E RECOMENDAÇÕES

PLANO DE AÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DO POLVO DO ALGARVE

PROPOSTA

PROJETO DE PORTARIA QUE DEFINE O REGIME JURÍDICO DA PESCA POR ARMADILHA

APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS



A close-up photograph of a sea slug, likely a nudibranch, clinging to a brown, textured branch. The slug's body is translucent with a yellowish-brown hue and is covered in numerous small, white, circular spots. Its large, prominent eyes are visible on the left side. The background is a soft, out-of-focus underwater scene with green seaweed and a sandy bottom.

DESENVOLVIMENTO
DO CONCEITO
CAPITAL NATURAL
AZUL

BLUE NATURAL CAPITAL CHALLENGE

Em março de 2022, a Fundação Oceano Azul lançou a 1ª edição do Blue Natural Capital Challenge. Sob o lema “Take less, Earn more”, desafiaram-se economistas a juntarem-se com juristas, cientistas e marketeers para desenvolverem mecanismos económicos que valorizem o capital marinho natural em Áreas Marinhas Protegidas portuguesas.

O programa teve como objetivo a construção de soluções que valorizem o pescado em áreas marinhas protegidas e áreas envolventes, e que contribuam, em simultâneo, para uma valorização da pesca sustentável. Foi também estabelecido que o projeto vencedor deveria aumentar o valor comercial do pescado, beneficiando a qualidade, e não a quantidade de peixe capturado, valorizando a biodiversidade de espécies e o rendimento dos pescadores.

CAPITAL NATURAL AZUL
DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO
CAPITAL NATURAL AZUL

EM 2022

Ao desafio, candidataram-se três grupos de especialistas. Todavia, a Fundação entendeu que apenas uma proposta se aproximou dos requisitos estabelecidos, mas havendo ainda a necessidade de revisão do respetivo enquadramento.

Para a implementação da proposta vencedora será atribuído um prémio de 150 mil euros.







UMA NOVA
BIOECONOMIA
AZUL

BLUE BIO VALUE IDEATION

Promovido pela Fundação Oceano Azul em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, o Blue Bio Value Ideação pretende fomentar a geração de novas ideias de negócio relacionadas com o oceano.

Vocacionado sobretudo para a comunidade académica, não só científica, mas também de business, este programa, copromovido com a Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria com a Bluebio Alliance e implementado pela BGI, visa aumentar a transferência de tecnologia das Universidades e Centros de Investigação para o mercado, procurando atrair projetos de investigação na área da biotecnologia azul que possam ser trabalhados numa perspetiva de criação de soluções inovadoras e novos negócios e, assim, promover uma utilização sustentável dos biorecursos marinhos.

CAPITAL NATURAL AZUL
UMA NOVA BIOECONOMIA AZUL

EM 2022

Duas sessões de ideação realizadas no Porto e em Lisboa com o apoio da Porto Business School e da NOVA SBE

71 participantes, num total de 22 Equipas em concurso provenientes de mais de 20 centros de I&D nacionais e europeus

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Bluebio Alliance

BGI

Porto Business School

NOVA SBE

PROGRAMA PROMOVIDO CONJUNTAMENTE COM

Fundação Calouste Gulbenkian

3 EDIÇÕES
EM 3 ANOS

>160

PARTICIPANTES

+45%

PARTICIPANTES
(2022 VS 2021)

24

PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO

3

PROJETOS PARTICIPARAM
NO BLUE BIO VALUE
ACELERAÇÃO



BLUE BIO VALUE ACCELERATION

O Blue Bio Value Aceleração é um programa internacional, baseado em Portugal, que faz a aceleração de startups ligadas à bioeconomia azul e tem como visão estratégica transformar Portugal num centro internacional de excelência para empresas que operam ao longo da cadeia de valor dos biorecursos marinhos.

Este programa de capacitação de novas empresas permite fortalecer os seus modelos de negócio, testar e melhorar as suas estratégias de mercado e estabelecer pontes com possíveis investidores e parceiros industriais.

CAPITAL NATURAL AZUL
UMA NOVA BIOECONOMIA AZUL

EM 2022

A 5ª edição recebeu 84 candidaturas, provenientes de 39 países, tendo sido selecionadas 18 startups de 12 nacionalidades (Portugal, Espanha, Suíça, Holanda, Croácia, Lituânia, Polónia, Noruega, Canadá, Estados Unidos da América, Hong Kong e Chile).

O programa teve a duração de 7 semanas – 5 remotas e as últimas 2 presenciais, durante as quais os founders estiveram em Lisboa e tiveram a oportunidade de fazer networking, reunir com investidores e possíveis parceiros industriais e comerciais, visitar centros de I&D e empresas relacionadas com a biotecnologia azul.

As vencedoras desta edição foram a portuguesa Exogenous Therapeutics, a polaca Proteon Pharmaceuticals e a holandesa Sophie's BioNutrients. Estas startups foram premiadas com um valor global de €45.000, a ser aplicado no desenvolvimento de cada um dos projetos, através da Blue Demo Network, uma rede nacional de serviços de bioeconomia azul.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Bluebio Alliance
MAZE

PROGRAMA PROMOVIDO CONJUNTAMENTE COM

Fundação Calouste Gulbenkian

5 EDIÇÕES EM 5 ANOS

77

STARTUPS

> 300

CANDIDATURAS

> 200K€

EM PRÉMIOS ATRIBUÍDOS

24

PAÍSES

70

MENTORES
ESPECIALISTAS EM
ANGARIAÇÃO DE FUNDOS,
BIOTECNOLOGIA AZUL,
DESENVOLVIMENTO DE
PRODUTO, IMPACTO,
EMPREENDEDORISMO,
MARKETING &
COMUNICAÇÃO

> 18M€

CAPITAL ANGARIADO

100%

DAS STARTUPS
RECOMENDAM
O PROGRAMA
BLUE BIO VALUE



PLATAFORMA PARA A BIOECONOMIA AZUL

Tendo como missão contribuir para acelerar e potenciar o desenvolvimento da bioeconomia azul em Portugal, a Fundação Oceano Azul liderou, a partir de 2021, um processo para a criação e dinamização de uma Plataforma que tem como principais objetivos aumentar o mercado organizado – investindo em cadeias de valor da bioeconomia azul –, proporcionar mais oportunidades que assegurem um aumento da transferência de conhecimento para o mercado neste sector e impulsionar o crescimento empresarial – juntando agentes de várias indústrias ao conhecimento científico e tecnológico, e a soluções emergentes de novas empresas.

CAPITAL NATURAL AZUL UMA NOVA BIOECONOMIA AZUL

EM 2022

Formalizou-se a constituição do consórcio empresarial que irá implementar, até 2025, o “Pacto de Inovação para a Bioeconomia Azul”, liderado pela Inovamar.

Este projeto será central no desenvolvimento da bioeconomia azul nacional, em especial a biotecnologia. É caracterizado por um conjunto de verticais industriais e projetos de capacitação do sector, que permitirão gerar mais de 50 novos produtos, processos e serviços nas áreas da aquacultura, biomateriais e novas soluções alimentares e de saúde.

Este projeto resultou dos esforços concertados pela Fundação Oceano Azul no sentido de desenvolver e submeter uma candidatura a uma “Agenda Mobilizadora para a Reindustrialização do País”.

O estabelecimento da Plataforma para a Bioeconomia Azul permitiu estabelecer a cooperação entre empresas, centros de I&D, PME e start-ups, com o objetivo de impulsionar o crescimento empresarial, através de soluções inovadoras de elevado teor científico e tecnológico, sustentáveis e com escala industrial, que permitirão criar ou melhorar cadeias de valor de várias indústrias.

Este Consórcio, constituído por 83 empresas e centros de I&D nacionais, irá investir mais de 134 M€ até 2025, dos quais 94 M€ são financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Estes investimentos irão aportar valor e inovação a produtos, serviços e processos industriais produzidos em Portugal, como food & feed, têxteis e calçado, biomateriais, produção e processamento de algas, produção de bivalves, soluções ambientais (biorremediação, etc.), entre outros.

83

EMPRESAS E CENTROS DE
I&D NACIONAIS

> 134 M€

INVESTIMENTO ATÉ 2025

94 M€

FINANCIAMENTO PÚBLICO
(PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA)



BBID BLUE BIO INNOVATION DISTRICT

A Fundação Oceano Azul foi convidada pelo Governo português a liderar o desenvolvimento de um Hub Internacional de Bioeconomia e Economia Circular Azul.

Este convite surge no âmbito da Task Force para o Mar criada em 2022 e presidida pelo Ministério da Economia e do Mar, iniciativa que pretende aumentar o contributo do mar para a economia do país e reforçar a posição e a visibilidade de Portugal no mundo, integrando – entre outras entidades públicas e privadas – a Fundação Oceano Azul.

CAPITAL NATURAL AZUL UMA NOVA BIOECONOMIA AZUL

EM 2022

A Fundação Oceano Azul apresentou ao Governo português a proposta de constituição de um Grupo de Trabalho que terá como objetivo recomendar um pacote de medidas que assegurem um enquadramento competitivo para o sector da biotecnologia azul em Portugal, assim como propor um modelo técnico e de gestão para o Centro de Internacional de Biotecnologia Azul.

Pretende-se que esta iniciativa posicione Portugal como país pioneiro da biotecnologia azul a nível mundial. O desenvolvimento de um hub assente num conjunto de medidas de ordem regulamentar, económica e de promoção da criação de conhecimento aplicado, permitirá alavancar as vantagens competitivas do país, permitindo, através de uma proposta de valor a desenvolver, agregar players e concentrar num espaço comum o conhecimento, o capital e as empresas.

OBJETIVO

POSICIONAR PORTUGAL COMO PAÍS PIONEIRO DA BIOTECNOLOGIA AZUL A NÍVEL MUNDIAL







REDE AZUL

RISE UP BLUE CALL TO ACTION

Criada pela Fundação Oceano Azul, a Ocean Unite e a Oak Foundation, a iniciativa RISE UP – Blue Call to Action, com proposta entregue em 2020 ao Secretário-Geral das Nações Unidas, reúne o apoio de centenas de organizações, unidas no apelo conjunto da sociedade civil aos governos e empresas para que se comprometam com ações ousadas e urgentes, para a recuperação do oceano.

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES SUBSCRITORAS

Greenpeace; Flora Fauna International; Web Summit; PADI; Mission Blue; The Ocean Foundation; Nekton; The Ocean Agency; Sciaena; Marilles Foundation; Ocean Alive; Surfrider Foundation; MAR Fund; Project AWARE; MAVA Foundation; Quercus; Environmental Defense Fund; Sargasso Sea Commission; Manta Trust; Costa Humbolt; Zoological Society of London; Oceanic Preservation Society; REV Ocean; Marine Conservation Society; Lonely Whale; Wetlands International; Peace Parks Foundation; Marine Megafauna Foundation; Tata Trusts; WSL PURE; University of Algarve; Gallifrey Foundation; EuroMarine; BLOOM; The Ocean Race; Arcadia; LPN; Planeta Oceano; MarViva; Environmental Investigation Agency; Global Fishing Watch; Velux Foundations; and many more.

CO-FINANCIAMENTO

OAK Foundation

REDE AZUL

EM 2022

Concretizou-se o seu principal objetivo inicial - influenciar positivamente os resultados da Conferência dos Oceanos da ONU e elevar o nível de participação da sociedade civil nas deliberações da Conferência.

Trouxe uma rede de mais de 575 organizações à atenção da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas 2022

Realização de uma sessão de trabalho que reuniu um total de 120 organizações da rede, oradores de alto nível e defensores globais dos oceanos para discutir as prioridades da agenda do oceano para 2022.

Organização, em conjunto com o Governo de Tuvalu, de um "side event" no programa oficial da Conferência dos Oceanos.

A iniciativa RISE UP – Blue Call to Action foi também ativada em momentos chave da tomada de decisões para influenciar positivamente as decisões políticas que dizem respeito ao oceano, nomeadamente:

High Seas Treaty

Campanha #StopFundingOverfishing

Deep Sea Mining

Convenção sobre Diversidade Biológica

>575

ORGANIZAÇÕES

123.000

ASSINATURAS DA PETIÇÃO

120

ORGANIZAÇÕES
REPRESENTADAS NA SESSÃO
DE TRABALHO DA REDE RISE
UP - BLUE CALL TO ACTION
PARA A CONFERÊNCIA DOS
OCEANOS DA ONU



PARTICIPAÇÃO E APOIO A PLATAFORMAS, ORGANIZAÇÕES E REUNIÕES SOBRE O OCEANO

O tão esperado ano do oceano teve finalmente lugar em 2022, após um atraso de dois anos relacionado com a pandemia. Com uma grande concentração de decisões políticas e de convocação da sociedade civil, a área “Rede Azul” da Fundação Oceano Azul esteve muito ativa.

EM 2022

ONE OCEAN SUMMIT, Brest

De 9 a 11 de fevereiro, cerca de 40 chefes de estado e vários representantes políticos, do sector privado e da sociedade civil, reuniram-se na One Ocean Summit em Brest, organizada pelo Presidente de França Emmanuel Macron, para discutir o futuro do oceano. A cimeira focou-se em 4 temas principais – a proteção dos ecossistemas marinhos, a poluição marinha, as alterações climáticas e a governação do oceano – e viu vários líderes mundiais tomar ações concretas através da ratificação de diversos acordos internacionais para a conservação do oceano. Os administradores da Fundação Oceano Azul Tiago Pitta e Cunha e João Falcato discutiram as ações necessárias para combater o impacto da crise climática na saúde do oceano e a importância da criação de uma nova geração azul, respetivamente.

REDE AZUL

PREPARAÇÃO PARA A 4ª CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A BIODIVERSIDADE MARINHA ALÉM DA JURISDIÇÃO NACIONAL (BBNJ)

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o apoio da Fundação Oceano Azul, da High Seas Alliance, da The Pew Foundation e do Natural Resources Defence Council, realizou o 3ª workshop BBNJ, no Oceanário de Lisboa, nos dias 17 e 18 de fevereiro. Representantes de 25 países tiveram a oportunidade de discutir diversas propostas e posições, identificando, assim, pontos de convergência e de divergência fora das negociações formais na ONU.

APOIO À MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO (SIDS)

A Missão Permanente de Portugal junto dos Organismos e Organizações Internacionais das Nações Unidas e o Embaixador Peter Thomson, com o apoio da Fundação Oceano Azul, organizaram uma reunião com o intuito de mobilizar a comunidade internacional de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) a desenvolver uma estratégia conjunta para a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas.

WORLD OCEAN SUMMIT

Mais de 100 oradores e 5000 participantes reuniram-se no 9º evento anual World Ocean Summit organizado pelo Economist Impact e pela World Ocean Initiative e patrocinado pela Fundação Oceano Azul. O evento online deu palco a várias discussões na área da reabilitação e conservação do oceano, tendo como especial foco seis indústrias: transporte marítimo, pesca, aquacultura, energia, turismo e plásticos. Os oradores debateram temas como a economia e as finanças do mar, as novas tecnologias e a governação do oceano, dentro do contexto destas seis indústrias.

COP 27 | CLIMATE CHANGE CONFERENCE,

Sharm El-sheikh, Egito

A Fundação Oceano Azul garantiu a criação de fortes ligações entre a COP26 e a Conferência do Oceano da ONU, através da realização de um jantar dedicado ao tema “Oceano-Clima” que reuniu os Estados-Membros e a sociedade civil. Este evento, organizado pelos Governos de Portugal e do Quênia, juntamente com o Embaixador Peter Thomson, contou com o apoio pela Fundação Oceano Azul.

20

EMBAIXADORES

DOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO (SIDS) PRESENTES NO EVENTO DE PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS OCEANOS, INCLUINDO A SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA, AMINA MOHAMMAD

>50

EVENTOS REALIZADOS NO OCEANÁRIO DE LISBOA DURANTE CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS OCEANOS

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO OCEANO AZUL DISCURSA NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS OCEANOS

23

ESTADOS MEMBROS REPRESENTADOS NA COP27 PRESENTES NO FRIENDS OF OCEAN CLIMATE DINNER

		SIDS Pre-UNOC Breakfast, NYC									
	One Ocean Summit, Brest	Monaco Blue Initiative, Monaco		IOC-UNESCO Foundation's Dialogue, Rabat	UN Ocean Conference, Lisbon		High Seas Treaty IGC4, NYC			UNFCCC COP27, Sharm El-Shiekh	CBD COP15, Montreal
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
		High Seas Treaty IGC4, NYC		ONE OCEAN SUMMIT, Brest, França	WORLD OCEAN SUMMIT, online					EU Commission Atlantic-Artic Lighthouse Launch	
		World Ocean Summit, online									



CONFERÊNCIA DOS OCEANOS DAS NAÇÕES UNIDAS

A Conferência dos Oceanos das Nações Unidas 2022 decorreu entre 27 de junho e 1 de julho, em Lisboa, coorganizada pelos governos de Portugal e do Quênia, tendo como objetivo “Reforçar a ação do oceano com base na ciência e inovação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14: avaliação, parcerias e soluções”.



FUNDAÇÃO OCEANO AZUL DESIGNADA PELAS NAÇÕES UNIDAS COMO “UMBRELLA ORGANIZATION”

A Fundação desempenhou um papel importante acolhendo mais de 50 eventos e atuando na capacitação do acesso da sociedade civil à Conferência, tendo sido designada pelas Nações Unidas como “Umbrella Organization”, providenciando 60 credenciações a representantes da sociedade civil, que, de outra forma, não teriam tido possibilidade de participar na Conferência.

FUNDAÇÃO OCEANO AZUL TEVE PARTICIPAÇÃO ATIVA NA CONFERÊNCIA, ORGANIZANDO E COORGANIZANDO VÁRIOS EVENTOS NA “BLUE ZONE”

Leading by doing

Latest large-scale actions and new announcements on ocean conservation to achieve 2030 goals

O evento foi palco de importantes anúncios na área da implementação de Áreas Marinhas Protegidas, contando com a participação de Duarte Cordeiro, Ministro do Ambiente e da Ação Climática, do Governo Português.

Driving positive ocean action

the challenges and opportunities of sustainable blue finance for 30by30 and sustainable blue economies

Debateram-se as ferramentas financeiras existentes, bem como as que ainda são necessárias criar de forma a ampliar a ação oceânica.

RISE UP – From a Blue Call to Action to a Blue Plan of Action

Foram debatidas as ações necessárias, após 2022, dentro do contexto do “RISE UP – a Blue Call to Action”, movimento liderado pela Fundação Oceano Azul e pela Oak Foundation, que conta com mais de 550 organizações, e que propõe 29 ações prioritárias que devem ser consideradas na Agenda Internacional do Oceano.

Participação na sessão de plenário do Presidente da Fundação Oceano Azul, José Soares dos Santos



TRÊS GRANDES EVENTOS NO OCEANÁRIO DE LISBOA

RISE UP – A BLUE CALL TO ACTION

No domingo que antecedeu a Conferência, decorreu uma sessão de trabalho que juntou cerca de 120 membros do grupo “RISE UP – A Blue Call to Action” para partilharem conhecimentos e debaterem problemas chave para a conservação do oceano, como a mineração dos fundos marinhos, a proteção do Alto Mar e a implementação de Áreas Marinhas Protegidas.

Estiveram presentes várias personalidades de alto nível da sociedade civil, como Sylvia Earle, Mission Blue; Imani Fairweather Morrison, Oak Foundation; Monica Verbeek, Seas at Risk e Enric Sala, National Geographic.

OCEANO AZUL WELCOME PARTY

Receção de boas-vindas, que celebrou o início da Conferência dos Oceanos e que reuniu mais de 400 “amigos” e parceiros. Esta festa representou um importante momento de descontração no arranque da Conferência, mas não deixou de lembrar a necessidade de ação urgente em prol do oceano, através dos vários discursos do Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa; o Embaixador Peter Thomson, Enviado Especial para os Oceanos das Nações Unidas; o Ministro da Educação, João Costa; o CEO da Fundação Oceano Azul, Tiago Pitta e Cunha, bem como de Sylvia Earle.

“FRIENDS OF THE OCEAN AND CLIMATE”

Em parceria com a United Nations Foundation e a Ocean Conservancy, com o Embaixador Peter Thomson e o Governo de Portugal, a Fundação Oceano Azul organizou um jantar de alto nível que contou com a presença de vários representantes dos governos pertencentes ao grupo “Friends of the Ocean and Climate”, incluindo embaixadores, ministros e membros da realeza. O jantar reafirmou a ambição coletiva deste grupo líder nas questões da conservação do oceano.

OUTROS EVENTOS

A Fundação Oceano Azul coorganizou e facilitou ainda a realização de bastantes outros eventos de vários parceiros-chave, como o Waitt Institute, a Comissão Europeia, a Fundação Príncipe Alberto do Mónaco II, bem como diversos representantes de governos mundiais.

Durante a semana da Conferência, a Fundação Oceano Azul teve também a honra de receber o Presidente da República Francesa, Emmanuel Macron, que conversou com o Embaixador Peter Thomson, com Olivier D’Arvor, Embaixador de França para os Temas Polares e Marinhas, e com Aulani Wilhelm, especialista da Casa Branca na área da conservação dos oceanos, sobre os temas prioritários na agenda do oceano 2022 e a necessidade de proteger o alto mar e fundo marinho para que se possam realizar estudos que permitam conhecer melhor estes ecossistemas.

OCEAN BASECAMP

Com a intenção de criar um espaço de descontração, partilha e networking entre organizações nacionais e internacionais, próximo da Conferência dos Oceanos, a Fundação Oceano Azul, a Sciaena e a Seas at Risk criaram o Ocean Basecamp - um espaço aberto a todas as organizações não governamentais que se dedicam à proteção e conservação do oceano, que contou com programação própria, palestras e workshops com temas alinhados com os discutidos na Conferência, o que realçou a força da união dos movimentos de cidadãos e a sua voz ativa para potenciar a mudança necessária em prol de um oceano saudável e produtivo.

MAIS DE 400 MUPIS NA CIDADE DE LISBOA

Durante a semana da conferência, decorreu também a campanha de comunicação, com mensagens focadas no papel fundamental que o oceano desempenha na vida da Terra. Mais de 400 mupis estiveram espalhados por toda a cidade de Lisboa, foram afixadas mensagens nas várias faces do edifício do Oceanário de Lisboa.

“RISE UP CRIANÇAS E JOVENS, JUNTOS PELO OCEANO”

Numa iniciativa da Direção-Geral da Educação, em articulação com a Fundação Oceano Azul, a Rede de Clubes de Ciência Viva na Escola, a Escola Azul e o EstudoEmCasaApoia, decorreu no Oceanário de Lisboa esta iniciativa em que os alunos do programa “Educar para uma Geração Azul” foram desafiados a votar nas prioridades que consideram mais importantes para o oceano, uma oportunidade única para exercerem uma cidadania ativa. Os resultados desta grande mobilização foram expressos numa Carta Aberta à ONU, que foi assinada por representantes das entidades envolvidas e entregue ao enviado especial do Secretário-geral das Nações Unidas para os Oceanos, Peter Thomson.

RISE UP

a blue call to action
children and youth

REFERENDUM - 21,051 STUDENTS



ACONSELHAMENTO JUNTO DOS GOVERNOS

A Fundação Oceano Azul pretende posicionar-se como um agente importante junto dos decisores políticos e líderes mundiais, com vista a promover e robustecer a agenda internacional do oceano.

Com este intuito, procura empenhar-se no papel estrategicamente relevante de reunir a vontade e a iniciativa entre governos e partes interessadas da sociedade civil no que diz respeito à agenda da sustentabilidade dos oceanos.

REDE AZUL

EM 2022

Encontros com representantes de diversos países

Para reforçar a importância do oceano na agenda política, e sensibilizar para a relevância da Conferência do Oceano das Nações Unidas.

Colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal

Através de compromissos relacionados com a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, bem como com iniciativas de base europeia.

Trabalho conjunto com a Comissão Europeia para a Missão Oceano

Com vista à definição de compromissos relacionados com a Missão Oceano e o Lighthouse Program, nomeadamente o Atlantic-Arctic Lighthouse, bem como a Carta da Missão.

“Blue Governance” discute a necessidade de uma forte governação europeia dos oceanos

Desenvolvido em parceria com o Instituto Jacques Delors da UE, o evento “Blue Governance” da UE reuniu os governos de Portugal, França e Irlanda, bem como a Comissão Europeia para discutir a necessidade de uma forte governação europeia dos oceanos.

Trabalho em estreita colaboração com a ONU para o sucesso da Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano, em Lisboa

Incluindo trabalho desenvolvido com o UN DESA, o Embaixador Peter Thomson, Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Oceano, várias Missões Permanentes da ONU, bem como Amina Mohammad, Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas.



CAPACITAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DEDICADAS AO OCEANO

É objetivo da Fundação Oceano Azul contribuir para o surgimento, em Portugal, de ONGs focadas no oceano, que sejam mais fortes, mais ativas e mais relevantes nessa área.

Em parceria com a OAK Foundation, lançou um programa que visa capacitar uma ONG a operar em Portugal. A instituição selecionada foi a ANP | WWF Portugal, através de um apoio financeiro, para o período de 2020-2021-2022, tendo como principal objetivo reforçar o seu posicionamento como organização ativa na proteção do oceano junto de stakeholders, incluindo decisores políticos, autoridades, profissionais dos setores, outras organizações não-governamentais e, em geral, a opinião pública.

INSTITUIÇÃO PARCEIRA

ANP | WWF Portugal

CO-FINANCIAMENTO

OAK Foundation

REDE AZUL

AÇÕES DA ANP|WWF PORTUGAL AO ABRIGO DO PROGRAMA

IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROGRAMAS DE CONSERVAÇÃO DO OCEANO FOCADOS NA PESCA SUSTENTÁVEL E NA COGESTÃO

Formalização do Comité de Cogestão do Co-pesca das Berlengas

Participação e organização de congressos focados na Pesca de Pequena Escala

ADVOCACIA ATIVA E RELEVANTE, TANTO A NÍVEL NACIONAL COMO INTERNACIONAL, PARA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS DE PESCA, NOMEADAMENTE NA POLÍTICA COMUM DAS PESCAS

Participação e contribuição em diversas consultas públicas, nacionais e europeias, nomeadamente: “Common Fisheries Policy revision” | Área Marinha Protegida da Lagoa dos Salgados | “European Maritime Fisheries and Aquaculture Fund 21-27” | 2º ciclo da “Marine Strategy Framework Directive” | “Assessing the Socio-Economic impact of the EU-CFP” | “Priorities for the revision of the EU Fisheries Control System”

Desenvolvimento de “Policy briefs” e factsheets sobre: Oceano & Clima, “Low Impact Fisheries” e Áreas Marinhas Protegidas

Organização, e coorganização, de 8 eventos no âmbito da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas

IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS CONCRETAS PARA A PROTEÇÃO DE ESPÉCIES BANDEIRA EM PORTUGAL,

“Tubarões e Raias: Guardiões do oceano em crise”

Relatório e factsheets | Website interativo sobre o comércio internacional de produtos de tubarões e raias | Guia de consumo | Advocacy junto de entidades governamentais e administrativas para o desenvolvimento do “Plano de Ação Nacional para Tubarões e Raias”

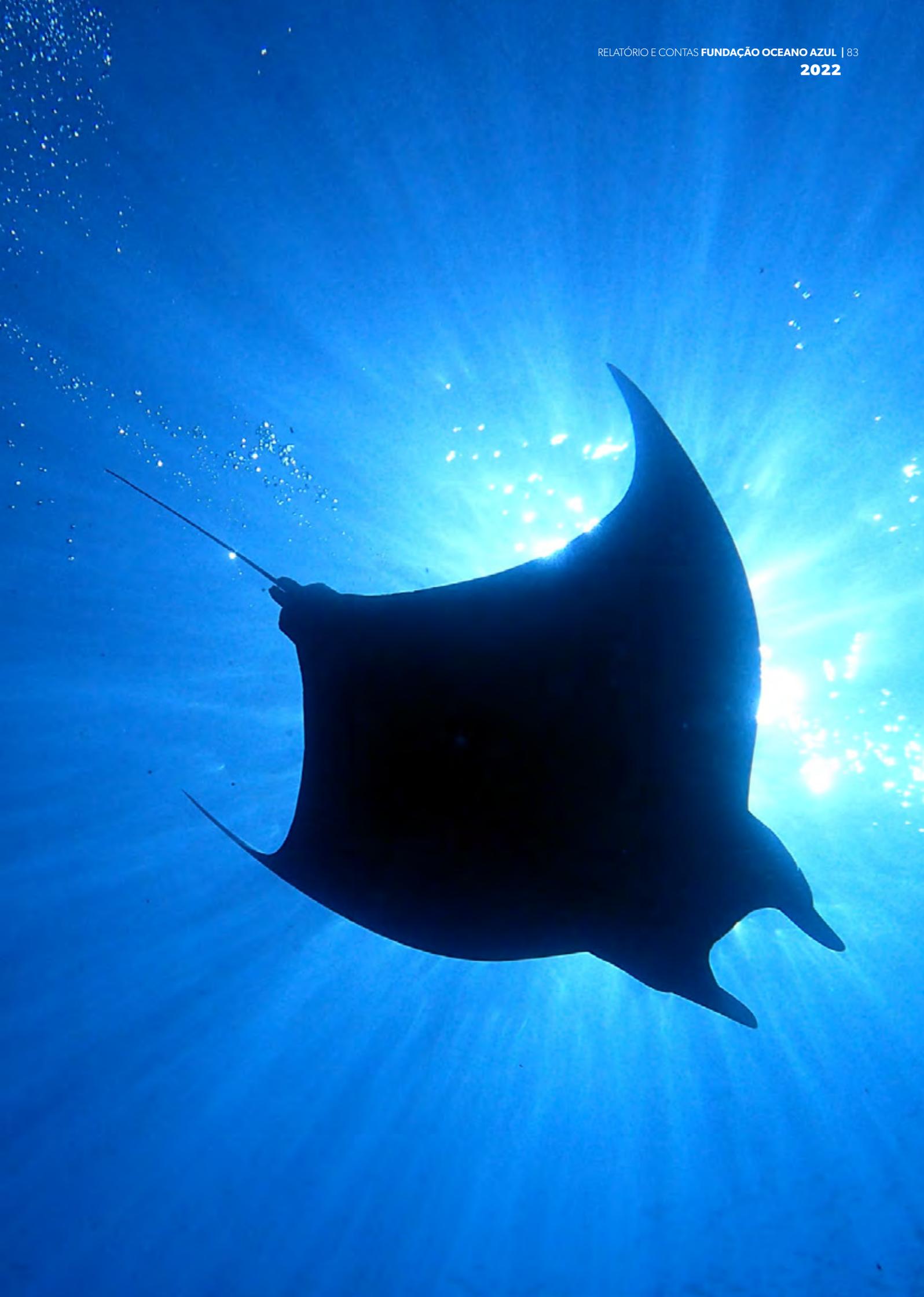
“Golfinhos no Tejo”

Relatório “Golfinhos no Tejo: por um estuário mais saudável” | Contribuição para o “Guia de Boas Práticas para a Observação de Golfinhos no Tejo

Lançamento do “Observatório científico de cetáceos no Tejo”

Contributo para o relatório internacional “Into deep, what we know and do not know about Deep Seabed Mining”

Organização de webinar para lançamento público do relatório e contribuições para o mesmo, posicionando-se a ANP|WWF como escritório focal para as questões relacionadas com o “Deep Sea Mining”.



SENSIBILIZAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DO OCEANO



Garantir a inclusão do oceano na agenda pública e mediática e alertar a sociedade civil, os media e os decisores políticos para o nexso oceano-clima são dois objetivos estratégicos da Comunicação na Fundação Oceano Azul.

Por isso, em 2022, contribuímos para o aumento do interesse jornalístico sobre o oceano – desde o papel fundamental que tem para o clima, as ameaças que enfrenta e as soluções possíveis para as mitigar, passando por medidas concretas, como a criação de novas Áreas Marinhas Protegidas e o desenvolvimento de uma nova bioeconomia azul.

Cinco anos depois da criação da Fundação Oceano Azul, 2022 foi o verdadeiro game changer do ponto de vista mediático. Considerado o super-ano do oceano a nível internacional, a Fundação impôs-se como player incontornável nas temáticas do oceano em Portugal.

Ao longo do ano, o trabalho de comunicação desenvolvido no âmbito da realização da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas em Lisboa colocou a Fundação em todos os radares nacionais. A Fundação Oceano Azul procurou capacitar os jornalistas para a temática do oceano, tendo desenvolvido vários documentos-base sobre a conferência e os temas mais prementes da governação do oceano, culminando numa sessão presencial de esclarecimento no Oceanário de Lisboa. Mais de 30% das notícias em que a Fundação é referida em 2022 acontecem no âmbito da realização deste evento. Aproveitando o momentum, foi no mês de junho que a Fundação Oceano Azul veiculou uma campanha de comunicação, através de outdoors, lonas gigantes no Oceanário de Lisboa e peças digitais, alertando para a importância fundamental que o oceano tem. O impacto internacional da Conferência das Nações Unidas para os oceanos foi também notório, sendo a Fundação Oceano Azul referida em cerca de 250 notícias publicadas em meios internacionais.

As atividades no âmbito do «Dia Internacional da Limpeza Costeira», foram o segundo tema com mais referências à Fundação, em 2022, totalizando 13% do total de notícias publicadas, sendo claro que este já é um evento incontornável na agenda dos media. Em destaque esteve também a Expedição Oceano Azul | Cascais | Mafra | Sintra, com cerca de 79 notícias, iniciativa que voltou a colocar a Fundação Oceano Azul na imprensa internacional.

No total, foram publicadas 1655 notícias com referência à Fundação em 2022 (+75% que no ano anterior), entre as quais quase 300 na imprensa internacional e cerca de 31 milhões de espetadores de audiência estimada em TV.

No que respeita às redes sociais, 2022 foi o ano com maior engagement, motivado pelo crescente interesse da audiência nos temas e programas comunicados pela Fundação Oceano Azul o que gerou um conseqüente aumento das interações (gostos, comentários, partilhas).

EM 2022

Lançamento de novo vídeo institucional FROM THE OCEAN'S POINT OF VIEW

DIGITAL

-  **Facebook** 31 810 seguidores (+ 3% vs'21)
-  **Instagram** 17 230 seguidores (+ 17% vs'21).
- LinkedIn** 6 810 seguidores (+ 158% vs'21)
-  **Twitter** 2728 seguidores (+23% vs'21)
-  **Youtube** 15 100 visualizações (+ 1%)
(+133 subscritores vs'21)
-  **Website** 264 044 visitas (+20% vs'21)

MEDIA

-  **233 notícias imprensa**
-  **1107 notícias online**
-  **32 notícias rádio**

1655

NOTÍCIAS (+75% VS '21)

31 M

DE AUDIÊNCIA ESTIMADA EM TV
(+53% VS '21)



OCEANÁRIO DE LISBOA

An underwater scene with a blue-green tint. In the foreground, a large stingray swims from left to right. The background is filled with many smaller fish swimming in various directions. The bottom of the tank is covered in light-colored gravel and dark, jagged rock formations. Sunlight filters down from the surface, creating a shimmering effect on the water.

OCEANÁRIO DE LISBOA

O Oceanário de Lisboa, ativo fundamental da Fundação Oceano Azul, assume um papel crucial como aquário público de referência, promovendo uma ligação emocional única ao oceano e assegurando uma ação de conservação, educação e sensibilização que reforça a missão da Fundação de contribuir para um oceano produtivo e saudável.

O MAIOR NÚMERO DE SEMPRE DE VISITANTES PORTUGUESES

O MELHOR RESULTADO FINANCEIRO DE SEMPRE

PRÉMIOS E DISTINÇÕES

PRÉMIO DE MELHOR PARQUE TEMÁTICO PELA PUBLITURIS

MARCA Nº1 DA ESCOLHA DO CONSUMIDOR

«LUGAR MAIS NOTÁVEL» DO MUNDO PELA TIQETS

EM 2022

EXPOSIÇÕES
NOVOS ANIMAIS

99%

PRODUTOS SUSTENTÁVEIS
LOJA

90%

ÍNDICE SATISFAÇÃO DO VISITANTE

36%

(+1% VS 2021)

PERCEÇÃO COMO INSTITUIÇÃO
DE CONSERVAÇÃO

22,2M€

(+158% VS 2021)

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

4,5M€

(+7,3M€ VS 2021)

RESULTADO LÍQUIDO

0,8M€

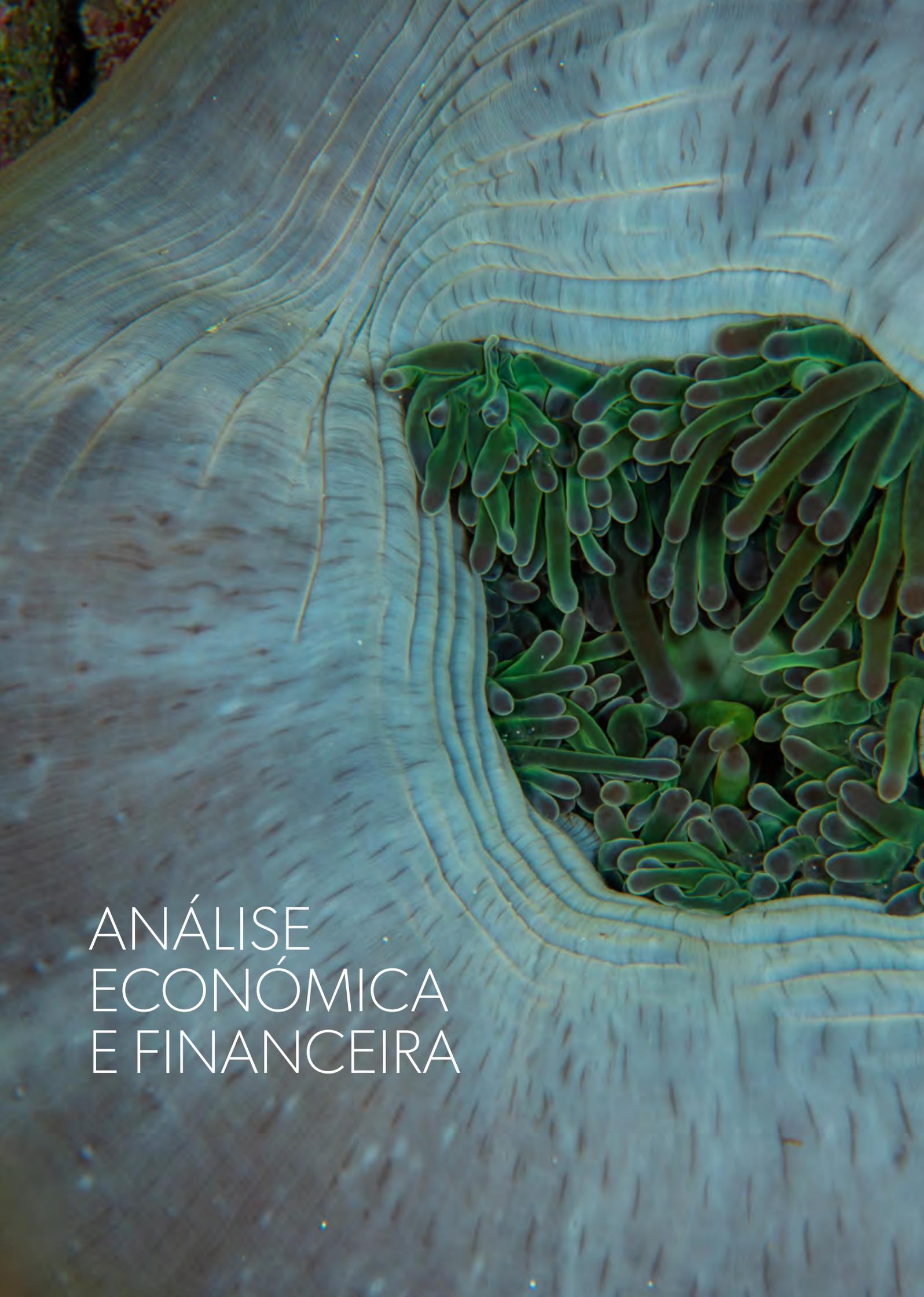
(+0,6M€ VS 2021)

INVESTIMENTOS NO EQUIPAMENTO

1 254 856

VISITANTES
(+115% vs 2021)





ANÁLISE
ECONÓMICA
E FINANCEIRA

A Fundação Oceano Azul é uma fundação de direito privado português, sem fins lucrativos, criada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE (Fundadora) em 15 de dezembro de 2016, tendo a sua sede no Oceanário de Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 1811/2017 de 10 de fevereiro de 2017 emitido pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e iniciou a sua atividade no dia 1 de março de 2017.

O Grupo Fundação Oceano Azul, tratado nas demonstrações financeiras consolidadas aqui apresentadas, é constituído pela Fundação Oceano Azul e pela sua empresa subsidiária Oceanário de Lisboa, S.A.

De salientar que a atividade da Oceanário de Lisboa, S.A. é desenvolvida no âmbito de um contrato de concessão de serviço público de exploração e administração do Oceanário de Lisboa, iniciado em 9 de junho de 2015, por um período de 30 anos.

SITUAÇÃO FINANCEIRA	2022	2021
Ativo		
Direitos de Concessão	46.607	48.682
Caixa e Depósitos Bancários	7.821	1.051
Outros	11.067	11.628
Total do Ativo	65.495	61.361
Fundos Patrimoniais		
Fundos	7.172	7.172
Resultado Líquido do Exercício	5.481	-3.261
Outros	3.127	6.387
Total de Fundos Patrimoniais	15.779	10.298
Passivo		
Obrigação contratual de pagamento de renda da concessão do Oceanário (30 anos)	27.178	27.604
Financiamentos Obtidos	16.286	19.069
Outros	6.251	4.389
Total do Passivo	49.716	51.063

milhares de euros

Direito de Concessão - o valor registado nesta rubrica refere-se ao valor presente do preço de aquisição que a Fundação se comprometeu a pagar ao Estado Português, na sequência da celebração do contrato de concessão. Este valor foi reexpresso com referência a junho de 2015, de forma a incorporar a responsabilidade assumida pelo pagamento de uma renda fixa atualizada pelo IPC ao concedente durante um período de 30 anos.

Esta rubrica inclui ainda o montante de 16,8 milhões de euros (líquido de amortizações acumuladas de 5,4 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2022 relativo ao excedente sobre o valor pago pela aquisição do Oceanário e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição.

Os Fundos Patrimoniais, no montante de 15,8 milhões de euros, incluem 7,2 milhões de euros correspondentes às dotações do Fundador Sociedade Francisco Manuel dos Santos: 6,9 milhões de euros de dotação inicial em espécie referente à transmissão da participação financeira da Waterventures e 250 milhares de euros de dotação em dinheiro.

No Passivo encontra-se registado o passivo financeiro associado à obrigação contratual de efetuar o pagamento de uma renda fixa durante os 30 anos do contrato de concessão do Oceanário de Lisboa (27,1 milhões de euros).

O valor global da rubrica Financiamentos Obtidos inclui os seguintes empréstimos bancários:

	Data Empréstimo	Valor empréstimo inicial	Valor em dívida 31.12.2021	Valor em dívida 31.12.2022
Oceanário de Lisboa	28-09-2015	10.000	9.956	9.710
Oceanário de Lisboa	15-04-2020	3.000	0	0
Oceanário de Lisboa	20-07-2021	3.000	1.003	0
Fundação Oceano Azul	28-09-2015	15.000	8.111	6.576
TOTAL		31.000	19.069	16.286

milhares de euros

O Grupo Fundação Oceano Azul contraiu junto do Banco Santander Totta os empréstimos bancários abaixo:

Fundação Oceano Azul

Empréstimo bancário contraído junto do SantanderTotta a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 15 milhões de euros, com o prazo de 10 anos. Para este financiamento bancário foi contratado um derivado de cobertura com o objetivo de cobrir o risco de variação de taxa de juro do financiamento contratado e respetivos cash flows. Este financiamento foi originalmente contratado pela Waterventures com o objetivo de aquisição das ações do Oceanário de Lisboa, S.A. Com a extinção da Waterventures e a incorporação dos seus ativos e passivos na Fundação Oceano Azul, esta última assumiu a obrigação perante este financiamento.

Durante o exercício de 2021, a Entidade dissolveu o contrato referente ao derivado de cobertura acima referido, tendo realizado junto do Santander Totta um novo financiamento no montante de 245 milhares de euros, para liquidação das responsabilidades associadas àquela dissolução. O empréstimo de longo prazo de 15 milhões de euros foi renegociado para uma taxa de juro fixa de 1,77%.

Oceanário

Empréstimo bancário contraído junto do SantanderTotta a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 10 milhões de euros, com o prazo de 12 anos, vencendo juros às taxas de Euribor 6M e spread 2,75%, necessário para o cumprimento do pagamento inicial da contrapartida financeira prevista no contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Adicionalmente a Empresa aderiu a uma linha de crédito a curto prazo no montante de 3 milhões de euros, o qual foi utilizado durante o ano de 2020, com prazo de 12 meses, vencendo juros às taxas de Euribor 12M e spread 1,50%.

Durante o 1º semestre de 2021, a dívida bancária existente naquela data, no montante de 9.972.022 Euros, foi renegociada passando a ser, essencialmente, de médio e longo prazo, com prestações semestrais, maturidade até 2031 e vencendo juros a uma taxa de juro fixa de 1.59%. No mesmo processo de renegociação foi solicitada uma nova linha de crédito de curto prazo de 3 milhões de euros vencendo juros às taxas de Euribor 12M (floor zero) e spread 1.0% e que não se encontra a ser utilizada a esta data.

RESULTADOS	2022	2021
Rendimentos Operacionais	27.664	11.768
Gastos Operacionais	-19.307	-14.306
EBIT	8.356	-2.539
Resultados Antes de Impostos	7.001	-4.053
Resultado Líquido	5.481	-3.261

milhares de euros

O Resultado Líquido do período ascendeu a 5.481 milhares de euros. Este resultado reflete a progressiva retoma de confiança dos visitantes do Oceanário de Lisboa, nomeadamente os portugueses com a implementação de campanhas promocionais e a criação de novos produtos.

Como consequência do aumento de atividade, registou-se um aumento dos principais gastos, conforme se pode ver no quadro seguinte:

GASTOS OPERACIONAIS	2022	2021
Programas	3.060	1.485
Custos de Funcionamento	0	5.828
Oceanário de Lisboa	0	5.394
Fundação Oceano Azul	0	434
Gastos com Pessoal	3.886	3.222
Gastos de Depreciação e Amortização	3.684	3.633
Outros	8.677	70
Total Gastos Operacionais	19.307	14.306

milhares de euros

Apresenta-se de seguida o detalhe da informação relativa às principais componentes de gastos inerentes aos programas e atividades desenvolvidas pela Fundação Oceano Azul e pelo Oceanário de Lisboa ao longo do ano de 2022.

GERAÇÃO AZUL	2022	2021
Educar para uma Geração Azul	84	64
Líderes para a sustentabilidade do oceano	49	43
Atividades Educativas by Oceanário de Lisboa		
Programas pagos	258	23
Programas gratuitos	3	4
Vaivém Oceanário	2	4
Ação Nacional para Limpeza Lixo Marinho	88	81
Ocean Literacy for Decision Makers	12	2
Blue Media	25	26
Total	519	243

milhares de euros

CAPITAL NATURAL AZUL	2022	2021
Áreas Marinhas Protegidas		
Blue Azores	507	272
Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário no Algarve	0	62
Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário Cascais, Mafra e Sintra - Projeto	19	10
Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário Cascais, Mafra e Sintra - Expedição	407	0
Expansão da Área Marinha Protegida das Ilhas Selvagens (Madeira)	2	9
Biodiversidade marinha		
Fundo para a Conservação dos Oceanos	64	50
Projetos de conservação apoiados pelo Oceanário de Lisboa	3	0
Livro Vermelho dos Peixes Marinhos de Portugal	67	4
"Manta Conservation Experience"	8	39
Pescas Sustentáveis		
Projeto-piloto para pescas sustentáveis	178	101
Capacitação para uma nova bioeconomia azul		
Blue Bio Value	320	214
Total	1.576	762

milhares de euros

REDE AZUL	2022	2021
Blue Call to Action	240	129
Capacitação de organização dedicada ao oceano	100	105
Participação e apoio a plataformas, organizações e reuniões sobre o oceano	243	123
Aconselhamento junto de Governos	34	15
Total	617	371
		milhares de euros
OUTROS	2022	2021
Várias ações de pequeno valor	348	109
Total	348	109
		milhares de euros
TOTAL GERAL	2022	2021
Programas Oceanário de Lisboa e Fundação Oceano Azul	3.060	1.485
Total	3.060	1.485
		milhares de euros

Do valor global de 28 milhões de euros de Rendimentos Operacionais, 78% são referentes aos rendimentos gerados pela atividade do Oceanário de Lisboa.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2022	2021
Rendimentos gerados pelo Oceanário de Lisboa	21.634	8.376
Bilheteira	19.049	7.375
Vendas da Loja	1.950	844
Outras prestações de Serviços	636	157
Doações	5.457	3.175
Ganhos com participação na Telecabine	465	69
Outros Rendimentos e Ganhos	107	148
Total	27.664	11.768
		milhares de euros

Nos Rendimentos Operacionais incluem-se ainda as seguintes doações recebidas:

DOAÇÕES	2022	2021
Doações Fundação Oceano Azul	5.419	3.136
Doações do Fundador (SFMS)	4.697	3.000
Donativo Waitt Foundation	382	0
Donativo OAK Foundation	90	132
Município de Sintra	100	0
Município de Mafra	50	0
Município de Cascais	100	0
Outros Donativos	0	4
Doações Oceanário de Lisboa	38	39
Outros Donativos	38	39
Total de Doações	5.457	3.175

milhares de euros

Nos Rendimentos Operacionais incluem-se ainda as seguintes doações recebidas:

ESTRUTURA FINANCEIRA	2022	2021
Autonomia Financeira (%)	24%	17%
Solvabilidade Geral (%)	32%	20%
Cobertura dos Ativos não correntes (%)	100%	89%
ENDIVIDAMENTO	2022	2021
Capacidade de Endividamento	0,28	0,19
Custo Financiamentos Obtidos (%)	2%	3%
LIQUIDEZ	2022	2021
Liquidez geral	98%	23%
RENDIBILIDADE	2022	2021
Rendibilidade Económica (%)	13%	-4%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	35%	-32%

PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS



O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido das contas individuais da Fundação Oceano Azul apurado no exercício de 2022, no montante de € 5.480.744,31, seja transferido integralmente para Resultados Transitados.



UM OLHAR
SOBRE
O NOVO
ANO



PERSPETIVAS PARA 2023

Como referimos quando passámos o ano de 2022 em revista, esse ano foi um ano bem sucedido e que permite à Fundação pensar 2023 numa perspetiva diferente; dar um salto qualitativo e quantitativo na sua ação.

Foi um ano bem sucedido, quer no que respeita à ação da Fundação e ao seu reconhecimento por terceiros, quer no que respeita às condições da sustentabilidade financeira da Fundação, com o fim da pandemia e com o relançamento dos resultados financeiros do Oceanário de Lisboa. Ambas estas razões permitem que a Fundação se possa reinventar, reestruturando-se para passar da fase de lançamento e de start-up para uma fase com maior maturidade, mas principalmente com maior raio de alcance e de impacto.

Assim para 2023 perspetivamos muito trabalho para que a Fundação se prepare para dar esse salto. Com ele perspetivamos, igualmente, um novo ciclo para a Fundação.

A experiência do trabalho passado – durante o seu primeiro ciclo de existência – empurram a Fundação a fazer mais daquilo que sabe fazer melhor. Claramente duas áreas se destacam: (i) a conservação da natureza e a criação de áreas marinhas protegidas; (ii) a ação internacional da Fundação, com vista a influenciar os decisores internacionais.

Muito do trabalho da Fundação em 2023 vai passar por essas vertentes de trabalho seguramente. Para além destas duas “rodas motrizes”, a Fundação permanece com a ambição de continuar a desenvolver esforços para mudar a economia do mar, assim contribuindo para “salvar” o oceano. Neste domínio, se os anos passados foram a desenvolver novas ideias que facilitem novos mercados, como o Blue Bio Value, a Plataforma para a Bioeconomia Azul e o Consórcio Inovamar, o futuro deve passar por construir as ideias que farão do capital natural um componente essencial das nossas economias. Isto implica trabalho de gerar pensamento, conceber os novos frameworks, que hão-de permitir investir na natureza e na conservação do mar com retorno e apropriação de valor, o que permitirá mudar não apenas a natureza das coisas da economia atual, mas mudar o paradigma dos usos do mar.

Ou seja, ao olharmos para a frente, para 2023 e para depois, vemos este modelo de DOIS + UM a continuar a ganhar espessura e a tornar-se cada vez mais nos eixos centrais da ação da Fundação.

Mas em 2023, concretamente, perspetivam-se cinco grandes prioridades, que a serem alcançadas, contribuirão decisivamente para a consolidação do trabalho da Fundação e, logo, para abrir caminho ao seu novo ciclo e à sua reestruturação.

Essas cinco prioridades são:

1ª Conseguir a adoção da legislação necessária à criação da Área Marinha Protegida do Parque Natural do Recife do Algarve.

2ª Conseguir, igualmente, a adoção de legislação referente à parte do offshore do Programa Blue Azores, pelo Governo e Parlamento regionais.

3ª Conseguir que o Programa sobre literacia azul das escolas passe a ser incluído nos currícula académicos do primeiro ciclo de educação em Portugal.

4ª Conseguir que os resultados que o Grupo de Trabalho para a Bioeconomia Azul, constituído por Despacho do Governo, sejam efetivamente adotados até ao final do ano.

5ª Conseguir que a ambição da Fundação de conseguir levar a Conferência da ONU do Oceano em Nice a tomar decisões muito importantes, ganhe corpo com o projeto do Compromisso Global para o Oceano.

Com os olhos postos nestas prioridades, bem como na reestruturação da Fundação, guindaremos a nossa ambição em 2023 e nos anos seguintes a um ainda mais elevado patamar de exigência e resultados.



ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos (Presidente)
Kristian Parker
Julie Packard
Viriato Soromenho-Marques (Consultor Especial)

Conselho de Administração

José Soares dos Santos (Presidente)
Tiago Pitta e Cunha
Emanuel Gonçalves
R. Andreas Kraemer
João Falcato Pereira
Heather Koldewey (Consultora Especial)
Peter Heffernan (Consultor Especial)

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos (Presidente)
Deloitte & Associados – SROC representada por Jorge Catulo
Paula Prado Rosa
João Carlos Henriques Gomes Ferreira (Suplente)

AGRADECIMENTOS



A Fundação Oceano Azul agradece às organizações e entidades nacionais e internacionais que apoiaram e se envolveram nos múltiplos projetos e atividades que desenvolvemos em 2022.

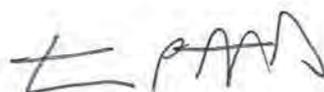
Cofinanciadores, parceiros, fornecedores e cidadãos no geral acompanharam-nos, ao longo deste ano, contribuindo para alcançarmos melhores resultados e de forma mais rápida.

A todos, o nosso reconhecido obrigado.

Conselho de Administração



José Soares dos Santos (Presidente)



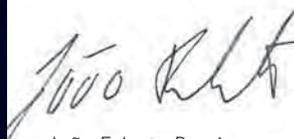
Tiago Pitta e Cunha



Emanuel Gonçalves



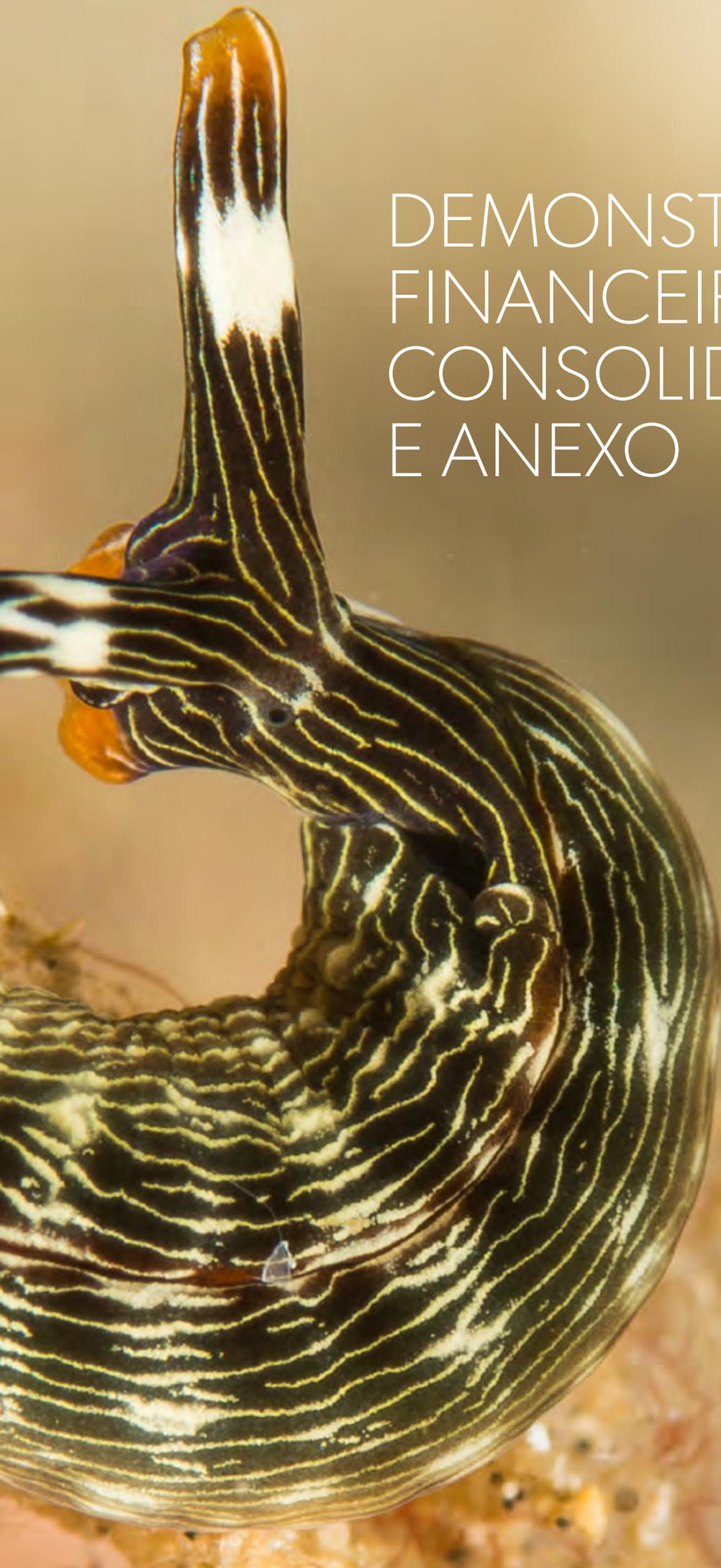
R. Andreas Kraemer



João Falcato Pereira



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXO

Demonstração consolidada da posição financeira.....	108
Demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral.....	109
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais consolidado	110
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	111
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	112
1. Introdução	112
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	113
2.1 Bases de preparação	113
3. Principais políticas contabilísticas	117
3.1 Bases de consolidação	117
3.2 Conversão cambial	119
3.3 Ativos tangíveis	119
3.4 Ativos intangíveis	120
3.5 Imparidade de ativos não financeiros	122
3.6 Inventários	122
3.7 Ativos financeiros	123
3.8 Justo valor de ativos e passivos	125
3.9 Clientes e outras contas a receber	125
3.10 Caixa e equivalentes de caixa	125
3.11 Fundos patrimoniais	126
3.12 Passivos financeiros	126
3.13 Compensação de instrumentos financeiros	126
3.14 Financiamentos obtidos	126
3.15 Fornecedores e outras contas a pagar.....	127
3.16 Custos com empréstimos obtidos	127
3.17 Instrumentos financeiros derivados	127
3.18 Imposto sobre o rendimento	128
3.19 Provisões e passivos contingentes	129
3.20 Ativos contingentes	130
3.21 Locações	130
3.22 Gastos e rendimentos	130
3.23 Rédito	130
3.24 Eventos subsequentes.....	131
4. Perímetro de consolidação	131
4.1 Empresas incluídas	131
4.2 Alterações no perímetro de consolidação.....	131
5. Empresas associadas.....	132
6. Políticas de gestão do risco financeiro	132
6.1 Fatores do risco financeiro	132

6.2 Gestão do risco de capital	134
7. Principais estimativas e julgamentos apresentados.....	135
7.1 Classificação do contrato de concessão	135
7.2 Obrigações contratuais assumidas	136
7.3 Classificação dos ativos - peixes/animais	136
7.4 Exercício de influência significativa	136
7.5 Ativos tangíveis e intangíveis	137
7.6 Justo valor de instrumentos financeiros	137
7.7 Imparidade em ativos não correntes	137
7.8 Imposto sobre o rendimento	137
8. Ativos tangíveis	138
9. Ativos intangíveis	140
10. Investimentos em associadas	141
11. Ativos e passivos financeiros por categoria	144
12. Justo valor de ativos e passivos	145
13. Outras contas a receber	146
14. Ativos e passivos por impostos diferidos	147
15. Inventários	148
16. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	149
17. Clientes	149
18. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar	150
19. Caixa e equivalentes de caixa	150
20. Fundos Patrimoniais	151
21. Outras reservas e resultados transitados	151
22. Outras variações nos fundos patrimoniais	152
23. Financiamentos obtidos	153
24. Outras contas a pagar e responsabilidades com locação	155
25. Fornecedores	157
26. Vendas e Prestações de Serviços	157
27. Doações e legados à exploração	158
28. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	158
29. Fornecimentos e serviços externos	159
30. Gastos com o pessoal	160
31. Outros rendimentos	160
32. Outros gastos	161
33. Gastos financeiros	161
34. Imposto sobre o rendimento	162
35. Compromissos	163
36. Contingências	164
37. Partes relacionadas	165
38. Eventos subsequentes	169

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ativo			
Não corrente			
Ativos tangíveis	8	6.522.501,93	7.436.293,58
Ativos intangíveis	9	46.893.349,71	48.962.325,74
Direitos de Uso	9	55.234,38	2.529,04
Investimentos em associadas	10	1.070.825,97	653.877,20
Outras contas a receber	13	28.889,33	28.889,33
Impostos diferidos ativos	14	1.309.183,89	2.342.210,13
		55.879.985,21	59.426.125,02
Corrente			
Inventários	15	567.342,32	229.656,77
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	16	32.551,33	26.307,00
Clientes	17	594.313,74	315.668,90
Outras contas a receber	13	599.520,47	311.820,60
Imposto sobre o rendimento a receber	18	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	19	7.821.354,46	1.051.424,60
		9.615.082,32	1.934.877,87
Total do Ativo		65.495.067,53	61.361.002,89
Fundos Patrimoniais			
Fundos	20	7.171.829,00	7.171.829,00
Outras reservas	21	585.598,53	585.598,53
Outras variações nos fundos patrimoniais	22	-	-
Resultados transitados	21	2.540.947,58	5.801.609,94
Resultado líquido do período		5.480.744,31	(3.260.662,36)
Total Fundos Patrimoniais		15.779.119,42	10.298.375,11
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	23	14.218.207,46	16.286.437,32
Responsabilidades com locações	24	45.388,93	-
Outras contas a pagar	24	25.644.812,85	26.227.889,45
		39.908.409,24	42.514.326,77
Corrente			
Financiamentos obtidos	23	2.068.229,87	2.782.936,29
Fornecedores	25	1.641.669,02	2.021.627,22
Imposto sobre o rendimento a pagar	18	321.886,53	3.026,29
Responsabilidades com locações	24	12.798,30	1.858,77
Outras contas a pagar	24	5.762.955,15	3.738.852,44
		9.807.538,87	8.548.301,01
Total do Passivo		49.715.948,11	51.062.627,78
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		65.495.067,53	61.361.002,89

As notas das páginas 112 a 169 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

2022

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Doações e legados à exploração	27	5.457.432,64	3.174.867,78
Vendas e Prestações de serviços	26	21.630.754,48	8.443.274,36
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	464.753,93	68.604,60
Custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas	28	(685.336,46)	(336.693,55)
Fornecimentos e serviços externos	29	(10.288.891,14)	(6.561.426,84)
Gastos com o pessoal	30	(3.886.362,57)	(3.221.558,37)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	(3.640.606,69)	(3.631.345,97)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis ((perdas) reversões)	13	(43.500,00)	(2.124,00)
Variações de justo valor	16	(1.862,82)	671,59
Outros rendimentos	31	110.856,21	80.468,33
Outros gastos	32	(760.814,79)	(553.333,85)
Resultado operacional		8.356.422,79	(2.538.595,91)
Gastos financeiros	33	(1.355.910,21)	(1.514.495,23)
Resultados antes de impostos		7.000.512,58	(4.053.091,14)
Imposto sobre o rendimento	34	(1.519.768,27)	792.428,78
Resultado líquido do exercício		5.480.744,31	(3.260.662,36)
Outros rendimentos integrais			
Itens que não reclassificam por resultados			
Varição do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	22	-	52.417,16
Dissolução de instrumentos financeiros derivados	22	-	245.000,00
Outros rendimentos integrais - total		-	297.417,16
Total do rendimento integral do exercício		5.480.744,31	(2.963.245,20)

As notas das páginas 112 a 169 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADO

	Nota	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
A 1 de janeiro de 2021		7.171.829,00	585.598,53	10.858.145,33	(297.417,16)	(5.056.535,39)	13.261.620,31
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(3.260.662,36)	(3.260.662,36)
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	21	-	-	(5.056.535,39)	-	5.056.535,39	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivados	22	-	-	-	52.417,16	-	52.417,16
Dissolução de passivos financeiros derivados	22	-	-	-	245.000,00	-	245.000,00
A 31 de dezembro de 2021		7.171.829,00	585.598,53	5.801.609,94	297.417,16	5.056.535,39	297.417,16
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	5.480.744,31	5.480.744,31
Aplicação do resultado líquido do exercício	21	-	-	(3.260.662,36)	-	3.260.662,36	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivados	22	-	-	-	-	-	-
Dissolução de instrumentos financeiros derivados	22	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2022		7.171.829,00	585.598,53	2.540.947,58	-	5.480.744,31	15.779.119,42

As notas das páginas 112 a 169 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e doações		28.875.525,87	12.598.018,84
Pagamentos a fornecedores		(13.277.745,59)	(8.166.997,71)
Pagamentos ao pessoal		(2.047.223,14)	(1.904.069,40)
Caixa gerada pelas operações		13.550.557,14	2.526.951,73
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(134.334,30)	43.187,50
Outros recebimentos/ pagamentos		(1.757.928,54)	(1.066.507,61)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		11.658.294,30	1.503.631,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Ativos tangíveis		(328.972,89)	(147.709,72)
Ativos intangíveis		(1.453.754,16)	(1.412.420,61)
Recebimentos provenientes de			
Dividendos	10	47.805,16	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(1.734.921,89)	(1.560.130,33)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos	23	-	1.245.000,00
Juros e proveitos similares		(6.350,52)	-
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos	23	(2.787.689,04)	(1.507.296,85)
Juros e gastos e similares		(365.829,51)	(343.171,24)
Outras operações de financiamento		-	(276.061,45)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(3.153.518,55)	(881.529,54)
Varição de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	1.051.500,60	1.989.452,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	7.821.354,46	1.051.424,60

(*) Ver nota 2.3 do anexo às demonstrações financeiras.

As notas das páginas 112 a 169 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. Introdução

A Fundação Oceano Azul (também referida neste documento como “Fundação” ou “Grupo”), é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, instituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE (Fundadora) em 15 de dezembro de 2016, tendo a sua sede no Oceanário de Lisboa, sito na Esplanada D. Carlos I – Doca dos Olivais, freguesia Parque das Nações, em Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 1811/2017 de 10 de fevereiro de 2017 emitido pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e iniciou a sua atividade no dia 1 de março de 2017.

A Fundação tem por objeto contribuir para a conservação e utilização sustentável do oceano, procurando, em especial: (a) Desenvolver a literacia azul e a sensibilização da sociedade para os desafios da sustentabilidade do oceano; (b) Defender a conservação do oceano, promovendo a valorização da biodiversidade marinha e o desenvolvimento de usos sustentáveis; (c) Contribuir para uma nova governação do oceano, orientada por valores éticos e assente no conhecimento científico, bem como incentivar, através de ações de capacitação, uma economia azul inovadora e ambientalmente sustentável.

A Fundação recebeu, como dotação inicial em espécie da sua Fundadora, as ações da entidade Waterventures – Consultoria, Projetos e Investimentos, S.A. (doravante designada por “Waterventures”). Esta entidade foi constituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos (SFMS) com o objetivo de comprar as ações do Oceanário de Lisboa, S.A. (de ora em diante designada por “Oceanário”), dado que não seria possível concluir o processo de instituição e reconhecimento da Fundação, em tempo útil. Durante o ano de 2017, e por forma a concretizar o objetivo inicial de ser a Fundação a deter as ações do Oceanário, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos (SFMS) e a Fundação decidiram extinguir a sociedade Waterventures, e, por conseguinte, a Fundação incorporou o património (ativos e passivos) da Waterventures, do qual se destacam as ações do Oceanário.

O Grupo tratado nas demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas (“Grupo”) é constituído pela Fundação Oceano Azul e as respetivas empresas subsidiárias e associadas (Nota 4).

O Grupo atua na promoção do conhecimento, conservação e utilização sustentável do oceano, bem como na criação, manutenção e exploração de um complexo de aquários oceânicos.

De salientar que a atividade da subsidiária Oceanário é desenvolvida no âmbito de um contrato de concessão de serviço público de exploração e administração do “Oceanário de Lisboa” (ver condições na Nota 3.4) iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 22 de março de 2023. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS”), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, tendo o Grupo seguido a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor ativos financeiros ao justo valor por resultados.

Embora em 31 de dezembro de 2022 o passivo corrente seja superior ao ativo corrente em, aproximadamente, 200 mil euros, o Conselho de Administração procedeu à avaliação dos fluxos de caixa futuros tendo em consideração os rendimentos provenientes das operações de exploração do Oceanário bem como das doações previstas do Fundador, tendo concluído que aquelas receitas são suficientes para fazer face às necessidades.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 7.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

a. IFRS 16 (alteração), ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021’. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

b. IAS 16 (alteração), ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

c. IAS 37 (alterações) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

d. IFRS 3 (alterações) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

e. Melhorias às normas 2018 – 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

a. IAS 1 (alteração) 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. O Grupo ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

b. IAS 8 (alteração) 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. O Grupo ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

c. IFRS 17 (nova e alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contra-

tos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Não se perspectiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo com a alteração desta norma.

d. IFRS 17 (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Não se perspectiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo com a alteração desta norma.

e. IAS 12 (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. O Grupo ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter, no entanto não se perspectiva impactos significativos.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

a. IAS 1 (alteração), ‘Passivos não correntes com “covenants”’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os “covenants”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes

e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. O Grupo ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

b. IFRS 16 (alteração), ‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo com a alteração desta norma.

c. IAS 8 (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. O Grupo ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

d. IAS 12 (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado. O Grupo ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter, no entanto não se perspetiva impactos significativos.

e. IFRS 17 (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que

uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Não existirá qualquer impacto na alteração desta norma.

3. Principais políticas contábilísticas

As principais políticas contábilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem.

3.1 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, agora apresentadas, refletem os ativos, passivos e resultados da Fundação e da sua subsidiária e os capitais próprios e resultados imputáveis através da participação financeira na sua empresa associada a 31 de dezembro de 2022.

3.1.1 Concentração de atividades empresariais

As alterações verificadas na participação do Grupo em empresas já controladas, das quais não resulta perda do controlo, são registadas em capital próprio. Consequentemente, os interesses do Grupo e os interesses sem controlo relativos àquelas empresas são ajustados de modo a refletir as alterações verificadas no controlo das subsidiárias. As diferenças verificadas entre o montante dos interesses sem controlo adquiridos ou alienados e o justo valor da aquisição ou da alienação, respetivamente, são reconhecidas em capital próprio.

3.1.2 Partes de capital em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do exercício de poder sobre a entidade.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos capitais próprios emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido de ativos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os ativos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controlam e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo valor justo quando o controle é perdido.

3.1.3 Partes de capital em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa. O Grupo exerce influência significativa quando tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem, todavia, exercer um controlo ou um controlo conjunto dessa política.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em associadas são mensurados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Os investimentos nestas entidades são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo o seu valor contabilístico posteriormente aumentado ou reduzido, através do reconhecimento da quota-parte do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos nos resultados e rendimento integral, desde a data em que a influência significativa se inicia, até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas associadas são reduzidos ao valor dos investimentos, na demonstração da posição financeira consolidada. Quando a quota-parte das perdas destas entidades excede o valor do investimento nas Associadas, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

3.1.4 Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

O goodwill é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. O valor reconhecido de Goodwill é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

3.1.5 Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como ativo financeiro.

3.1.6 Eliminação de saldos

Os saldos e transações entre empresas controladas pela Fundação, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra-grupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

3.2 Conversão cambial

I. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que o Grupo opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras do Grupo e as respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

II. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

III. Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de moeda estrangeira	Câmbio Médio		Câmbio Final do Período	
	2022	2021	31-12-2022	31-12-2021
USD	1,0530	1,1827	1,0700	1,1326
GBP	0,8528	0,8596	0,8900	0,8403
JPY	138,0300	129,8800	140,6600	130,3800
ZAR	17,2086	17,4766	18,1000	18,0625
HUF	391,2900	358,5200	400,8700	369,1900

3.3 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 2.5 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 2.5 a 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 a 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 10 anos

Dado que no final da concessão o Grupo tem direito a uma “indenização pelo valor contabilístico, descontados os subsídios, dos bens (...) criados, construídos, adquiridos ou instalados no cumprimento do contrato”, as vidas úteis atribuídas pelo Conselho de Administração não estão condicionadas ao prazo de 30 anos do contrato de concessão.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos separadamente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, o Grupo mensura os seus ativos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o Grupo.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

O Grupo tem registados como ativos intangíveis:

I. Programas de computador – referem-se aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades.

As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, pró-rata do período a que se referem.

II. Direitos de concessão – respeita ao custo de aquisição do direito de exploração do Oceanário de Lisboa, conforme contrato de concessão assinado com o Estado Português.

As principais condições contratuais do contrato de concessão são como segue:

- / O contrato de concessão de serviço público vigora por um prazo de 30 anos, e define que o estabelecimento da concessão é composto por bens móveis, imóveis, intangíveis e “ativos biológicos”;
- / É obrigação da concessionária “a realização de todas as obras de reparação e de conservação decorrentes da normal utilização dos bens afetos à Concessão, devendo assegurar a permanência destes bens em boas condições de exploração”;
- / A realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão;
- / As receitas da concessão são as receitas de bilheteira, receitas no âmbito das atividades comerciais relacionadas com a atividade de exploração do Oceanário e a participação em taxas e juros de capitais e de aplicações de financeiras;
- / Os preços dos bilhetes “são livremente fixados pela Concessionária, sem prejuízo das obrigações de serviço público e de execução da política de responsabilidade social”;
- / Pela atribuição da concessão, a concessionária compromete-se a pagar uma contrapartida financeira, nos termos da cláusula 26º, composta por: i) “uma componente de pagamento inicial, no montante de 10 milhões”; ii) uma componente anual composta por uma parte fixa de 1.3 milhões de euros, atualizada de acordo com o Índice do Preço Consumidor (“IPC”) a pagar em 12 prestações iguais; e iii) uma “componente variável de 5% sobre as receitas da Concessão”.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, tendo definidas a esta data as seguintes vidas úteis:

	Anos
Programas computador	Entre 3 a 10 anos
Direitos de concessão	30 anos
Outros ativos intangíveis	Entre 2 a 3 anos
Direito de uso	Entre 1 a 2 anos

3.5 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, tais como os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábilístico dos ativos possa não ser recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contábilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contábilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda pode basear-se: i) no preço de venda acordado contratualmente numa transação entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda; ii) o preço de mercado se o ativo for negociado num mercado ativo; ou iii) o justo valor calculado como uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do ativo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, e inclui os seguintes elementos:

- a.** uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que o Grupo espera obter do ativo;
- b.** as expectativas de flutuações dos valores e tempestividade destes fluxos de caixa;
- c.** o efeito temporal do dinheiro, mensurado pela aplicação da taxa de desconto antes de impostos, derivada da WACC; e
- d.** outros fatores que devem ser considerados nesta análise, tais como a falta de liquidez que os participantes do mercado, possam refletir nos fluxos de caixa futuros que o Grupo espera obter do ativo.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas para o goodwill, não são reversíveis.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

3.6 Inventários

Os inventários incluem as mercadorias para venda na loja do Oceanário e são inicialmente mensurados pelo preço de compra adicionado das despesas diretamente relacionadas com a aquisição.

Os valores de inventário devem ser reduzidos para o seu valor realizável líquido, através do reconhecimento de perdas por imparidade, sempre que a diferença entre o valor realizável líquido e o custo sejam negativos. A imparidade em inventários deve ser revista a cada data de relato.

O custo é determinado através do método do custo médio ponderado, e é reconhecido quando o inventário é consumido, por contrapartida de “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”. O inventário é também desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo. Neste caso, o seu valor contabilístico é desreconhecido por contrapartida de “Outros gastos”.

3.7 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- I. Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- II. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
 - a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais não é exercido controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Entidade opta, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- III. Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros ao justo valor são mensurados inicialmente, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em Juros obtidos, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

A Entidade avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de “Clientes” (Nota 17) e “Outras contas a receber” (Nota 13) e ativos de contratos com clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de incumprimentos históricos para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas sempre que adequado.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível; ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses. Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, é aplicado a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito é calculado uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Relativamente aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, na data do desreconhecimento os ganhos/(perdas) reconhecidos em capital/outras rendimentos integrais anteriormente são reclassificados das correspondentes rúbricas do capital próprio para resultados exercício.

3.8 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, a abordagem deve ser baseada numa transação hipotética que seja realizada no mercado mais ativo deste ativo ou passivo, ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso (ou seja, o mercado que maximiza o valor que o Grupo receberia ao vender o ativo ou minimizar o valor que seria pago para transferir a responsabilidade dentro desse mercado, depois de considerar os custos de transação e custos de transporte, se aplicáveis). Isto corresponde ao Nível 1 da hierarquia de valor justo, desde que os preços de mercado utilizados não sejam ajustados.

Ativos e passivos classificados no Nível 2 da hierarquia de justo valor não têm mercados ativos - esses itens são mensurados através de uma metodologia baseada em inputs, diferentes dos preços cotados observáveis de Nível 1 (ex: taxas de juro, taxas de câmbio, etc.), habitualmente utilizados no mercado.

O Grupo também pode ter ativos e / ou passivos que são classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor. Este nível de justo valor é caracterizado pela ausência de dados de mercado observáveis – como tal, a Entidade aplica metodologias com base na melhor informação disponível, dadas as circunstâncias particulares de cada ativo e passivo, que pode incluir dados internos, como pressupostos e estimativas.

3.9 Clientes e outras contas a receber

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer 12 meses, após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na Nota de Ativos financeiros. As perdas por imparidade identificadas são registadas na rubrica de demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados. Os empréstimos a acionistas e partes relacionadas por via de acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado menos imparidade.

3.10 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.11 Fundos patrimoniais

As dotações iniciais do Fundador, conforme definido nos estatutos da Fundação são registadas no Fundo de Capital e registadas na data da confirmação da sua atribuição.

3.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

I. Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;

II. Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 23), “Fornecedores” (Nota 25) e “Outras contas a pagar” (Nota 24). Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Quando um instrumento financeiro de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas, em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

3.13 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira, apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da Entidade.

3.14 Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.15 Fornecedores e outras contas a pagar

Esta rubrica inclui geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a rubrica de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” é mensurada pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

3.16 Custos com empréstimos obtidos

Juros e outros custos incorridos pelo Grupo, relacionados com empréstimos para apoiar as atividades do Grupo, sejam eles gerais ou específicos, diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis (ativos que normalmente levam um período substancial de tempo para ficarem prontos para uso ou venda) são adicionados ao custo desses ativos, até que estejam prontos para uso ou venda.

Os rendimentos de juros obtidos a partir de investimentos temporários de empréstimos específicos, que ainda não tenham sido aplicados para pagar a fornecedores de ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Exceto quanto à capitalização em ativos qualificáveis, todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados, nos períodos em que são incorridos.

3.17 Instrumentos financeiros derivados

A Fundação utiliza instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposta, não utilizando derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram cumulativamente, com as seguintes condições:

- a.** à data do início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- b.** existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação (prospectivamente) e ao longo da operação (retrospectivamente);
- c.** A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- d.** Para operações de cobertura de fluxos de caixa, os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Para a mensuração dos derivados, a Fundação utiliza as avaliações fornecidas pelas contrapartes como base para o reconhecimento do seu justo valor à data de fecho do exercício.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relação de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). Os ganhos ou perdas relacionadas com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

3.18 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no Fundo Patrimonial.

Imposto corrente - Fundação

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, sendo para efeitos da legislação fiscal uma entidade que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no seu rendimento global ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Fiscal durante um período de 4 anos.

A Fundação é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%.

Imposto corrente – Subsidiárias

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de imposto efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

As Empresas são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida de Derrama Municipal, até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável. Adicionalmente, a Entidade encontra-se sujeita a Derrama Estadual, quando os lucros tributáveis excedam os 1.500.000€, com a seguinte incidência:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000€ e 7.500.000€;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000€ e 35.000.000€;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000€.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

O artigo 52º do Código do IRC estabelece que “os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação [...] são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores”. Devido à crise de saúde pública existente, para os Prejuízos fiscais de 2020 e 2021: o prazo de reporte passa a ser de 10 anos. Para as PME, mantém-se o prazo de 12 anos.

Não existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente ao Imposto sobre o rendimento do Grupo.

3.19 Provisões e passivos contingentes

resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, conforme Nota 36, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Processos judiciais

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Grupo a Entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Contratos onerosos

O grupo reconhece uma provisão para contratos onerosos, quando tem a obrigação contratual de fornecer um produto ou serviço, para os quais o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados a receber. A provisão é mensurada pelo menor entre os custos de cumprimento do contrato, e quaisquer penalidades ou compensações que a Fundação tenha que pagar, pelo não cumprimento do contrato.

3.20 Ativos contingentes

Os ativos contingentes são “possíveis” ativos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais O Grupo não tem controle.

Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, mas são divulgados nas notas anexas, conforme nota 36, quando a sua ocorrência é provável.

3.21 Locações

A nova norma IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários. Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

I. ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e

II. depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

A Fundação adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios no momento da transição. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, a Fundação reconheceu em 1 de janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso e responsabilidades por locação. Na mensuração das responsabilidades por locação, a Fundação descontou os pagamentos das locações usando a taxa média de 4,22% associada aos respetivos contratos de locação.

3.22 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.23 Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bilhetes de ingresso para as exposições do Grupo, das mercadorias na loja do Oceanário e de outras prestações de serviços no decurso normal da atividade do Grupo, tais como alugueres de espaços, arrendamentos/concessões, recebimento de donativos, entre outros. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é registado quando: i) parte substancial dos riscos e benefícios das mercadorias tenham sido transferidos para o comprador; o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) é provável que benefícios económicos fluam para o Grupo.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido na data da prestação de um serviço único, específico ou de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O Rédito do Grupo corresponde, maioritariamente, à bilheteira obtida das entradas de visitantes no Oceanário e nas exposições temáticas, às rendas obtidas pela cedência do espaço de loja e restauração no edifício de apoio ao Oceanário e dos donativos recebidos. O Rédito da bilheteira é reconhecido na data em que se realiza a visita, o rédito da cedência do espaço é reconhecido ao longo do período de contrato e os donativos recebidos, com destino a financiar a realização dos fins estatutários são contabilizados pela totalidade em rendimentos do período.

3.24 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes referem-se ao tratamento contabilístico a ser dado a eventos ocorridos após a data de relato, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas.

Eventos que ocorreram após a data de relato, e antes da emissão das demonstrações financeiras consolidadas, que fornecem informações adicionais, ou confirmam situações pendentes na data de relato são ajustados neste conjunto de demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato e antes da emissão destas demonstrações financeiras consolidadas, que não estão relacionadas com situações que existiam à data de relato, não dão origem a ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados, se considerados materiais.

4. Perímetro de consolidação

4.1 Empresas incluídas

O controlo do Grupo é assegurado pela Entidade-mãe, Fundação Oceano Azul.

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

Denominação Social	Atividade	Sede	% Controlo
Oceanário de Lisboa S.A.	91041	Esplanada Dom Carlos I, 1990-005 Lisboa	100,00%

4.2 Alterações no perímetro de consolidação

Não existem alterações ao perímetro de consolidação a reportar.

5. Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. As suas sedes e a proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pelo Grupo são como segue:

Denominação Social	Atividade	Sede	% capital detido 2022	% capital detido 2021
Telecabine Lisboa Limitada	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	25%

Esta participação na Telecabine é detida pelo Oceanário.

6. Políticas de gestão do risco financeiro

6.1 Fatores do risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco do Grupo é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, assim como políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

I. Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida essencialmente em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são efetuadas na moeda do país, o Euro, o que reduz substancialmente o risco de câmbio.

II. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo resulta essencialmente i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos de entidades terceiras.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

A qualidade de crédito das instituições financeiras, quanto aos depósitos bancários do Grupo, classificados como "Caixa e Equivalentes de Caixa", é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2021
Depósitos bancários		
AA+	-	-
AA-	-	-
A+	7.780.256,61	1.019.329,66
A	-	-
A-	-	-
Outros sem rating	41.097,85	32.094,94
Depósitos bancários (caixa e equivalentes)	7.821.354,46	1.051.424,60
Outros ativos financeiros		
AA	-	-
AA-	-	-
A+	-	-
A	-	-
Outros sem rating	1.222.723,54	656.378,83
Outros ativos financeiros	1.222.723,54	656.378,83

Os "Outros ativos financeiros" compreendem os montantes das rubricas de "Clientes" e "Outras contas a receber" presentes no Balanço.

(Fonte: Standard & Poor's)

Regra geral os clientes e outras contas a receber do Grupo não têm rating de crédito atribuído.

III. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro do Grupo.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento e os investimentos.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados incluindo os juros vincendos:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2022			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	2.387.080,86	9.465.300,21	5.680.122,93
Fornecedores e outras contas a pagar	8.203.597,87	6.413.909,52	32.301.432,96
	10.590.678,73	15.879.209,73	37.981.555,89

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2021			
Financiamentos obtidos:			
- empréstimos bancários	3.111.606,12	10.717.053,39	6.789.924,28
Fornecedores e outras contas a pagar	5.675.775,46	5.705.748,01	30.770.874,41
	8.787.381,58	16.422.801,40	37.560.798,69

IV. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

No entanto, para alguns financiamentos obtidos, parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

Análise de sensibilidade dos gastos financeiros a variações na taxa de juro:

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base nos financiamentos obtidos do Grupo a taxas variáveis, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

31 de dezembro de 2022:

À data de 31 de dezembro de 2022, o empréstimo a taxas variáveis, reportado em 2021, já se encontrava totalmente liquidado. Dado que as taxas de juro dos financiamentos obtidos são de modalidade fixa, a empresa deixa de estar sujeita ao risco inerente às flutuações das taxas de juro.

31 de dezembro de 2021:

Tendo por referência a dívida referente aos financiamentos obtidos do Grupo em 31 de dezembro de 2021, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos gastos financeiros líquidos anuais de 8.065,87 euros. A redução significativa em comparação com o ano anterior deve-se ao facto de o Grupo ter realizado uma renegociação dos contratos de empréstimo existentes, alterando as taxas de juros dos mesmos, para uma modalidade fixa.

6.2 Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida. A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento em subsidiárias.

Os rácios de gearing em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram os seguintes:

	31.12.2022	31.12.2021
Financiamentos obtidos (Nota 23)	16.286.437,33	19.069.373,61
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 19)	7.821.354,46	1.051.424,60
Dívida líquida	8.465.082,87	18.017.949,01
Capitais próprios	15.779.119,42	10.298.375,11
Capital Total	24.244.202,29	28.316.324,12
Gearing	35%	64%

7. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Julgamentos

7.1 Classificação do contrato de concessão

Tal como referido na Nota 1 e Nota 3.4, o Grupo tem atribuído um Contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa”. No âmbito da aplicação das IFRS, existe uma interpretação, a IFRIC 12 – ‘Contratos de concessão de serviço’, que determina a contabilização dos investimentos efetuados e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão quando determinadas condições estão cumpridas cumulativamente:

- a.** o contrato tem por objeto a prestação de um serviço público;
- b.** o concedente controla ou regula quais os serviços a prestar, a quem são prestados e porque preço; e
- c.** o concedente controla qualquer interesse residual significativo na infraestrutura.

Da avaliação efetuada pela gestão conclui-se que: i) apesar do contrato ser denominado como serviço público, a exploração do “Oceanário de Lisboa” constitui uma atividade lúdica não correspondendo à prestação de um serviço essencial à subsistência dos cidadãos nas condições sociais existentes, tal como previsto na IFRIC 12. Para além disso também se verifica que o Estado Português não exerce qualquer controlo direto ou indireto sobre os preços praticados pelo Grupo.

Desta forma a gestão conclui que os princípios subjacentes à aplicação da IFRIC 12 não se aplica ao contrato de concessão negociado com o Estado Português.

7.2 Obrigações contratuais assumidas

No âmbito do contrato de concessão de serviço público para a exploração e administração do “Oceanário de Lisboa” é atribuída ao Grupo a responsabilidade pela “realização de todos os investimentos de substituição dos bens afetos à concessão que sejam necessários ou convenientes de acordo com a vida útil destes mesmos bens, as boas práticas e o cumprimento dos padrões de desempenho, de qualidade e de segurança exigidos nos termos do contrato de concessão”.

A gestão efetuou a sua avaliação sobre se estas condições contratuais constituem uma obrigação contratual a registar no início do contrato de concessão como uma provisão por contrapartida do ativo intangível e concluiu que contrato de concessão de exploração e administração, não cumpre com as condições para o classificar como um contrato de serviço de concessão no âmbito da IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços, e consequentemente o tratamento contabilístico que lhe está subjacente, nomeadamente pelos seguintes motivos:

- I. O Oceanário de Lisboa tem a liberdade de fixar os preços do serviço que presta e o preço que pratica inclui a recuperação do investimento efetuado em bens de substituição;
- II. A responsabilidade de substituição de bens da concessão não ocorre apenas no final do contrato, mas ao longo da concessão e sempre que seja necessário manter/repor a qualidade e a segurança do serviço prestado; e
- III. O Oceanário de Lisboa tem direito a receber o Valor Líquido Contabilístico que estes ativos tiverem no final da concessão.

7.3 Classificação dos Ativos - Peixes/animais

No âmbito do contrato de concessão, foi concedido ao Grupo, para a prestação do serviço público, o acesso a determinados animais nos termos do capítulo IV do contrato da concessão, os quais constituem ativos do Concedente.

Relativamente aos animais adquiridos pelo Grupo após a data de concessão, verificando-se não ser o objetivo do Grupo a produção de animais e algas para a posterior venda, mas sim a sua exposição nos aquários e nas exposições permanentes, a gestão considera que estes não devem ser classificados como ativos biológicos, mas sim como ativos fixos tangíveis nos casos em que se considere que a respetiva vida útil é superior a 12 meses.

Atendendo à materialidade dos montantes envolvidos, dimensão física dos animais, tipo de espécie e respetiva longevidade média determinada pelos biólogos do Grupo, tendo por base as condições dos aquários, da longevidade média das espécies, e o histórico existente desde 1998, a gestão decidiu registar os montantes despendidos como gastos do período.

7.4 Exercício de influência significativa

O Grupo detém um interesse na Telecabine de Lisboa, Lda. O Grupo exerce influência significativa sobre esta entidade, dado que a sua participação de 25 % lhe permite nomear um gerente.

Estimativas

7.5 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por entidades do setor ao nível internacional.

7.6 Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

7.7 Imparidade em ativos não correntes

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na avaliação de imparidade efetuada não foi gerado qualquer imparidade a registar no exercício corrente.

Uma vez que a concessão do direito de exploração dos equipamentos que compõem o Oceanário se iniciou a 9 de junho de 2015 e tem uma duração limitada a trinta anos, a entidade optou por considerar uma amortização correspondente à proporção do período de concessão decorrido. Desta forma será considerada uma amortização total anual de 2.074.965,91 euros.

7.8 Imposto sobre o rendimento

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento, e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário ter em conta os seguintes fatores, por parte da Administração, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos:

- / A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- / As estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Concelho de Administração.

8. Ativos tangíveis

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os movimentos registados na rubrica de ativos tangíveis foram como segue:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2022							
Custo de aquisição	8.013.986,32	6.762.982,12	179.529,28	1.491.656,53	641.084,72	295.063,99	17.384.302,96
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(4.237.880,24)	(4.041.187,09)	(149.173,55)	(1.031.648,09)	(488.120,41)	-	(9.948.009,38)
Valor inicial	3.776.106,08	2.721.795,03	30.355,73	460.008,44	152.964,31	295.063,99	7.436.293,58
Movimento de 2022							
Adições	245.661,59	77.819,23	-	56.970,58	13.057,12	191.346,02	584.854,54
Transferências e abates	8.358,89	-	-	-	-	(8.358,89)	-
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	(39.500,00)	(39.500,00)
Depreciação - exercício	(653.602,55)	(627.055,13)	(12.704,92)	(113.443,16)	(52.340,43)	-	(1.459.146,19)
Valor final	3.376.524,01	2.172.559,13	17.650,81	403.535,86	113.681,00	438.551,12	6.522.501,93
31 de dezembro de 2022							
Custo de aquisição	8.268.006,80	6.840.801,35	179.529,28	1.548.627,11	654.141,84	478.051,12	17.969.157,50
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	(39.500,00)	(39.500,00)
Depreciações acumuladas	(4.891.482,79)	(4.668.242,22)	(161.878,47)	(1.145.091,25)	(540.460,84)	-	(11.407.155,57)
Valor final	3.376.524,01	2.172.559,13	17.650,81	403.535,86	113.681,00	438.551,12	6.522.501,93
1 de janeiro de 2021							
Custo de aquisição	7.987.431,32	6.718.134,17	179.529,28	1.485.227,20	636.999,35	332.114,55	17.339.435,87
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(3.570.931,52)	(3.429.147,07)	(132.414,67)	(934.261,64)	(434.919,13)	-	(8.501.674,03)
Valor inicial	4.416.499,80	3.288.987,10	47.114,61	550.965,56	202.080,22	332.114,55	8.837.761,84

2022

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
Movimento de 2021							
Adições	16.555,00	49.509,29	-	23.399,17	5.987,26	-	95.450,72
Transferências e abates	10.000,00	(4.661,34)	-	(16.969,84)	(1.901,89)	(37.050,56)	(50.583,63)
Depreciação - exercício	(666.948,72)	(623.751,36)	(16.758,88)	(112.670,36)	(54.977,79)	-	(1.475.107,11)
Depreciação- transf. e abates		11.711,34	-	15.283,91	1.776,51	-	28.771,76
Valor final	3.776.106,08	2.721.795,03	30.355,73	460.008,44	152.964,31	295.063,99	7.436.293,58

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
31 de dezembro de 2021							
Custo de aquisição	8.013.986,32	6.762.982,12	179.529,28	1.491.656,53	641.084,72	295.063,99	17.384.302,96
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(4.237.880,24)	(4.041.187,09)	(149.173,55)	(1.031.648,09)	(488.120,41)	-	(9.948.009,38)
Valor final	3.776.106,08	2.721.795,03	30.355,73	460.008,44	152.964,31	295.063,99	7.436.293,58

Os ativos tangíveis compreendem as obras nos edifícios, o equipamento básico necessário ao funcionamento do Oceanário e edifício do mar, o equipamento administrativo e de transporte.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referem-se ao seguinte:

2022

/ Obras de reparação/instalação nos edifícios e que se encontram a decorrer.

2021:

/ Obras de reparação/instalação nos edifícios e que se encontram a decorrer.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/(reversões) de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral pela sua totalidade

9. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis para os períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 estava discriminada na seguinte forma:

	Projectos de desenvolvimento	Programas computador	Direitos de concessão	Outros ativos intangíveis	Direitos de uso	Ativos intangíveis em curso	Total
A 1 de janeiro de 2022							
Custo de aquisição	148.064,08	339.737,79	62.009.545,92	235.847,40	100.367,50	155.000,00	62.988.562,69
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(147.947,22)	(244.203,14)	(13.327.905,84)	(205.813,25)	(97.838,46)	-	(14.023.707,91)
Valor inicial	116,86	95.534,65	48.681.640,08	30.034,15	2.529,04	155.000,00	48.964.854,78
Adições	-	62.757,47	-	7.124,67	97.057,67	2.250,00	169.189,81
Imparidade - exercício	-	-	-	-	-	(4.000,00)	(4.000,00)
Amortização - exercício	(116,86)	(56.712,44)	(2.074.965,97)	(5.312,90)	(44.352,33)	-	(2.181.460,50)
Valor final	0,00	101.579,68	46.606.674,11	31.845,92	55.234,38	153.250,00	46.948.584,09
31 de dezembro de 2022							
Custo de aquisição	148.064,08	402.495,26	62.009.545,92	242.972,07	197.425,17	157.250,00	63.157.752,50
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	(4.000,00)	(4.000,00)
Amortizações acumuladas	(148.064,08)	(300.915,58)	(15.402.871,81)	(211.126,15)	(142.190,79)	-	(16.205.168,41)
Valor final	0,00	101.579,68	46.606.674,11	31.845,92	55.234,38	153.250,00	46.948.584,09
A 1 de janeiro de 2021							
Custo de aquisição	148.064,08	266.018,72	62.009.545,92	215.847,40	100.367,50	155.000,00	62.894.843,62
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(147.247,29)	(211.069,75)	(11.252.939,93)	(194.417,57)	(61.794,51)	-	(11.867.469,05)
Valor inicial	816,79	54.948,97	50.756.605,99	21.429,83	38.572,99	155.000,00	51.027.374,57
Adições	-	73.738,00	-	-	-	-	73.738,00
Transferências e abates	-	-	-	20.000,00	-	-	20.000,00
Outras Regularizações	-	(18,93)	-	-	-	-	(18,93)
Amortização - exercício	(699,93)	(33.133,39)	(2.074.965,91)	(21.381,62)	(36.043,95)	-	(2.166.224,80)
Valor final	116,86	95.534,65	48.681.640,08	20.048,21	2.529,04	155.000,00	48.954.868,84
31 de dezembro de 2021							
Custo de aquisição	148.064,08	339.737,79	62.009.545,92	235.847,40	69.320,09	155.000,00	62.957.515,28
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	(147.947,22)	(244.203,14)	(13.327.905,84)	(205.813,25)	(66.791,05)	-	(13.992.660,50)
Valor final	116,86	95.534,65	48.681.640,08	30.034,15	2.529,04	155.000,00	51.027.374,57

Os ativos intangíveis referem-se:

I. Direito de concessão – o valor registado nesta rubrica refere-se ao valor presente do preço de aquisição que a Empresa se comprometeu a pagar ao Estado Português, na sequência da celebração do contrato de concessão. Este valor foi reexpresso com referência a junho de 2015, de forma a incorporar a responsabilidade assumida pelo pagamento de uma renda fixa atualizada pelo IPC ao concedente durante um período de 30 anos.

II. Direitos de uso – o valor registado nesta rubrica refere-se a locações ao abrigo da IFRS 16 reconhecidos pelo Grupo. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas.

III. Ativos intangíveis em curso – referem-se essencialmente ao projeto de arquitetura..

10. Investimentos em associadas

O detalhe dos movimentos registados em 2022 e 2021, relativamente aos investimentos em associadas, é como segue:

	2022	2021
1 janeiro	653.877,20	585.272,60
Ganhos / (Perdas) por equivalência patrimonial	464.753,93	68.604,60
Distribuição de Dividendos	(47.805,16)	-
31 dezembro	1.070.825,97	653.877,20

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos em associadas referem-se ao investimento na Telecabine de Lisboa, Lda., conforme segue:

31.12.2022								
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Prestações suplementares/ acessórias	Total investimento	Goodwill incluído
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	1.070.825,97	-	-	1.070.825,97	291.698,38
				1.070.825,97	-	-	1.070.825,97	291.698,38
31.12.2021								
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Perda imparidade	Prestações suplementares/ acessórias	Total investimento	Goodwill incluído
Telecabine	49310	Passeio das Tágides, Estação Norte 1990-280 Lisboa	25%	653.877,20	-	-	653.877,20	291.698,38
				653.877,20	-	-	653.877,20	291.698,38

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados no exercício, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras da Telecabine, são como segue:

	31.dez.22	31.mar.22	31.dez.21	31.mar.21
	Telecabine	Telecabine	Telecabine	Telecabine
Ativos				
Não correntes	427.867,88	466.954,38	451.966,05	209.365,74
Correntes	3.561.099,31	1.587.711,43	1.658.199,28	976.190,85
	3.988.967,19	2.054.665,81	2.110.165,33	1.185.556,59
Passivos				
Não correntes	-	-	-	-
Correntes	872.456,83	428.063,68	661.414,11	157.870,99
	872.456,83	428.063,68	661.414,11	157.870,99
Capital Próprio	3.116.510,36	1.626.602,13	1.448.751,22	1.027.685,60
	3.116.510,36	1.626.602,13	1.448.751,22	1.027.685,60

	2022	2021
	Telecabine	Telecabine
Atividade no ano	abr-dez	abr-dez
Rendimentos	3.358.172,93	1.340.246,74
Gastos	(1.170.251,37)	(797.584,78)
Imposto s/ rendimento	(511.411,20)	(121.596,34)
Resultado líquido	1.676.510,36	421.065,62
Outros rendimentos integrais	-	-
Rendimentos integrais totais	1.676.510,36	421.065,62

A atividade do ano refere-se ao período de abril a dezembro da Telecabine, no entanto os proveitos reconhecidos no Grupo são alusivos ao período de janeiro a dezembro.

A reconciliação da informação financeira selecionada com o valor contábilístico dos investimentos em associadas é como segue:

2022

	2022	2021
	Telecabine	Telecabine
Capital Social	1.200.000,00	1.200.000,00
Resultado líquido	1.676.510,36	421.065,62
Reservas legais	240.000,00	240.000,00
Resultados transitados	-	(412.314,40)
Ativos líquidos a 31 de dezembro	3.116.510,36	1.448.751,22
% participação	25,00%	25,00%
Participação financeira nas associadas	779.127,59	362.178,82
Goodwill	291.698,38	291.698,38
Outros ajustamentos	-	-
Valor líquido apurado	1.070.825,97	653.877,20
Valor líquido contábilístico*	1.070.825,97	653.877,20

A atividade do ano, apresentada no quadro anterior, refere-se ao período de abril a dezembro da Telecabine, no entanto os resultados usados para efeitos de apropriação do método da equivalência patrimonial na Entidade referem-se ao período de 12 meses, de janeiro a dezembro.

11. Ativos e passivos financeiros por categoria

As categorias de ativos e passivos financeiros definidas de acordo com as categorias da IFRS 9 foram alocadas da seguinte forma:

31.12.2022	Custo Amortizado	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	7,821,354.46	-	-	-	-	7,821,354.46
Clientes	594,313.74	-	-	-	-	594,313.74
Outras contas a receber	628,409.80	-	-	-	-	628,409.80
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	32,551.33	-	-	32,551.33
Total ativos financeiros	9,044,078.00	-	32,551.33	-	-	9,076,629.33
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	56,418,438.20	56,418,438.20
Total ativo	9,044,078.00	-	32,551.33	-	56,418,438.20	65,495,067.53
Passivos						
Financiamentos obtidos	-	-	16,286,437.33	-	-	16,286,437.33
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	1,641,669.02	-	-	1,641,669.02
Outras contas a pagar	-	-	31,465,955.23	-	-	31,471,277.85
Imposto sobre o rendimento	321,886.53	-	(5,322.62)	-	-	316,563.91
Total passivos financeiros	321,886.53	-	49,399,384.20	-	-	49,715,948.11
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-
Total passivo	321,886.53	-	49,399,384.20	-	-	49,715,948.11
31.12.2021						
	Custo Amortizado	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1,051,424.60	-	-	-	-	1,051,424.60
Clientes	315,668.90	-	-	-	-	315,668.90
Outras contas a receber	340,709.93	-	-	-	-	340,709.93
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	26,307.00	-	-	26,307.00
Total ativos financeiros	1,707,803.43	-	26,307.00	-	-	1,734,110.43
Outros ativos não financeiros	-	-	-	-	59,626,892.46	59,626,892.46
Total ativo	1,707,803.43	-	26,307.00	-	59,626,892.46	61,361,002.89

2022

	Custo Amortizado	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Passivos	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	19,069,373.61	-	-	-	-	19,069,373.61
Fornecedores	2,021,627.22	-	-	-	-	2,021,627.22
Outras contas a pagar	29,968,600.66	-	-	-	-	29,968,600.66
Imposto sobre o rendimento	3,026.29	-	-	-	-	3,026.29
Total passivos financeiros	51,062,627.79	-	-	-	-	51,062,627.79
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-
Total passivo	51,062,627.79	-	-	-	-	51,062,627.79

12. Justo valor de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros

31 de dezembro de 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	32.551,33	-	-	32.551,33
	32.551,33	-	-	32.551,33

31 de dezembro de 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	26.307,00	-	-	26.307,00
	26.307,00	-	-	26.307,00

13. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de outras contas a receber, é como segue:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de rendimentos i)	32.652,05	-	32.652,05	5.004,18	-	5.004,18
Estado e outros entes públicos ii)	97.672,99	-	97.672,99	132.335,27	-	132.335,27
Diferimentos ativos iii)	64.492,92	28.889,33	93.382,25	61.009,90	28.889,33	89.899,23
Outros devedores iv)	24.461,31	-	24.461,31	18.643,09	-	18.643,09
Adiantamento a fornecedores	382.365,20	-	382.365,20	96.952,16	-	96.952,16
	601.644,47	28.889,33	630.533,80	313.944,60	28.889,33	342.833,93
Imparidade	(2.124,00)	-	(2.124,00)	(2.124,00)	-	(2.124,00)
Outras contas a receber	599.520,47	28.889,33	628.409,80	311.820,60	28.889,33	340.709,93

I. Acréscimos de rendimentos – o detalhe desta sub-rubrica é o seguinte:

	31-12-2021			31-12-2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros rendimentos	32.652,05	-	32.652,05	5.004,18	-	5.004,18
Acréscimos de rendimentos	32.652,05	-	32.652,05	5.004,18	-	5.004,18

II. Estado e outros entes públicos – nesta rubrica são registados os saldos de tributos a receber / a recuperar junto do Estado. O detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31-12-2022	31-12-2021
	Corrente	Corrente
IVA	97.672,99	132.335,27
	97.672,99	132.335,27

III. Diferimentos ativos – a decomposição dos diferimentos ativos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com fornecimentos e serviços externos	55.937,32	28.889,33	84.826,65	57.036,67	28.889,33	85.926,00
Gastos com o Pessoal	8.555,60	-	8.555,60	3.973,23	-	3.973,23
Diferimentos ativos	64.492,92	28.889,33	93.382,25	61.009,90	28.889,33	89.899,23

IV. Outros devedores – a decomposição dos outros devedores a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31-12-2022			31-12-2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores - não grupo	24.461,31	-	24.461,31	18.643,09	-	18.643,09
Outros devedores	24.461,31	-	24.461,31	18.643,09	-	18.643,09

A 31 de dezembro de 2021 foi criada uma imparidade no montante de 2.124,00 euros sobre um saldo a receber de terceiros. A 31 de dezembro de 2022, o montante manteve-se inalterado. Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Comparativamente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de “Outras contas a receber” a 31 de dezembro de 2022 apresenta um aumento de cerca de 287 mil euros. Este aumento deve-se, essencialmente, a adiantamentos a fornecedores efetuados durante o ano de 2022.

Para o período apresentado não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

14. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

Os montantes de imposto sobre o rendimento corrente e diferido registados no exercício de 2022 e 2021, são como segue:

	2022	2021
Demonstração dos Resultados		
Imposto diferido	(1.033.026,24)	796.270,62
Imposto corrente	(486.742,03)	(3.841,84)
	(1.519.768,27)	792.428,78

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2022	2021
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(1.033.026,24)	796.270,62
	(1.033.026,24)	796.270,62

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Diferenças temporárias dedutíveis - Prejuízos Fiscais	Diferenças temporárias de- dutíveis - Donativos	Total
A 1 de janeiro de 2022	2.342.210,13	-	2.342.210,13
Período findo em 31 de dezembro			
Reversão por resultados	(1.033.026,24)	-	(1.033.026,24)
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	(1.033.026,24)	-	(1.033.026,24)
A 31 de dezembro de 2022	1.309.183,89	-	1.309.183,89

	Diferenças temporárias dedutíveis - Prejuízos Fiscais	Diferenças temporárias dedutíveis - Donativos	Total
A 1 de janeiro de 2021	1.545.939,51	-	1.545.939,51
Período findo em 31 de dezembro			
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados	796.270,62	-	796.270,62
Movimento do período	796.270,62	-	796.270,62
A 31 de dezembro de 2020	2.342.210,13	-	2.342.210,13

15. Inventários

O detalhe de inventários, à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Mercadorias	567.342,32	229.656,77
Total inventários	567.342,32	229.656,77

As mercadorias detidas pelo Grupo, referem-se a artigos para venda na loja do Oceanário de Lisboa.

Comparativamente ao exercício findo a 31 de dezembro de 2021, a rubrica a 31 de dezembro de 2022, evidência um aumento significativo, devido à normalização da atividade do Oceanário após o período de 2 anos vividos em crise pandémica.

O custo dos inventários reconhecidos em resultados do exercício em 2022 e 2021, incluídos na linha “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, ascendeu a 685.336,46 euros e 336.693,55 euros, respetivamente.

16. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados do Grupo correspondem às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT").

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor posteriores registadas em resultados do exercício.

Os movimentos registados na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentados como segue:

	2022	2021
A 1 de janeiro	26.307,00	18.198,14
Dotações	8.107,15	7.437,27
Variações de justo valor	(1.862,82)	671,59
Utilizações	-	-
A 31 de dezembro	32.551,33	26.307,00

17. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - Grupo	149.993,97	-	149.993,97	91.458,75	-	91.458,75
Clientes - Não-grupo	444.319,77	-	444.319,77	224.210,15	-	224.210,15
	594.313,74	-	594.313,74	315.668,90	-	315.668,90
Imparidade clientes	-	-	-	-	-	-
Total clientes	594.313,74	-	594.313,74	315.668,90	-	315.668,90

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2022	2021
não vencidos	393.114,94	247.532,10
Até 6 meses	191.217,49	54.669,77
de 6 a 12 meses	9.981,31	1.705,16
de 12 a 18 meses	-	4.640,82
de 18 a 24 meses	-	7.121,05
Total	594.313,74	315.668,90

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Foi revisto o modelo de imparidade, com base no que é o “forward looking” definido pela IFRS 9 e não existe a esta data a necessidade do reconhecimento de perdas por imparidade na rubrica de outras contas a receber ou clientes.

18. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	321.886,53	-	3.026,29
	-	321.886,53	-	3.026,29

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2022	2021
Imposto Corrente		
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	33.547,49	12.864,02
Estimativa de IRC	(355.434,02)	(15.890,31)
Total	(321.886,53)	(3.026,29)

Para o ano de 2022 e 2021 não existiu lugar ao pagamento de Pagamentos por Conta e, no caso dos Pagamentos Adicionais por Conta, os mesmos não se aplicaram uma vez que a Entidade não atingiu um lucro tributável superior a 1.500.000 euros relativo ao período de tributação anterior correspondente.

19. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	41.097,85	32.094,94
Depósitos bancários	7.780.256,61	1.019.329,66
Caixa e equivalentes de caixa	7.821.354,46	1.051.424,60

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	41.097,85	32.094,94
Depósitos bancários	7.780.256,61	1.019.329,66
Caixa e equivalentes de caixa (Ativo)	7.821.354,46	1.051.424,60
Descobertos bancários	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (Passivo)	-	-
	7.821.354,46	1.051.424,60

20. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, os fundos da Fundação Oceano Azul, no montante de 7.171.829 euros, encontravam-se totalmente subscritos e realizados e referem-se às dotações da Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e detalham-se da seguinte forma:

Dotação em espécie: 6.921.829 Euros

Dotação em dinheiro: 250.000 Euros

A dotação inicial da Fundadora em espécie refere-se à transmissão de uma participação financeira da entidade Waterventures.

21. Outras reservas e resultados transitados

21.1 Outras reservas

A rubrica “Outras Reservas” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras reservas	Total
A 1 de janeiro de 2021	-	585.598,53	585.598,53
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
A 31 de dezembro de 2021	-	585.598,53	585.598,53
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
A 31 de dezembro de 2022	-	585.598,53	585.598,53

A rubrica de outras reservas em 2022 no montante de 585.598,53 euros refere-se ao valor registado em Fundos Patrimoniais resultante da incorporação da Waterventures no ano de 2017.

Estes valores só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados (nr. 2 art.º 32 do CSC).

21.2 Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Resultados transitados
A 1 de janeiro de 2021	10.858.145,33
Aplicação do resultado líquido 2020	(5.056.535,39)
A 31 de dezembro de 2021	5.801.609,94
Aplicação do resultado líquido 2021	(3.260.662,36)
A 31 de dezembro de 2022	2.540.947,58

22. Outras variações nos fundos patrimoniais

A rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Outras variações nos fundos patrimoniais	Total
A 1 de janeiro de 2021	(315.328,51)	(315.328,51)
Varição justo valor Swap	52.417,16	52.417,16
Dissolução do Swap	245.000,00	245.000,00
A 31 de dezembro de 2021	-	-

A variação do justo valor do instrumento derivado de cobertura (swap), no período findo em 31 de dezembro de 2021 foi positiva no montante de 52.417,16 euros.

Durante o exercício de 2021 a Fundação dissolveu junto do Santander Totta o derivado de cobertura (SWAP), tendo reclassificado o montante para o resultado líquido do exercício, na rubrica “Gastos financeiros” (Nota 32), conforme preconizado pelas IFRS.

23. Financiamentos obtidos

A classificação dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final dos exercícios de 2022 e 2021, é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários i)						
Santander Totta	2.068.229,86	14.218.207,47	16.286.437,33	2.782.936,29	16.286.437,32	19.069.373,61
	2.068.229,86	14.218.207,47	16.286.437,33	2.782.936,29	16.286.437,32	19.069.373,61

I) O Grupo contraiu junto do Santander Totta dois empréstimos bancários em 28 de setembro de 2015.

a. um empréstimo bancário no montante inicial de 15.000.000€, com o prazo de 10 anos.

Para este financiamento bancário foi contratado com o Banco SantanderTotta um derivado de cobertura com o objetivo de cobrir o risco de variação de taxa de juro do financiamento contratado e respetivos cash flows.

Este financiamento foi originalmente contratado pela Waterventures com o objetivo de aquisição das ações do Oceanário de Lisboa, S.A.. Com a extinção da Waterventures e a incorporação dos seus ativos e passivos na Fundação Oceano Azul, esta última assumiu a obrigação perante este financiamento.

Durante o exercício de 2021, a Entidade dissolveu o contrato referente ao derivado de cobertura acima referido, adicionalmente foi realizado junto do Santander Totta um novo financiamento no montante de 245.000,00 euros, por forma a cobrir esta operação. O valor remanescente do empréstimo inicial de longo prazo de 15.000.000,00 euros foi renegociado para uma taxa de juro fixa de 1,77%.

b. um empréstimo no montante inicial de 10.000.000€, com o prazo de 12 anos, necessário para o cumprimento do pagamento inicial, contrapartida financeira prevista no contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Este financiamento encontra-se sujeito ao cumprimento de covenants financeiros, os quais foram cumpridos no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O incumprimento dos referidos covenants podem levar ao pedido antecipado de reembolso integral por parte do banco.

Durante o 1º semestre de 2021, a dívida bancária existente naquela data, no montante de 9.972.022 Euros, foi renegociada passando a ser, essencialmente, de médio e longo prazo, com prestações semestrais, maturidade até 2031 e vencendo juros a uma taxa fixa de 1.59%. No mesmo processo de renegociação foi solicitada uma nova linha de crédito de curto prazo de 3.000.000 euros vencendo juros às taxas de Euribor 12M (floor zero) e spread 1.0% e cujo montante à data de 31 de dezembro de 2022 está totalmente disponível para utilização.

As maturidades dos financiamentos do Grupo são como segue:

	2022	2021
Até 1 ano	2.068.229,86	2.782.936,29
Entre 2 e 5 anos	8.746.185,24	9.814.945,11
Superior a 5 anos	5.472.022,23	6.471.492,21
	16.286.437,33	19.069.373,61

A variação dos financiamentos do Grupo são como segue:

SantanderTotta	
1 de janeiro de 2022	
Valor inicial	19.069.373,61
Movimento de 2022	
Diminuições:	
Fluxos de caixa financiamento	(2.787.689,04)
Custo amortizado IS	4.752,76
31 de dezembro de 2022	
Saldo final	16.286.437,33

SantanderTotta	
1 de janeiro de 2021	
Valor inicial	19.017.678,24
Movimento de 2021	
Aumentos:	
Fluxos de caixa financiamento obtido	1.245.000,00
Capitalização de juros	308.482,26
Diminuições:	
Fluxos de caixa financiamento	(1.507.296,85)
Custo amortizado IS	5.509,96
31 de dezembro de 2021	
Saldo final	19.069.373,61

24. Outras contas a pagar e responsabilidades com locação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos i)	1.968.612,70	25.644.812,85	27.613.425,55	1.585.419,01	26.227.889,45	27.813.308,46
Acréscimos de gastos ii)	3.484.275,00	-	3.484.275,00	1.915.248,17	-	1.915.248,17
Estado e outros entes públicos iii)	166.322,67	-	166.322,67	134.723,90	-	134.723,90
Adiantamento de Clientes	2.290,19	-	2.290,19	6.404,38	-	6.404,38
Diferimentos passivos iv)	54.508,23	-	54.508,23	56.619,47	-	56.619,47
Outras operações com o pessoal	198,08	-	198,08	92,48	-	92,48
Responsabilidades com locações	12.798,30	45.388,93	58.187,23	1.858,77	-	1.858,77
Outros credores	86.748,28	-	86.748,28	40.345,03	-	40.345,03
Outras dívidas a pagar	5.775.753,45	25.690.201,78	31.465.955,23	3.740.711,21	26.227.889,45	29.968.600,66

I. Fornecedores de investimentos – o saldo desta rubrica inclui o passivo financeiro associado à obrigação contratual de efetuar o pagamento de uma renda fixa atualizada pela inflação durante os 30 anos do contrato de concessão. O valor registado corresponde ao valor descontado das rendas a pagar considerando uma taxa de juro incremental que o Grupo obterá num financiamento para o mesmo prazo, valor e colateral.

Os movimentos registados nos exercícios de 2022 e 2021 relativamente ao passivo financeiro relacionado com o contrato de Concessão da Exploração e Administração do Aquário Oceanário de Lisboa, é como segue:

	Valor
Saldo a 01.01.2021	28.230.772,20
Juro do período	716.074,56
Reembolso	(1.359.490,42)
Regularizações	16.677,28
Saldo a 31.12.2021	27.604.033,62
Juro do período	970.936,20
Reembolso	(1.414.439,97)
Regularizações	17.823,00
Saldo a 31.12.2022	27.178.352,85

II. Acréscimos de gastos – o detalhe desta sub-rubrica à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com o pessoal	946.528,04	-	946.528,04	449.811,43	-	449.811,43
Gastos fornecimentos e serviços externos	2.485.898,45	-	2.485.898,45	1.435.801,14	-	1.435.801,14
Gastos com o financiamento	5.716,29	-	5.716,29	7.050,25	-	7.050,25
Outros gastos	46.132,22	-	46.132,22	22.585,35	-	22.585,35
Acréscimos de gastos	3.484.275,00	-	3.484.275,00	1.915.248,17	-	1.915.248,17

O aumento observado nesta rubrica deve-se ao facto do aumento da atividade corrente da Entidade após o contexto de saúde pública vivido nos últimos 2 anos.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de 946.528,04 euros, registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Gastos com pessoal” engloba o montante de férias e subsídio de férias a pagar em 2023, cujo direito foi adquirido pelos colaboradores em 2022, assim como o montante de gratificações de balanço a pagar em 2023 decorrente da performance da Sociedade e dos seus colaboradores no ano de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de 2.485.898,45 euros, registado na rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Gastos fornecimentos e serviços externos”, é referente a serviços prestados decorrentes da atividade do Grupo em 2022, mas que só serão faturados em 2023. Este montante diz respeito, maioritariamente, a acréscimos de gastos referentes a rendas e alugueres, trabalhos especializados e eletricidade.

III. Estado e outros entes públicos – a decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
	Corrente	Corrente
Retenções imposto sobre o rendimento	62.548,03	41.685,51
IVA	27.804,09	31.664,74
Contribuições para a segurança social	75.970,55	61.373,65
	166.322,67	134.723,90

IV. Diferimentos passivos – a decomposição dos diferimentos passivos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
	Corrente	Corrente
Outros rendimentos a reconhecer	54.508,23	56.619,47
Diferimentos passivos	54.508,23	56.619,47

25. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição	2022	2021
Fornecedores - Não-grupo	825.092,77	1.585.954,74
Fornecedores - Grupo	816.576,25	435.672,48
Total saldo fornecedores	1.641.669,02	2.021.627,22

O atual montante de dívida deve-se essencialmente ao atual contexto de saúde pública que temos vivido nos últimos 3 anos. Sendo que devemos salientar uma diminuição da mesma a 31 de dezembro de 2022, comparando com o ano transato.

26. Vendas e prestações de serviços

O montante de vendas e prestação de serviços reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2022 e 2021 é detalhado como segue:

	2022	2021
Vendas de Produtos		
Mercadorias	1.948.841,99	843.324,05
Sub-total	1.948.841,99	843.324,05
Prestação de Serviços		
Bilheteira	19.046.114,98	7.374.048,12
Patrocínios	100.000,00	100.000,00
Arrendamentos/Concessões	300.243,45	78.233,76
Aluguer de espaços	47.314,18	26.521,45
ACE/Sieocean	21.168,00	20.696,28
Fotografia	127.655,12	-
Outras prestações de serviços	39.416,76	450,71
Sub-total	19.681.912,49	7.599.950,32
Vendas e prestação de serviços	21.630.754,48	8.443.274,36

27. Doações e legados à exploração

Durante os períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram imputadas ao rendimento as seguintes doações:

	2022	2021
	4.696.800,00	3.000.000,00
	760.632,64	174.867,78
	5.457.432,64	3.174.867,78

A rubrica de donativos entregues pela Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE nos montantes de 4.500.000 euros e 3.000.000,00 euros, respetivamente em 2022 e 2021, refere-se ao compromisso mencionado nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com o Banco Santander e com a empresa mãe. Adicionalmente a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V. fez um donativo de 196.800 euros para o programa capacitação para uma nova bioeconomia azul.

2022

/ 4.500.000,00 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2022.

/ 196.800,00 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., durante o ano de 2022.

2021

/ 3.000.000,00 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2021.

Em 2022 e 2021, a Fundação recebeu donativos nos montantes de 760.632,64 euros e 174.867,78 euros, respetivamente, de várias entidades terceiras.

28. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em 2022 e 2021 é detalhado como segue:

	2022	2021
Existências iniciais	229.656,77	404.399,45
Compras	1.029.818,56	165.545,86
Regularização de existências	(6.796,55)	(3.594,99)
Existências finais	(567.342,32)	(229.656,77)

685.336,46 336.693,55

29. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhos especializados	4.156.205,64	2.375.003,50
Publicidade e propaganda	343.598,51	270.951,16
Vigilância e segurança	287.725,10	247.918,20
Honorários	519.899,29	193.467,57
Comissões	242.115,16	89.991,90
Conservação e reparação	877.522,71	794.824,02
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.206,24	327,32
Materiais	19.432,40	12.607,22
Artigos para oferta	109,36	-
Energia e fluídos	1.418.824,23	1.156.606,36
Deslocações, estadas e transportes	137.933,65	102.615,09
Rendas e alugueres	1.175.138,94	510.036,30
Comunicação	44.784,66	52.018,59
Seguros	76.335,96	83.026,16
Contencioso e notariado	398,03	366,00
Despesas de representação	126.491,27	36.015,48
Limpeza, higiene e conforto	427.964,87	345.135,05
Outros serviços	433.205,12	290.516,92
Fornecimentos e serviços externos	10.288.891,14	6.561.426,84

A rubrica de rendas e alugueres, a 31 de dezembro de 2022 e 2021 inclui o montante de 1.084.690,02 euros e 422.226,31 euros, respetivamente relativamente à contrapartida financeira variável de 5% sobre as receitas da concessão, nos termos do contrato.

30. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2022 e 2021, foram como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações		
Orgãos sociais	160.135,37	367.078,22
Pessoal	2.731.236,83	2.090.987,66
Sub-total	2.891.372,20	2.458.065,88
Outros encargos		
Indemnizações	143.576,12	27.864,20
Encargos sobre remunerações	488.967,53	538.928,48
Seguros de acidentes de trabalho	31.499,16	29.314,53
Gastos de ação social	3.000,00	1.650,00
Outros	327.947,56	165.735,28
Sub-total	994.990,37	763.492,49
Gastos com o pessoal	3.886.362,57	3.221.558,37

O número médio de empregados do Grupo em 2022 foi de 84 (2021: 85).

A rubrica de gastos de ação social refere-se a cheques-creche atribuídos aos colaboradores neste exercício.

31. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos em 2022 e 2021 pode ser apresentada como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Diferenças de câmbio favoráveis	1.137,36	222,17
Correções de períodos anteriores	80.865,27	47.330,40
Outros não especificados	28.853,58	32.915,76
	110.856,21	80.468,33

32. Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos em 2022 e 2021 é apresentado no quadro seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos	11.654,31	8.723,00
Abates de investimentos não financeiros	-	1.811,87
Correções relativas a períodos anteriores	6.531,31	2.128,29
Donativos	590.036,06	426.007,83
Quotizações	27.119,80	30.162,41
Diferenças de câmbio desfavoráveis	598,52	658,07
Ofertas e amostras de inventários	-	40,00
Perdas em inventários	2.483,49	3.011,89
Outros não especificados	122.391,30	80.790,49
	760.814,79	553.333,85

33. Gastos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros em 2022 e 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Gastos financeiros		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	303.229,82	411.162,56
Outros gastos financeiros	1.052.680,39	1.103.332,67
	1.355.910,21	1.514.495,23

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, rubrica de “outros gastos financeiros” refere-se essencialmente ao efeito financeiro da atualização do passivo financeiro relativamente à componente fixa do contrato de concessão de serviço público de exploração e administração da “Oceanário de Lisboa” (ver condições na Nota 3.4) iniciado em 9 de junho de 2015 por um período de 30 anos, celebrado com o Estado Português, no montante de 970.936,20 euros e 716.074,56, respetivamente.

34. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício, reconhecido nos resultados de 2022 e 2021 é conforme segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto s/ rendimento corrente	355.434,02	15.890,31
Insuficiência/excesso de estimativa IRC	131.308,01	(12.048,47)
Imposto s/ rendimento diferido	1.033.026,24	(796.270,62)
Imposto sobre o rendimento	1.519.768,27	(792.428,78)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimento Global	7.000.512,58	(4.053.091,14)
Taxa de Imposto	21,0%	21,0%
	1.470.107,64	(851.149,14)
Gastos não dedutíveis	42.265,65	186.854,23
Anulação efeitos método equivalência patrimonial	(97.598,33)	(14.406,97)
Rendimentos não tributáveis	(202.055,59)	(56.610,88)
Diferenças temporárias	68.868,42	(53.093,95)
Benefícios fiscais	(131.807,64)	(7.706,67)
Tributação autónoma	25.666,12	15.890,31
Derrama	213.256,56	-
Insuficiência/(excesso) de estimativa IRC de anos anteriores	131.308,01	(12.048,47)
Outros	(242,57)	(157,24)
	1.519.768,27	(792.428,78)
Imposto s/ rendimento corrente	355.434,02	15.890,31
Insuficiência/excesso de estimativa IRC	131.308,01	(12.048,47)
Imposto s/ rendimento diferido	1.033.026,24	(796.270,62)
Imposto s/ rendimento	1.519.768,27	(792.428,78)

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento corrente é conforme segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual	3,00%	3,00%
	25,50%	25,50%

A entidade mãe sendo uma Fundação (entidade sem fins lucrativos) e conforme mencionado na nota 3.18 não é aplicável a taxa de Derrama e Derrama Estadual, no entanto é aplicável à sua subsidiária Oceanário.

A 31 de dezembro 2021, em resultado do contexto de saúde pública vivido, a Entidade apurou prejuízos fiscais estimados nos montantes de 3.538.936,52 euros, tendo sido calculado ativo por imposto diferido sobre os mesmos.

35. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo, à data do relato financeiro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

35.1 Obrigações do Grupo decorrentes do compromisso variável referente ao Contrato de Concessão da Exploração e Administração do Aquário Oceanário de Lisboa

Na sequência da celebração do referido contrato de concessão adicionalmente ao pagamento do ativo intangível (ver notas 3.4 e 9), o Oceanário de Lisboa, S.A assumiu a obrigação contratual de pagamento de uma contrapartida financeira variável calculada sobre 5% sobre as receitas da concessão, nomeadamente as receitas da bilheteira e outras atividades comerciais, participações em taxas ou outros tributos que o Grupo tenha direito por lei e juros ou remunerações de capitais e de aplicações financeiras efetuadas pela mesma.

Pelo facto de o seu cálculo ser variável, esta obrigação não está registada nas demonstrações financeiras do Grupo.

35.2 Compromissos com locações

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação em vigor à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2022	< 1 ano	1 -5 anos	> 5 anos
Viaturas	-	-	-
	-	-	-
2021	< 1 ano	1 -5 anos	> 5 anos
Viaturas	2.377,08	-	-
	2.377,08	-	-

Em 2022, não foram considerados para o cálculo das rendas vincendas os contratos, em que, por aplicação da IFRS 16, o reconhecimento das locações no balanço da entidade passou a ser efetuado como um ativo não corrente, referente ao direito de uso do item locado, e como um passivo financeiro, pela obrigação de pagamento dos encargos à locadora.

Em 2021, foram consideradas as rendas dos contratos de aluguer de viaturas que não sofreram a aplicação da IFRS 16, derivado do prazo dos respetivos contratos.

36. Contingências

36.1 Passivos contingentes

O Grupo tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Garantia bancária, com início em 28 de setembro de 2015, no montante de 2.000.000 euros ao Estado Português, para garantir o cumprimento exato e pontual das suas obrigações legais e contratuais, incluindo as relativas a penalidades contratuais, no âmbito do contrato de concessão celebrado com o Estado Português.

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido, foi constituído penhor financeiro do direito a receber as dotações pecuniárias definidas pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e do saldo da conta bancária da entidade mãe e dos rendimentos resultantes do saldo da mesma.

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido pelo Grupo com o objetivo de pagar ao Estado Português a componente inicial do contrato de concessão do direito de exploração dos equipamentos do Oceanário, foi constituído penhor financeiro a favor do Banco Santander Totta sobre as ações do Oceanário e sobre quaisquer valores que possa ter a haver do Oceanário. Com o mesmo objetivo, foi constituído penhor financeiro das contas bancárias da subsidiária Oceanário e dos rendimentos resultantes dos saldos das mesmas.

36.2 Garantias prestadas por terceiros

O Grupo tem as seguintes garantias bancárias prestadas por terceiros, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2021	2021
Cerger	Obrigações Contratuais	08-02-2011	24.000,00	24.000,00
Engitetra	Obrigações Contratuais	31-01-2011	16.930,44	16.930,44
Prestibel	Obrigações Contratuais	09-11-2016	46.425,60	46.425,60
Saniambiente	Obrigações Contratuais	07-08-2012	-	29.773,58
Siemens	Obrigações Contratuais	16-01-2016	15.763,13	15.763,13
			103.119,17	132.892,75

36.3 Ativos contingentes

A entidade mãe, nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., tem o direito a receber a título de Dotação Fundação a quantia total de 30.000.000 Euros, tendo sido já liquidado o montante de 24.000.000 Euros, restando o valor de 6.000.000 Euros que será liquidado até 2025. Este recebimento está condicionado à aprovação anual em Conselho de Administração da Fundadora.

37. Partes relacionadas

A Fundação foi criada pela sua Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

Remuneração do Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Fundação foram de 107.999,92 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 338.821,05 euros).

Remuneração do Conselho Fiscal e ROC

A remuneração auferida pelo ROC ascendeu a 21.905,00 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 19.500,00 euros).

Transações entre partes relacionadas

a. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas

Fundação Oceano Azul.

Partes relacionadas por via de acionistas

Pingo Doce;

Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE;

Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, SA;

Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Unilever Fima;

Waterventures;

Gallo Worldwide;

MiMed - Cuidados de Saúde, S.A.

FIMA DRESSINGS, Unipessoal LDA

FIMA OLÁ - Produtos Alimentares, SA

Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.

SEA THE FT, S.A.

Associadas

Telecabine de Lisboa, Lda.

Outras entidades - Participação ACE

Sieocean.

b. Transações e saldos pendentes**I. Sócios-Fundadores****Vendas e compras de serviços**

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com o sócio fundador:

	2022	2021
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos/Donativos		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE	4.500.000,00	3.000.000,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	196.800,00	-
	4.696.800,00	3.000.000,00

II. Partes relacionadas por via dos sócios-fundadores:**Vendas e compras de serviços**

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com as partes relacionada por via dos sócios-fundadores:

	2022	2021
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Pingo Doce	100.000,00	100.000,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	68.442,97	79.974,83
Fundação Francisco Manuel dos Santos	55.067,03	47.093,92
MIMED - Cuidados de Saúde, S.A.	94.705,96	109.008,82
FIMA DRESSINGS, Unipessoal Lda.	40.039,61	-
FIMA OLÁ - Produtos Alimentares, S.A.	41.915,16	21.104,35
SEA THE FT, S.A.	117.957,22	-
	518.127,95	357.181,92

	2022	2021
Gastos		
Compras de serviços/Outros gastos		
Pingo Doce	24.950,00	481,08
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	706.728,40	-
Unilever Fima	130.297,65	138.632,20
Gallo Worldwide	83.375,35	92.627,20
MIMED - Cuidados de Saúde, S.A.	48.012,50	36.740,00
	993.363,90	268.480,48

Gastos financeiros		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	15.194,05	7.847,21
	15.194,05	7.847,21

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2022	2021
Saldos devedores		
Clientes		
Pingo Doce	61.500,00	-
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	20.657,45	33.543,09
Fundação Francisco Manuel dos Santos	11.750,34	9.810,56
MiMed - Cuidados de Saúde	19.734,38	19.963,11
FIMA DRESSINGS, Unipessoal Lda.	32.719,55	-
FIMA OLÁ - Produtos Alimentares	-	21.782,55
SEA THE FT, S.A.	12.934,15	-
	159.295,87	85.099,31
Outros créditos a receber		
Pingo Doce	-	781,08
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	16.681,47	-
	16.681,47	781,08
	2022	2021
Saldos credores		
Fornecedores		
Unilever Fima	47.458,51	189.129,54
Gallo Worldwide	34.200,67	99.018,94
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	220.560,04	-
	302.219,22	288.148,48
Outras dívidas a pagar		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	22.739,45	7.847,21
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	343.748,84	-
Unilever Fima	-	781,08
	366.488,29	8.628,29

III. Associadas

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com as associadas:

	2022	2021
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Telecabine	6.008,80	7.445,71
	6.008,80	7.445,71
	2021	2021
Gastos		
Compras de serviços/Outros gastos		
Telecabine	820,76	-
	820,76	-

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2021	2021
Saldos devedores		
Clientes		
Telecabine	1.453,17	1.561,47
	1.453,17	1.561,47

IV. Outras entidades- Participação ACE

Vendas e compras de serviços

Durante o exercício, o Grupo efetuou as seguintes transações com os ACE:

	2022	2021
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Sieocean	21.250,08	21.263,41
	21.250,08	21.263,41
	2021	2021
Gastos		
Compras de serviços/Outros gastos		
Sieocean	781.234,54	720.000,00
	781.234,54	720.000,00

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2022	2021
Saldos devedores		
Cientes		
Sieocean	2.179,08	4.797,97
	2.179,08	4.797,97
Saldos credores		
Fornecedores		
Sieocean	76.732,98	147.600,00
Outras contas a pagar		
Sieocean	25.850,00	-
	102.582,98	147.600,00

38. Eventos subsequentes

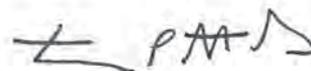
Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado


João Pedro Eloi Lopes Banza, número 37215

O Conselho de Administração


José Soares dos Santos



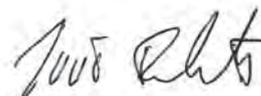
Tiago Pitta e Cunha



Emanuel Gonçalves



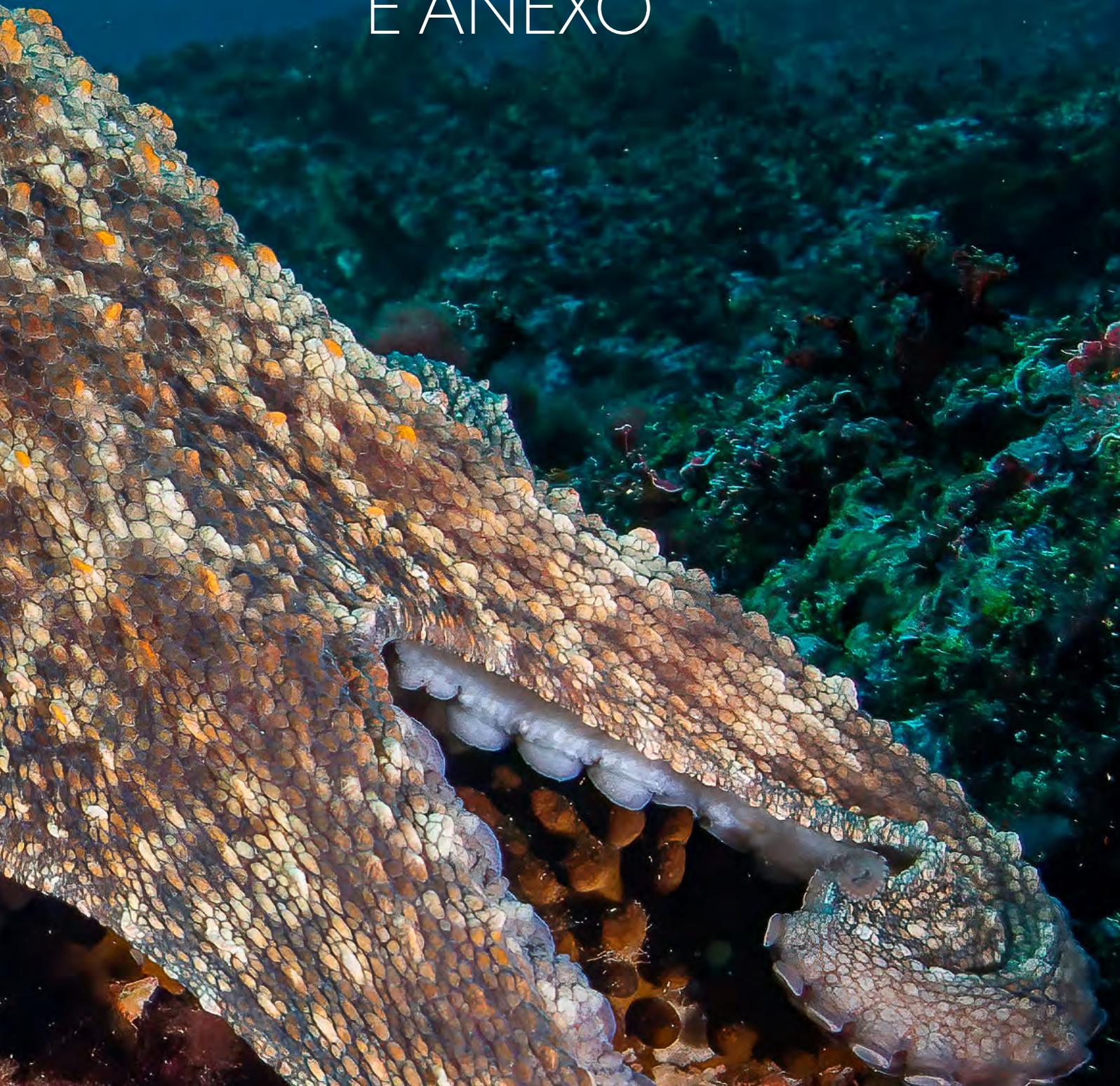
R. Andreas Kraemer



João Falcato Pereira



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E ANEXO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E ANEXO

Demonstração da posição financeira	174
Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral	175
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais	176
Demonstração dos fluxos de caixa.....	177
Anexo às demonstrações financeiras.....	178
1. Introdução.....	178
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	178
2.1 Bases de preparação	178
3. Principais políticas contabilísticas	182
3.1 Partes de capital em subsidiárias	182
3.2 Conversações cambial	182
3.3 Ativos tangíveis	183
3.4 Ativos intangíveis	183
3.5 Imparidade de ativos não financeiros	184
3.6 Ativos financeiros	185
3.7 Justo valor de ativos e passivos	187
3.8 Clientes e outras contas a receber	187
3.9 Caixa e equivalentes de caixa	188
3.10 Fundos patrimoniais	188
3.11 Passivos financeiros	188
3.12 Compensação de instrumentos financeiros	188
3.13 Financiamentos obtidos	189
3.14 Fornecedores e outras contas a pagar	189
3.15 Custos com empréstimos obtidos	189
3.16 Instrumentos financeiros derivados	189
3.17 Imposto sobre o rendimento	190
3.18 Provisões e passivos contingentes	190
3.19 Ativos contingentes	191
3.20 Locações	191
3.21 Gastos e rendimentos	192
3.22 Rédito	192
3.23 Eventos subsequentes	192
4. Políticas de gestão do risco financeiro.....	192
4.1 Fatores do risco financeiro	192

4.2 Gestão do risco de capital	194
5. Principais estimativas e julgamentos apresentados.....	195
5.1 Ativos tangíveis e intangíveis	195
5.2 Justo valor de instrumentos financeiros	195
5.3 Imparidade em investimentos em subsidiárias	195
5.4 Imposto sobre o rendimento	196
6. Ativos tangíveis.....	196
7. Ativos intangíveis.....	198
8. Investimentos em subsidiárias.....	200
9. Ativos e passivos financeiros por categoria.....	202
10. Justo valor de ativos e passivos.....	204
11. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.....	204
12. Outras contas a receber	205
13. Caixa e equivalentes de caixa	205
14. Fundos Patrimoniais.....	206
15. Outras reservas	207
16. Outras variações nos fundos patrimoniais.....	207
17. Financiamentos obtidos.....	208
18. Instrumentos financeiros derivados.....	209
19. Fornecedores.....	210
20. Imposto sobre o rendimento a receber/a pagar	211
21. Outras contas a pagar e responsabilidade com locações	211
22. Doações e legados à exploração	212
23. Fornecimentos e serviços externos.....	213
24. Gastos com o pessoal	213
25. Variações de justo valor	214
26. Outros rendimentos	214
27. Outros gastos	214
28. Gastos financeiros	214
29. Imposto sobre o rendimento	215
30. Compromissos	216
31. Contingências	217
32. Partes relacionadas	217
33. Eventos subsequentes	221

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ativo			
Não corrente			
Ativos tangíveis	6	4.469,49	1.412,24
Ativos intangíveis	7	4.550,28	2.267,29
Direito de uso	7	2.563,31	-
Investimentos em subsidiárias	8	22.561.869,62	18.773.696,03
		22.570.889,39	18.777.375,56
Corrente			
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	11	9.507,12	7.308,65
Clientes	13	22.009,69	
Outras contas a receber	12	86,36	787.154,00
Imposto sobre o rendimento a receber	21	-	96,71
Caixa e equivalentes de caixa	14	1.835.461,06	38.909,42
		1.867.064,23	833.468,78
Total do Ativo		24.437.953,62	19.610.844,34
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	7.171.829,00	7.171.829,00
Outras reservas	16	(264.330,23)	(264.330,23)
Outras variações nos fundos patrimoniais	17	-	-
Resultados transitados		3.390.876,34	6.651.538,70
Resultado líquido do exercício		5.480.744,31	(3.260.662,36)
Total do Fundo de Capital		15.779.119,42	10.298.375,11
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	18	5.003.735,97	6.575.939,11
		5.003.735,97	6.575.939,11
Corrente			
Financiamentos obtidos	18	2.322.203,14	1.534.564,04
Fornecedores	19	545.260,82	368.169,18
Imposto sobre o rendimento a pagar	20	7.501,18	-
Responsabilidades com locações	21	2.547,38	-
Outras contas a pagar	21	777.585,71	833.796,90
		3.655.098,23	2.736.530,12
Total do Passivo		8.658.834,20	9.312.469,23
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		24.437.953,62	19.610.844,34

As notas das páginas 178 a 221 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

2022

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

	Nota	Exercício 2022	Exercício 2021
Doações e legados à exploração	22	5.419.213,64	3.135.893,78
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	3.788.173,59	(3.471.699,14)
Fornecimentos e serviços externos	23	(2.196.274,80)	(1.192.868,79)
Gastos com o pessoal	24	(838.933,16)	(826.347,77)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(10.290,21)	(13.384,54)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	13	-	(2.124,00)
Variações de justo valor	25	(561,21)	375,84
Outros rendimentos	26	3.293,73	23.852,49
Outros gastos	27	(536.150,04)	(428.382,26)
Resultado operacional		5.628.471,54	(2.774.684,39)
Gastos financeiros	28	(143.029,19)	(502.134,11)
Rendimentos financeiros	28	6.350,52	19.713,53
Resultados antes de impostos		5.491.792,87	(3.257.104,97)
Imposto sobre o rendimento	29	(11.048,56)	(3.557,39)
Resultado líquido do exercício		5.480.744,31	(3.260.662,36)
Outros rendimentos integrais:			
Itens que poderão ser reclassificados por resultados			
Dissolução			
Varição do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	17	-	52.417,16
Dissolução de instrumentos financeiros derivados	17	-	245.000,00
Outros rendimentos integrais - total		-	297.417,16
Total do rendimento integral do exercício		5.480.744,31	(2.963.245,20)

As notas das páginas 178 a 221 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

	Nota	Fundos	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
A 1 de janeiro de 2021		7.171.829,00	(264.330,23)	11.708.074,09	(297.417,16)	(5.056.535,39)	13.261.620,31
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(3.260.662,36)	(3.260.662,36)
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		-	-	(5.056.535,39)	-	5.056.535,39	-
Variações justo valor de instrumentos financeiros derivados	17	-	-	-	52.417,16	-	52.417,16
Dissolução de instrumentos financeiros derivados	17	-	-	-	245.000,00	-	245.000,00
A 31 de dezembro de 2021		7.171.829,00	(264.330,23)	6.651.538,70	-	(3.260.662,36)	10.298.375,11
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	5.480.744,31	5.480.744,31
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		-	-	(3.260.662,36)	-	3.260.662,36	-
A 31 de dezembro de 2022		7.171.829,00	(264.330,23)	3.390.876,34	-	5.480.744,31	15.779.119,42

As notas das páginas 178 a 221 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.




2022

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de doações		5.420.109,64	3.135.893,78
Pagamentos a fornecedores		(2.568.566,48)	(1.025.697,32)
Pagamentos ao pessoal		(445.601,88)	(428.302,68)
Caixa gerada pelas operações		2.405.941,28	1.681.893,87
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(68,34)	(2.134,19)
Outros recebimentos/ pagamentos		(440.712,30)	(518.380,50)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		1.965.160,64	1.161.379,18
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Empréstimos concedidos	13	-	(2.000.000,00)
Recebimentos provenientes de			
Empréstimos concedidos	13	750.000,00	1.250.000,00
Juros e rendimentos similares		10.147,01	9.401,03
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		760.147,01	(740.598,97)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos	18	750.000,00	245.000,00
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos	18	(1.534.564,04)	(1.507.296,85)
Juros e gastos e similares		(144.191,97)	(215.085,48)
Outras operações de financiamento		-	(276.061,45)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(928.756,01)	(1.753.443,78)
Varição de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	38.909,42	1.371.572,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	1.835.461,06	38.909,42

As notas das páginas 178 a 221 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Fundação Oceano Azul (também referida neste documento como “Fundação” ou “Entidade”), é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, instituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE (Fundadora) em 15 de dezembro de 2016, tendo a sua sede no Oceanário de Lisboa, sito na Esplanada D. Carlos I – Doca dos Olivais, freguesia Parque das Nações, em Lisboa.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho nº 1811/2017 de 10 de fevereiro de 2017 emitido pelo Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e iniciou a sua atividade no dia 1 de março de 2017.

A Fundação tem por objeto contribuir para a conservação e utilização sustentável do oceano, procurando, em especial: (a) Desenvolver a literacia azul e a sensibilização da sociedade para os desafios da sustentabilidade do oceano; (b) Defender a conservação do oceano, promovendo a valorização da biodiversidade marinha e o desenvolvimento de usos sustentáveis; (c) Contribuir para uma nova governação do oceano, orientada por valores éticos e assente no conhecimento científico, bem como incentivar, através de ações de capacitação, uma economia azul inovadora e ambientalmente sustentável.

A Fundação recebeu, como dotação inicial em espécie da sua Fundadora, as ações da entidade Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A. (doravante designada por “Waterventures”). Esta entidade foi constituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE com o objetivo de comprar as ações da Oceanário de Lisboa, S.A. (de ora em diante designada por “Oceanário”), dado que não seria possível concluir o processo de instituição e reconhecimento da Fundação, em tempo útil. Durante o ano de 2017, e por forma a concretizar o objetivo inicial de ser a Fundação a deter as ações do Oceanário, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e a Fundação decidiram extinguir a sociedade Waterventures, e, por conseguinte, a Fundação incorporou o património (ativos e passivos) da Waterventures, do qual se destacam as ações do Oceanário.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 22 de março de 2023. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras da Fundação e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS”) à data de 31 de dezembro de 2022, ajustadas em termos de terminologia, atendendo à natureza jurídica da Entidade (Fundação).

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, tendo a Entidade seguido a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor “ativos financeiros ao justo valor por resultados”. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, tendo a Entidade seguido a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor “ativos financeiros ao justo valor por resultados”. Embora em 31 de dezembro de 2022 o passivo corrente seja superior ao ativo corrente, a Entidade procedeu à avaliação dos fluxos de caixa futuros tendo em conta a geração de receitas das operações da subsidiária Oceanário de Lisboa, S.A., bem como das dotações previstas e acordadas com a Fundadora, tendo concluído que estas são suficientes para fazer face às necessidades.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 5.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

a. IFRS 16, (alteração), ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021’. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

b. IAS 16, (alteração) ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

c. IAS 37, (alteração) ‘Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato’. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

d. IFRS 3 , (alteração) ‘Referências à Estrutura conceptual’. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

e. Melhorias às normas 2018 – 2020 , Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Não existiu qualquer impacto relativamente à alteração desta norma.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

a. IAS 1 (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material”, em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas. A Fundação ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

b. IAS 8 (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A Fundação ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

c. IFRS 17 (nova e alteração), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Não existirá qualquer impacto na alteração desta norma.

d. IFRS 17, (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Não existirá qualquer impacto na alteração desta norma.

e. IAS 12, (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A Fundação ainda está a apurar os impactos que esta norma possa ter, no entanto não se perspectiva impactos significativos.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

a. IAS 1 (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A Fundação ainda está a apurar os impactos que a alteração desta norma possa ter.

b. IFRS 16 (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas)

relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Não se perspetiva qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Fundação com a alteração desta norma.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Partes de capital em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Fundação tem controlo. A Fundação controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do exercício de poder sobre a entidade.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro nas subsidiárias. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

Nas demonstrações financeiras os investimentos em subsidiárias são mensurados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Os investimentos nestas entidades são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras, sendo o seu valor contabilístico posteriormente aumentado ou reduzido, através do reconhecimento da quota-parte da Entidade no total de ganhos e perdas reconhecidos nos resultados e rendimento integral, desde a data em que a influência significativa se inicia, até à data em que efetivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias são reduzidos ao valor dos investimentos, na demonstração da posição financeira. Quando a quota-parte das perdas destas Entidades excede o valor do investimento nas Subsidiárias, a Fundação reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

3.2 Conversão cambial

I. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a Fundação opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da Entidade e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação da Fundação.

II. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

III. Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira	Câmbio Médio		Câmbio Final do Período	
Moeda	2022	2021	31.12.2022	31.12.2021
USD	1.05300	1.18270	1.06660	1.13260

3.3 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Equipamento administrativo	3 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos separadamente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, a Fundação mensura os seus ativos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a Fundação.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incorridos.

A Entidade tem registados como ativos intangíveis:

i. Programas de computador – referem-se aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades.

As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, pró-rata do período a que se referem.

A Fundação determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, tendo definidas a esta data as seguintes vidas úteis:

	Anos
Programas computador	3 anos
Outros Ativos intangíveis	Entre 2 a 3 anos

3.5 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, tais como os ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida são sujeitos a testes de imparidade, quando e somente quando a ocorrência de certos eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contabilístico dos ativos possa não ser recuperável.

Quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, é registada a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

O cálculo do justo valor menos os custos de venda pode basear-se: i) no preço de venda acordado contratualmente numa transação entre terceiros não relacionados, deduzindo os custos de venda; ii) o preço de mercado se o ativo for negociado num mercado ativo; ou iii) o justo valor calculado como uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que qualquer agente de mercado esperaria obter do ativo.

No cálculo do valor em uso, aplica-se a metodologia dos fluxos de caixa descontados, e inclui os seguintes elementos:

- a.** uma estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo;
- b.** as expectativas de flutuações dos valores e tempestividade destes fluxos de caixa;
- c.** o efeito temporal do dinheiro, mensurado pela aplicação da taxa de desconto antes de impostos, derivada da WACC; e
- d.** outros fatores que devem ser considerados nesta análise, tais como a falta de liquidez que os participantes do mercado, possam refletir nos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas para o goodwill, não são reversíveis, exceto na sua alienação.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou à sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

3.6 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- I.** Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- II.** Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
 - a.** Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b.** Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais não é exercido controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Entidade opta, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

III. Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Entidade se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros ao justo valor são mensurados inicialmente, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em Juros obtidos, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

A Entidade avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de “Clientes” e “Outras contas a receber” (Nota 13) e ativos de contratos com clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de incumprimentos históricos para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas sempre que adequado.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível; ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses. Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, é aplicado a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito é calculado uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Relativamente aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida, na data do desreconhecimento os ganhos/(perdas) reconhecidos em capital/outras rendimentos integrais anteriormente são reclassificados das correspondentes rúbricas do capital próprio para resultados exercício.

3.7 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, a abordagem deve ser baseada numa transação hipotética que seja realizada no mercado mais ativo deste ativo ou passivo, ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso (ou seja, o mercado que maximiza o valor que a Fundação receberia ao vender o ativo ou minimizar o valor que seria pago para transferir a responsabilidade dentro desse mercado, depois de considerar os custos de transação e custos de transporte, se aplicáveis). Isto corresponde ao Nível 1 da hierarquia de valor justo, desde que os preços de mercado utilizados não sejam ajustados.

Ativos e passivos classificados no Nível 2 da hierarquia de justo valor não têm mercados ativos - esses itens são mensurados através de uma metodologia baseada em inputs, diferentes dos preços cotados observáveis de Nível 1 (ex: taxas de juro, taxas de câmbio, etc.), habitualmente utilizados no mercado.

A Fundação também pode ter ativos e / ou passivos que são classificados no Nível 3 da hierarquia do justo valor. Este nível de justo valor é caracterizado pela ausência de dados de mercado observáveis – como tal, a Entidade aplica metodologias com base na melhor informação disponível, dadas as circunstâncias particulares de cada ativo e passivo, que pode incluir dados internos, como pressupostos e estimativas.

3.8 Clientes e Outras contas a receber

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados/donativos no âmbito da atividade da Fundação. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer 12 meses, após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na Nota de Ativos financeiros. As perdas por imparidade identificadas são registadas na rubrica de demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em “Imparidade de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados.

Os empréstimos a acionistas e partes relacionadas por via de acionistas encontram-se valorizados ao custo ou custo amortizado menos imparidade.

3.9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10 Fundos Patrimoniais

As dotações iniciais do Fundador, conforme definido nos estatutos da Fundação são registadas no Fundo de Capital e registadas na data da confirmação da sua atribuição.

3.11 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- I. Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- II. Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” (Nota 18), “Fornecedores” (Nota 19) e “Outras contas a pagar” (Nota 21). Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Quando um instrumento financeiro de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas, em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

3.12 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira, apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da Entidade.

3.13 Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Entidade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.14 Fornecedores e Outras contas a pagar

Esta rubrica inclui geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Fundação adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a rubrica de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” é mensurada pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

3.15 Custos com empréstimos obtidos

Juros e outros custos incorridos pela Fundação, relacionados com empréstimos para apoiar as atividades da Fundação, sejam eles gerais ou específicos, diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis (ativos que normalmente levam um período substancial de tempo para ficarem prontos para uso ou venda) são adicionados ao custo desses ativos, até que estejam prontos para uso ou venda.

Os rendimentos de juros obtidos a partir de investimentos temporários de empréstimos específicos, que ainda não tenham sido aplicados para pagar a fornecedores de ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

Exceto quanto à capitalização em ativos qualificáveis, todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados, nos períodos em que são incorridos.

3.16 Instrumentos financeiros derivados

A Fundação utiliza instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa com o objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposta, não utilizando derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram cumulativamente, com as seguintes condições:

- a. apenas são permitidos os instrumentos de cobertura e os itens cobertos previstos;
- b. Tem de existir uma designação formal da relação de cobertura e a respetiva documentação;
- c. Têm de estar cumpridos os requisitos de eficácia da cobertura;

Para a mensuração dos derivados, a Fundação utiliza as avaliações fornecidas pelas contrapartes como base para o reconhecimento do seu justo valor à data de fecho do exercício.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relação de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). Os ganhos ou perdas relacionadas com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

3.17 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da mensuração ao justo valor de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Imposto corrente

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O imposto é reconhecido em cada período de relato financeiro baseado em estimativas da gestão sobre a taxa média anual de imposto efetiva prevista para a totalidade do exercício fiscal. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em exercícios posteriores.

Não existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento.

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos, sendo para efeitos da legislação fiscal uma entidade que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, o valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no seu rendimento global ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Fundação é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%.

3.18 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Entidade divulga tal facto como um passivo contingente, conforme Nota 31, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Processos judiciais

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a Fundação a Entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

Contratos onerosos

A Fundação reconhece uma provisão para contratos onerosos, quando tem a obrigação contratual de fornecer um produto ou serviço, para os quais o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados a receber. A provisão é mensurada pelo menor entre os custos de cumprimento do contrato, e quaisquer penalidades ou compensações que a Fundação tenha que pagar, pelo não cumprimento do contrato.

3.19 Ativos contingentes

Os ativos contingentes são “possíveis” ativos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais a Fundação não tem controlo.

Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Fundação, mas são divulgados nas notas anexas, quando a sua ocorrência é provável.

3.20 Locações

A IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários. Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de:

- I.** ativos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e
- II.** depreciação dos ativos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

A Fundação adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios no momento da transição. As locações dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, a Fundação reconheceu em 1 de janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso e responsabilidades por locação. Na mensuração das responsabilidades por locação, a Fundação descontou os pagamentos das locações usando a taxa de 4,22% associada aos respetivos contratos de locação.

3.21 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.22 Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda e prestações de serviços no decurso normal da atividade da Entidade.

O rédito da venda de produtos é registado quando: i) parte substancial dos riscos e benefícios das mercadorias tenham sido transferidos para o comprador; o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e iii) é provável que benefícios económicos fluam para a Entidade.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido na data da prestação de um serviço único, específico ou de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

Os donativos recebidos do Fundador e/ou de outras entidades, com destino a financiar a realização dos fins estatutários são contabilizados pela totalidade em rendimentos do período.

Os proveitos da Fundação correspondem, maioritariamente ao recebimento de donativos do Fundador, com o objetivo de financiar a realização dos fins estatutários da Fundação.

3.23 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes referem-se ao tratamento contabilístico a ser dado a eventos ocorridos após a data de relato, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato, e antes da emissão das demonstrações financeiras, que fornecem informações adicionais, ou confirmam situações pendentes na data de relato são ajustados neste conjunto de demonstrações financeiras.

Eventos que ocorreram após a data de relato e antes da emissão destas demonstrações financeiras, que não estão relacionadas com situações que existiam à data de relato, não dão origem a ajustamentos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados, se considerados materiais.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

4.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Fundação estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da Fundação é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, assim como políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

I. Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Fundação é desenvolvida essencialmente em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são efetuadas na moeda do país, o Euro, o que reduz substancialmente o risco de câmbio.

II. Risco de crédito

O risco de crédito da Entidade resulta essencialmente i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos de entidades terceiras.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado através da avaliação de risco efetuada antes da aplicação e pela sua evolução.

A qualidade de crédito das instituições financeiras, quanto aos depósitos bancários da Fundação, classificados como “Caixa e Equivalentes de Caixa” retirado, é a seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos bancários		
AA+	-	-
AA-	-	-
A+	1.833.213,22	38.664,45
A	-	-
A-	-	-
Outros sem rating	2.247,84	244,97
Depósitos bancários (caixa e equivalentes)	1.835.461,06	38.909,42
Outros ativos financeiros		
AA	-	-
AA-	-	-
A+	-	-
A	-	-
Outros sem rating	22.096,05	787.154,00
Outros ativos financeiros	22.096,05	787.154,00

(Fonte: Standard & Poor's)

Regra geral os clientes e outras contas a receber da Fundação não têm rating de crédito atribuído.

III. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro da Fundação.

As necessidades de tesouraria são geridas pelo departamento financeiro da Fundação.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento e os investimentos.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Fundação por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados incluindo os juros vencidos:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2022			
Financiamentos obtidos	2.480.159,41	5.207.754,57	-
Fornecedores e outras contas a pagar	1.269.117,26	-	-
	3.749.276,67	5.207.754,57	-
31 de dezembro de 2021			
Financiamentos obtidos	1.678.756,00	6.895.332,98	-
Fornecedores e outras contas a pagar	1.135.953,62	-	-
	2.814.709,62	6.895.332,98	-

IV. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro de referência, o que expõe a Fundação a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe a Fundação a risco de justo valor.

4.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Entidade em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento em subsidiárias.

Os rácios de gearing em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram os seguintes:

	31.12.2022	31.12.2021
Financiamentos Obtidos (Nota 18)	7.325.939,11	8.110.503,15
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 14)	1.835.461,06	38.909,42
Dívida líquida	5.490.478,05	8.071.593,73
Fundos Patrimoniais	15.779.119,42	10.298.375,11
Património Total	21.269.597,47	18.369.968,84
Gearing	26%	44%

5. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Entidade são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

5.1 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/ amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por entidades do setor ao nível internacional.

5.2 Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

5.3 Imparidade em investimentos em subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão

em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na avaliação de imparidade efetuada não foi gerado qualquer imparidade a registar no exercício corrente.

Uma vez que a concessão do direito de exploração dos equipamentos que compõem o Oceanário se iniciou a 9 de junho de 2015 e tem uma duração limitada a trinta anos, a entidade optou por considerar uma amortização correspondente à proporção do período de concessão decorrido. Desta forma será considerada uma amortização total anual de 748.512 euros.

5.4 Imposto sobre o rendimento

As revisões de declarações fiscais efetuadas pela Autoridade Tributária podem levar ao reconhecimento de passivos respeitantes a pagamentos adicionais de impostos, incluindo juros e outras penalidades. Tais revisões podem implicar impactos ao nível do imposto sobre o rendimento, e provisões para impostos, nos períodos contabilísticos em que as mesmas ocorrem.

De acordo com a IAS12, são reconhecidos ativos por impostos diferidos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário ter em conta os seguintes fatores, por parte da Administração, para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos:

- | A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- | As estratégias de planeamento fiscal futuro definidas pelo Concelho de Administração.

A entidade ao longo da sua operação não obtém qualquer rendimento tributável em sede de IRC.

6. Ativos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a evolução registada na rubrica de ativos tangíveis para os períodos apresentados é como segue:

	Equipamento administrativo	Total
1 de janeiro de 2022		
Custo de aquisição	13.475,51	13.475,51
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(12.063,27)	(12.063,27)
Valor líquido inicial	1.412,24	1.412,24
Movimento de 2022		
Adições	5.962,67	5.962,67
Depreciação - exercício	(2.905,42)	(2.905,42)
Valor líquido final	4.469,49	4.469,49
31 de dezembro de 2022		
Custo de aquisição	19.438,18	19.438,18
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(14.968,69)	(14.968,69)
Valor líquido final	4.469,49	4.469,49
1 de janeiro de 2021		
Custo de aquisição	13.475,51	13.475,51
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(10.666,02)	(10.666,02)
Valor líquido inicial	2.809,49	2.809,49
Movimento de 2021		
Depreciação - exercício	(1.397,25)	(1.397,25)
Valor líquido final	1.412,24	1.412,24
31 de dezembro de 2021		
Custo de aquisição	13,475.51	13,475.51
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(12.063,27)	(12.063,27)
Valor líquido final	1.412,24	1.412,24

O equipamento administrativo compreende computadores e outro material informático.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/(reversões) de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral pela sua totalidade.

7. Ativos intangíveis

A evolução registada na rubrica de ativos intangíveis para os períodos apresentados é como segue:

	Programas computador	Direito de uso	Total
1 de janeiro de 2022			
Custo de aquisição	17.249,55	31.047,41	48.296,96
Imparidade acumulada	-	-	-
Amortizações acumuladas	(14.982,26)	(31.047,41)	(46.029,67)
Valor líquido inicial	2.267,29	-	2.267,29
Adições	2.569,47	7.098,31	9.667,78
Transferências e abates	-	-	-
Outras Regularizações	-	-	-
Amortização - exercício	(2.849,79)	(4.535,00)	(7.384,79)
Valor líquido final	1.986,97	2.563,31	4.550,28
31 de dezembro de 2022			
Custo de aquisição	19.819,02	38.145,72	57.964,74
Imparidade acumulada	-	-	-
Amortizações acumuladas	(17.832,05)	(35.582,41)	(53.414,46)
Valor líquido final	1.986,97	2.563,31	4.550,28

	Programas computador	Direito de uso	Total
1 de janeiro de 2021			
Custo de aquisição	17.268,48	31.047,41	48.315,89
Imparidade acumulada	-	-	-
Amortizações acumuladas	(12.980,91)	(21.061,47)	(34.042,38)
Valor líquido inicial	4.287,57	9.985,94	14.273,51
Adições	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Outras Regularizações	(18,93)	-	(18,93)
Amortização - exercício	(2.001,35)	(9.985,94)	(11.987,29)
Valor líquido final	2.267,29	-	2.267,29
	Programas computador	Direito de uso	Total
31 de dezembro de 2021			
Custo de aquisição	17.249,55	31.047,41	48.296,96
Imparidade acumulada	-	-	-
Amortizações acumuladas	(14.982,26)	(31.047,41)	(46.029,67)
Valor líquido final	2.267,29	-	2.267,29

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição de programas de computador e aos direitos de uso e responsabilidades por locação reconhecidos pela Fundação. Os direitos de uso dizem respeito principalmente a contratos de locações de viaturas

8. Investimentos em subsidiárias

O detalhe dos movimentos registados em 2022 e 2021, relativamente aos investimentos em subsidiárias, é como segue:

	2022	2021
1 de janeiro	18.773.696,03	22.245.395,17
Ganhos/(Perdas) por equivalência patrimonial	4.536.685,59	(2.723.187,14)
Amortização do exercício do intangível afeto à concessão	(748.512,00)	(748.512,00)
31 de dezembro	22.561.869,62	18.773.696,03

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos em subsidiárias referem-se ao investimento no Oceanário de Lisboa, S.A., conforme segue:

31.12.2022							
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Amortização acumulada	Total investimento	Intangível da concessão
Oceanário de Lisboa	91041	Esplanada Dom Carlos I, 1990-005 Lisboa	100.00%	27.988.586,71	(5.426.717,09)	22.561.869,62	16.779.209,42
				27.988.586,71	(5.426.717,09)	22.561.869,62	16.779.209,42

31.12.2021							
Designação	Atividade	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Participação financeira	Amortização acumulada	Total investimento	Intangível da concessão
Oceanário de Lisboa	91041	Esplanada Dom Carlos I, 1990-005 Lisboa	100.00%	23.451.901,12	(4.678.205,09)	18.773.696,03	17.527.721,42
				23.451.901,12	(4.678.205,09)	18.773.696,03	17.527.721,42

A participação financeira detida na subsidiária Oceanário de Lisboa, detida a 100%, foi recebida pela Fundação através da incorporação da sua subsidiária Waterventures que foi extinta a 29 de setembro de 2017.

A participação a 31 de dezembro de 2022, no valor de 27.988.586,71 euros inclui o montante bruto de 22.205.926,51 euros referente ao efeito da imputação do custo de aquisição do Oceanário ao ativo do contrato de exploração do Oceanário de Lisboa detido por aquela subsidiária. Este montante encontra-se a ser amortizado pelo período remanescente do contrato da concessão. Em 31 de dezembro de 2022 o montante das amortizações ascende a 5.426.717,09 euros, o que resulta no montante líquido do ativo afeto à concessão de 16.779.209,42 euros.

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados no exercício, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras das subsidiárias, são como segue:

2022

	2022	2021
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
Ativos		
Não correntes	39.091.756,02	41.894.724,07
Correntes	8.531.620,96	1.877.136,22
	47.623.376,98	43.771.860,29
Passivos		
Não correntes	34.904.673,27	36.620.898,49
Correntes	6.936.043,51	5.904.987,20
	41.840.716,78	42.525.885,68
Capital Próprio	5.782.660,20	1.245.974,61
	5.782.660,20	1.245.974,61
	2022	2021
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
Atividade no ano		
Rendimentos	22.250.025,51	8.609.157,27
Gastos	(16.204.620,21)	(12.128.330,58)
Imposto s/ rendimento	(1.508.719,71)	795.986,17
Resultado líquido	4.536.685,59	(2.723.187,14)
Outros rendimentos integrais	-	-
Rendimentos integrais totais	4.536.685,59	(2.723.187,14)

A reconciliação da informação financeira selecionada com o valor contabilístico dos investimentos em subsidiárias é como segue:

	2022	2021
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
Ativos líquidos iniciais	1.245.974,61	3.969.161,75
Resultado líquido	4.536.685,59	(2.723.187,14)
Outros movimentos em capital próprio		
Distribuição de dividendos	-	-
Diferenças de câmbio	-	-
Ativos líquidos a 31 de dezembro	5.782.660,20	1.245.974,61
% participação	100%	100%
Participação financeira nas subsidiárias	5.782.660,20	1.245.974,61
Intangível da concessão	16.779.209,42	17.527.721,42
Valor líquido apurado	22.561.869,62	18.773.696,03
Valor líquido contabilístico	22.561.869,62	18.773.696,03

Os Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentados na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral referente ao período de 2022 e 2021 é apresentado da seguinte forma:

	2022	2021
	Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa
Apropriação de resultado líquido	4.536.685,59	(2.723.187,14)
Amortização do exercício do intangível afeto à concessão	(748.512,00)	(748.512,00)
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3.788.173,59	(3.471.699,14)

9. Ativos e passivos financeiros por categoria

As categorias de ativos e passivos financeiros definidas de acordo com as categorias da IFRS 9 foram alocadas da seguinte forma:

2022

31.12.2022	Custo Amortizado	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.835.461,06	-	-	-	1.835.461,06
Clientes	86,36	-	-	-	86,36
Outras contas a receber	22.009,69	-	-	-	22.009,69
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	9.507,12	-	-	9.507,12
Total ativos financeiros	1.857.557,11	9.507,12	-	-	1.867.064,23
Outros ativos não financeiros	-	-	-	22.570.889,39	22.570.889,39
Total ativo	1.857.557,11	9.507,12	-	22.570.889,39	24.437.953,62
Passivos					
Financiamentos obtidos	7.325.939,11	-	-	-	7.325.939,11
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-
Fornecedores	545.260,82	-	-	-	545.260,82
Outras contas a pagar	780.133,09	-	-	-	780.133,09
Imposto sobre o rendimento a pagar	7.501,18	-	-	-	7.501,18
Total passivos financeiros	8.658.834,20	-	8.658.834,20	-	8.658.834,20
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-
Total passivo	8.658.834,20	-	-	-	8.658.834,20
31.12.2021					
	Custo Amortizado	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	38.909,42	-	-	-	38.909,42
Clientes	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	787.154,00	-	-	-	787.154,00
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	7.308,65	-	-	7.308,65
Imposto sobre o rendimento a receber	96,71	-	-	-	96,71
Total ativos financeiros	826.160,13	7.308,65	-	-	833.468,78
Outros ativos não financeiros	-	-	-	18.777.375,56	18.777.375,56
Total ativo	826.160,13	7.308,65	-	18.777.375,56	19.610.844,34
Passivos					
Financiamentos obtidos	8.110.503,15	-	-	-	8.110.503,15
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-
Fornecedores	368.169,18	-	-	-	368.169,18
Outras contas a pagar	833.796,90	-	-	-	833.796,90
Total passivos financeiros	9.312.469,23	-	-	-	9.312.469,23
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-
Total passivo	9.312.469,23	-	-	-	9.312.469,23

10. Justo valor de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros

31 de dezembro de 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	9.507,12	-	-	9.507,12
	9.507,12	-	-	9.507,12

31 de dezembro de 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7.308,65	-	-	7.308,65
	7.308,65	-	-	7.308,65

Os montantes dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, referem-se aos valores pagos para o fundo de compensação do trabalho (FCT) ao abrigo da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

11. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados da Fundação correspondem às contribuições efetuadas para o Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT").

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor posteriores registadas em resultados do exercício.

Os movimentos registados na rubrica de ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentados como segue:

	2022	2021
A 1 de janeiro	7.308,65	4.733,40
Dotações	2.759,68	2.199,41
Variações de justo valor	(561,21)	375,84
Utilizações	-	-
A 31 de dezembro	9.507,12	7.308,65

12. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - Não-grupo	86,36	-	86,36	-	-	-
	86,36	-	86,36	-	-	-
Imparidade clientes	-	-	-	-	-	-
Clientes	86,36	-	86,36	-	-	-

No final do exercício de 2021, não se verificou nenhum montante em aberto na rubrica de perdas de imparidade, não se tendo verificado, para o exercício de 2022, quaisquer variações.

Não se verificaram saldos vencidos com imparidade para os períodos apresentados.

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade para os períodos apresentados é a seguinte:

	2022	2021
de 6 a 12 meses	86,36	-
Total	86,36	-

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

Foi revisto o modelo de imparidade, com base no que é o “forward looking” definido pela IFRS 9 e não existe a esta data a necessidade do reconhecimento de perdas por imparidade na rubrica de outras contas a receber ou clientes.

13. Outras Contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de Outros contas a receber, é como se segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de rendimentos i)	-	-	-	7.178,82	-	7.178,82
Diferimentos ativos ii)	10.910,76	-	10.910,76	11.076,72	-	11.076,72
Outros devedores iii)	6.574,05	-	6.574,05	755.422,46	-	755.422,46
Adiantamento a fornecedores	6.648,88	-	6.648,88	15.600,00	-	15.600,00
	24.133,69	-	24.133,69	789.278,00	-	789.278,00
Imparidade	(2.124,00)	-	(2.124,00)	(2.124,00)	-	(2.124,00)
Outras contas a receber	22.009,69	-	22.009,69	787.154,00	-	787.154,00

i) Acréscimos de rendimentos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Juros a Receber	-	-	-	7.178,82	-	-
	-	-	-	7.178,82	-	-

ii) Diferimentos ativos – a decomposição dos diferimentos ativos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com fornecimentos e serviços externos	10.910,76	-	10.910,76	7.103,49	-	7.103,49
Gastos com o Pessoal	-	-	-	3.973,23	-	3.973,23
Diferimentos ativos	10.910,76	-	10.910,76	11.076,72	-	11.076,72

iii) Outros devedores – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores - grupo	-	-	-	750.000,00	-	750.000,00
Outros devedores - não grupo	6.574,05	-	6.574,05	5.422,46	-	5.422,46
Outros devedores	6.574,05	-	6.574,05	755.422,46	-	755.422,46

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica inclui, essencialmente, o montante de 750.000,00 euros da subsidiária Oceanário, tendo sido reembolsado na sua totalidade em 2022. No decorrer do primeiro semestre de 2021, a Fundação prestou à sua subsidiária Oceanário de Lisboa um empréstimo de curto prazo no montante de 2.000.000,00 euros, dos quais 1.250.000 euros foram reembolsados em 2021 e o remanescente em 2022.

A 31 de dezembro de 2021 foi criada uma imparidade no montante de 2.124,00 euros sobre um saldo a receber de terceiros, não havendo alteração deste montante a 31 de dezembro de 2022. Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	2.247,84	244,97
Depósitos bancários	1.833.213,22	38.664,45
Caixa e equivalentes de caixa	1.835.461,06	38.909,42

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	2.247,84	244,97
Depósitos bancários	1.833.213,22	38.664,45
Caixa e equivalentes de caixa (Ativo)	1.835.461,06	38.909,42
Descobertos bancários	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (Passivo)	-	-
	1.835.461,06	38.909,42

15. Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, os fundos da Fundação Oceano Azul, no montante de 7.171.829 euros, encontravam-se totalmente subscritos e realizados e referem-se às dotações da Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e detalham-se da seguinte forma:

Dotação em espécie: 6.921.829 euros

Dotação em dinheiro: 250.000 euros

A dotação inicial da Fundadora em espécie refere-se à transmissão de uma participação financeira da entidade Waterventures.

16. Outras reservas

A rubrica “Outras reservas” apresenta os seguintes valores em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras	Total
A 1 de janeiro de 2021	(849.928,76)	585.598,53	(264.330,23)
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
A 31 de dezembro de 2021	(849.928,76)	585.598,53	(264.330,23)
Aplicação de resultados	-	-	-
Ajustamentos relacionados com o Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-
A 31 de dezembro de 2022	(849.928,76)	585.598,53	(264.330,23)

A rubrica de “Ajustamentos em ativos financeiros” reflete as diferenças originadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial nos capitais próprios das participadas.

A rubrica de Outras no montante de 585.598,53 euros refere-se ao valor registado em Fundos Patrimoniais resultante da incorporação da Waterventures no ano de 2017.

Estes valores só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados (nr. 2 art.º 32 do CSC).

17. Outras variações nos fundos patrimoniais

As rubricas “Outras variações nos fundos patrimoniais” registaram os seguintes movimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Outras variações nos fundos patrimoniais	Total
A 1 de janeiro de 2021	(297.417,16)	(297.417,16)
Dissolução do Swap	245.000,00	245.000,00
Varição justo valor Swap	52.417,16	52.417,16
A 31 de dezembro de 2020	-	-
	Outras variações nos fundos patrimoniais	Total
A 1 de janeiro de 2022	-	-
Dissolução do Swap	-	-
Varição justo valor Swap	-	-
A 31 de dezembro de 2022	-	-

Durante o exercício de 2021 a Fundação dissolveu junto do Santander Totta o derivado de cobertura (SWAP), tendo reclassificado o montante para o resultado líquido do exercício, na rubrica “Gastos financeiros” (Nota28), conforme preconizado pelas IFRS.

18. Financiamentos obtidos

A classificação dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários i)						
Santander Totta	1.572.203,14	5.003.735,97	6.575.939,11	1.534.564,04	6.575.939,11	8.110.503,15
Financiamentos entre empresas do grupo ii)						
Oceanário de Lisboa	750.000,00	-	750.000,00	-	-	-
	2.322.203,14	5.003.735,97	7.325.939,11	1.534.564,04	6.575.939,11	8.110.503,15

I. O empréstimo bancário foi contraído junto do SantanderTotta, a 28 de setembro de 2015, no montante inicial de 15.000.000,00 euros, com o prazo de 10 anos.

Para este financiamento bancário foi contratado com o Banco Santander Totta um derivado de cobertura com o objetivo de cobrir o risco de variação de taxa de juro do financiamento contratado e respetivos cash flows.

Este financiamento foi originalmente contratado pela Waterventures com o objetivo de aquisição das ações do Oceanário de Lisboa, S.A. Com a extinção da Waterventures e a incorporação dos seus ativos e passivos na Fundação Oceano Azul, esta última assumiu a obrigação perante este financiamento.

Durante o exercício de 2021, a Entidade dissolveu o contrato referente ao derivado de cobertura acima referido, tendo realizado junto do Santander Totta um novo financiamento no montante de 245.000,00 euros, para liquidação das responsabilidades associadas aquela dissolução. O valor remanescente do empréstimo inicial de longo prazo de 15.000.000,00 euros foi renegociado para uma taxa de juro fixa de 1,77%.

II. No segundo semestre de 2022, a Fundação Oceano Azul recebeu do Oceanário de Lisboa, um empréstimo de curto prazo no montante de 750.000,00 euros, vencendo juros à taxa de Euribor 12M e spread 1,250%.

Empréstimos

As maturidades dos financiamentos da Fundação são como segue:

Santander Totta

	2022	2021
Até 1 ano	1.572.203,14	1.534.564,04
Entre 2 e 5 anos	5.003.735,97	6.575.939,11
	6.575.939,11	8.110.503,15

Oceanário de Lisboa

	2022	2021
Até 1 ano	750.000,00	-
	750.000,00	-

A variação dos financiamentos da Fundação são como segue:

	SantanderTotta	Oceanário
1 de janeiro de 2022		
Valor inicial	8.110.503,15	-
Movimento de 2022		
Aumentos:	-	750.000,00
Diminuições	(1.534.564,04)	-
31 de dezembro de 2022		
	-	-
Saldo final	6.575.939,11	750.000,00

	SantanderTotta	Oceanário
1 de janeiro de 2021		
Valor inicial	9.372.800,00	-
Movimento de 2021		
Aumentos:	245.000,00	-
Diminuições	(1.507.296,85)	-
31 de dezembro de 2021		
	-	-
Saldo final	8.110.503,15	-

19. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Fornecedores é como segue:

Descrição	2022	2021
Fornecedores - Não-grupo	481.560,57	350.413,59
Fornecedores - Grupo	63.700,25	17.755,59
Total saldo fornecedores	545.260,82	368.169,18

20. Imposto sobre o rendimento a receber/ a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	7.501,18	96,71	-
	-	7.501,18	96,71	-

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2022	2021
Imposto Corrente		
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	3.382,33	3.133,68
Estimativa de IRC	(10.883,51)	(3.036,97)
Total	(7.501,18)	96,71

O valor de retenções na fonte de 2022 é relativo à aplicação da taxa de 25% sobre os juros pagos pelo Oceanário de Lisboa, referente ao empréstimo de 2.000.000 euros concedido pela Fundação.

21. Outras contas a pagar e responsabilidade com locações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de Outras contas e responsabilidade com locações a pagar é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de gastos i)	716.964,46	-	716.964,46	765.737,65	-	765.737,65
Estado e outros entes públicos ii)	56.276,65	-	56.276,65	66.012,46	-	66.012,46
Responsabilidade com locações	2.547,38	-	2.547,38	-	-	-
Outros credores	4.344,60	-	4.344,60	2.046,79	-	2.046,79
Outras dívidas a pagar	780.133,09	-	780.133,09	833.796,90	-	833.796,90

i) Acréscimos de gastos – o detalhe desta sub-rubrica é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos com o pessoal	91.698,72	-	91.698,72	88.269,60	-	88.269,60
Gastos fornecimentos e serviços externos	614.226,83	-	614.226,83	670.417,80	-	670.417,80
Gastos com o financiamento	11.038,91	-	11.038,91	7.050,25	-	7.050,25
Acréscimos de gastos	716.964,46	-	716.964,46	765.737,65	-	765.737,65

ii) Estado e outros entes públicos – a decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Retenções imposto sobre o rendimento	15.861,16	-	15.868,75	-
IVA	27.804,09	-	31.664,74	-
Contribuições para a segurança social	12.611,40	-	18.478,97	-
	56.276,65	-	66.012,46	-

22. Doações e legados à exploração

Durante o período, findo a 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram imputadas ao rendimento as seguintes doações:

	2022	2021
Donativos Fundadores	4.696.800,00	3.000.000,00
Donativos - entidades terceiras	722.413,64	135.893,78
	5.419.213,64	3.135.893,78

A rubrica de donativos entregues pela Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE nos montantes de 4.500.000 euros e 3.000.000,00 euros, respetivamente em 2022 e 2021, refere-se ao compromisso mencionado nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com o Banco Santander e com a empresa mãe. Adicionalmente a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V. fez um donativo de 196.800 euros para o programa capacitação para uma nova bioeconomia azul.

2022

/ 4.500.000,00 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2022.

/ 196.800,00 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., durante o ano de 2022.

2021

/ 3.000.000,00 euros recebidos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE durante o ano de 2021.

Em 2022 e 2021, a Fundação recebeu donativos nos montantes de 722.413,64 euros e 135.893,78 euros, respetivamente, de várias entidades terceiras.

23. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Trabalhos especializados	1.658.403,41	904.440,01
Publicidade e propaganda	13.347,53	34.380,40
Honorários	227.343,94	86.552,15
Conservação e Reparação	8.621,17	1.335,11
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.206,24	327,32
Material de escritório	717,89	5.835,60
Artigos para oferta	2.942,36	1.204,09
Energia e fluídos	11.266,71	6.757,14
Deslocações, estadas e transportes	82.454,08	53.763,77
Rendas e alugueres	20.477,74	26.293,65
Comunicação	7.830,17	7.352,24
Seguros	6.025,34	6.673,56
Despesas de representação	106.691,65	30.056,28
Outros serviços	48.723,67	26.067,26
Fornecimentos e serviços externos	2.196.274,80	1.192.868,79

24. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2022 e 2021, foram como segue:

	2022	2021
Remunerações		
Orgãos sociais	148.685,37	257.285,84
Pessoal	507.035,21	402.193,94
Sub-total	655.720,58	659.479,78
Outros encargos		
Encargos sobre remunerações	121.913,93	135.435,63
Seguros de acidentes de trabalho	4.168,14	3.963,00
Indemnizações	4.553,41	-
Outros	52.577,10	27.469,36
Sub-total	183.212,58	166.867,99
Gastos com o pessoal	838.933,16	826.347,77

O número médio de colaboradores da Fundação em 2022 foi de 14 (2021: 12).

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação tinha 14 e 13 colaboradores, respetivamente, em que 13 (2021: 12) são remunerados mensalmente, 1 (2021:1) em base trimestral.

25. Variações de justo valor

A rubrica de variações de justo valor, no exercício de 2022 e 2021, no montante de (561,21) euros e 375,84 euros, respetivamente, refere-se à atualização da valorização do Fundo de compensação de Trabalho ("FCT") (nota 11).

26. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de Outros rendimentos em 2022 e 2021 é apresentado no quadro seguinte:

	2022	2021
Diferenças de câmbio favoráveis	73,66	-
Outros não especificados	3.220,07	23.852,49
	3.293,73	23.852,49

27. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos em 2022 e 2021 é apresentado no quadro seguinte:

	2022	2021
Impostos	6.155,04	2.479,77
Correções relativas a períodos anteriores	6.531,31	2.128,29
Donativos	522.571,06	372.965,45
Quotizações	500,00	600,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	28,13	-
Ofertas e amostras de inventários	-	40,00
Outros não especificados	364,50	50.168,75
	536.150,04	428.382,26

Os montantes espelhados na rubrica de donativos, dizem respeito a verbas pagas a entidades parceiras que desenvolvem junto com a Fundação diversos projetos ambientais, tais como, apoio à criação de áreas marinhas protegidas, apoio às pescas sustentáveis, desenvolvimento do network nacional e internacional dedicado aos oceanos e apoio à inovação e bio economia dos oceanos.

28. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros em 2022 e 2021 é como segue:

	2022	2021
Gastos financeiros		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	137.363,47	218.391,04
Empréstimos empresas do grupo	5.322,62	-
Outros gastos financeiros (i)	343,10	283.743,07
	143.029,19	502.134,11

	2021	2021
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos		
Empréstimos a empresas do grupo	6.350,52	19.713,53
	6.350,52	19.713,53

i) Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica inclui o montante de 245.000,00 euros relacionada com a dissolução do contrato de Swap (Nota 17).

29. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento do exercício, reconhecido nos resultados de 2022 e 2021 é conforme segue:

	2022	2021
Imposto s/ rendimento corrente	10.883,51	3.036,97
Insuficiência de estimativa de imposto	165,05	520,42
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto sobre o rendimento	11.048,56	3.557,39

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2022	2021
Resultado antes de imposto	5.491.792,87	(3.257.104,97)
Correções para efeitos fiscais		
Gastos não dedutíveis	7.062,16	803.493,46
Anulação efeitos método equivalência patrimonial	(4.536.685,59)	2.723.187,14
Rendimentos não tributáveis	(5.419.213,64)	(3.136.269,62)
	(4.457.044,20)	(2.866.693,99)
Rendimentos tributáveis	-	-
Gastos dedutíveis até à concorrência dos rendimentos	-	-
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	-	-
Tributação autónoma	10.883,51	3.036,97
Imposto s/ rendimento corrente	10.883,51	3.036,97
Insuficiência de Estimativa de IRC	165,05	520,42
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto s/ rendimento	11.048,56	3.557,39
Taxa efetiva de imposto	-0,20%	-0,11%

AA taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento corrente é conforme segue:

	2022	2021
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	21,00%	21,00%

30. Compromissos

30.1 Compromissos com locações

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação em vigor à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021:

2021	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	157,87	-	-
	157,87	-	-

Em 2021, foram consideradas as rendas dos contratos de aluguer de viaturas que não sofreram a aplicação da IFRS 16, derivado do prazo dos respetivos contratos.

Em 2022, não foram considerados para o cálculo das rendas vincendas os contratos, em que, por aplicação da IFRS 16, o reconhecimento das locações no balanço da entidade passou a ser efetuado como um ativo não cor-

rente, referente ao direito de uso do item locado, e como um passivo financeiro, pela obrigação de pagamento dos encargos à locadora.

31. Contingências

31.1 Passivos contingentes

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido, a Fundação constituiu penhor financeiro do direito a receber as dotações pecuniárias definidas pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE e do saldo da sua conta bancária e dos rendimentos resultantes do saldo da mesma.

Para garantia do empréstimo bancário de longo prazo obtido pela sua subsidiária Oceanário de Lisboa S.A, com o objetivo de pagar ao Estado Português a componente inicial do contrato de concessão do direito de exploração dos equipamentos do Oceanário, a Fundação constituiu penhor financeiro a favor do Banco Santander Totta sobre as ações do Oceanário e sobre quaisquer valores que possa ter a haver do Oceanário. Com o mesmo objetivo, o Oceanário constituiu penhor financeiro das suas contas bancárias e dos rendimentos resultantes dos saldos das mesmas.

31.2 Garantias prestadas por terceiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação não tinha quaisquer garantias prestadas por terceiros.

31.3 Ativos contingentes

A Fundação, nos termos do contrato de Aportação de Fundos celebrado com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., tem o direito a receber a título de Dotação Fundação a quantia total de 30.000.000,00 euros, tendo sido já liquidado o montante de 24.000.000,00 euros, restando o valor de 6.000.000,00 euros que será liquidado até 2024. Este recebimento está condicionado à aprovação anual em Assembleia Geral da Fundadora.

32. Partes relacionadas

A Fundação foi criada pela sua Fundadora Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

Remuneração do Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da Fundação foram de 107.999,92 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 240.428,67 euros).

Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração auferida pelo Conselho Fiscal ascendeu a 10.455,00 euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 9.963,00 euros).

Transações entre partes relacionadas

a. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

i. *Sócios-Fundadores*

Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE.

ii. *Subsidiárias*

Oceanário de Lisboa, S.A.

iii. *Outras entidades do Grupo:*

Unilever Fima.

MiMed - Cuidados de Saúde, S.A.

Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.

b. Transações e saldos pendentes

i. *Sócios-Fundadores*

Vendas e compras de serviços

Durante os exercícios de 2022 e 2021, o Grupo efetuou as seguintes transações com o sócio fundador:

	2022	2021
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos/Donativos		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, SE	4.500.000,00	3.000.000,00
Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.	196.800,00	-
	4.696.800,00	3.000.000,00

ii. Subsidiárias:**Vendas e compras de serviços**

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Entidade efetuou as seguintes transações com o Oceanário de Lisboa, S.A.:

	2022	2021
Rendimentos		
Serviços prestados/Outros rendimentos		
Oceanário de Lisboa, S.A.	580,00	-
	580,00	-
Rendimentos financeiros		
Oceanário de Lisboa, S.A.	6.350,52	19.713,54
	6.350,52	19.713,54
	2022	2021
Gastos		
Gastos financeiros		
Oceanário de Lisboa, S.A.	5.322,62	-
Serviços/Outros gastos		
Oceanário de Lisboa, S.A.	2.833,00	4.879,12
	8.155,62	4.879,12

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2022	2021
Financiamentos obtidos		
Empresas do Grupo		
Oceanário de Lisboa, S.A.	750.000,00	-
Outras dívidas a pagar		
Oceanário de Lisboa, S.A.	-	620,01
	750.000,00	620,01
Fornecedores		
Oceanário de Lisboa, S.A.	28.280,25	17.755,59
	28.280,25	17.755,59
Juros a pagar		
Oceanário de Lisboa, S.A.	5.322,62	-
	5.322,62	-
	2021	2020
Financiamentos concedidos		
Empresas do Grupo		
Oceanário de Lisboa, S.A.	-	750.000,00
	-	750.000,00
Juros a receber		
Oceanário de Lisboa, S.A.	-	7.178,82
	-	7.178,82

iii. Outras entidades do Grupo:**Vendas e compras de serviços:**

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Entidade efetuou as seguintes transações com as restantes entidades do Grupo.:

	2022	2021
Compras de serviços/Outros gastos		
Unilever FIMA, Lda.	-	112,13
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	309.839,52	-
miMed - Cuidados de Saúde, S.A.	1.221,50	3.778,00
	311.061,02	3.890,13

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2022 e 2021, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	2022	2021
Fornecedores		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	35.420,00	-
	35.420,00	-
Outras dívidas a pagar		
Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.	132.000,00	-
	132.000,00	-

33. Eventos subsequentes

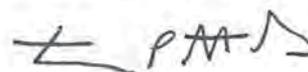
Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado


João Pedro Eloi Lopes Banza, número 37215

O Conselho de Administração


José Soares dos Santos



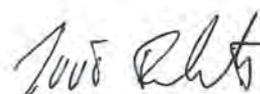
Tiago Pitta e Cunha



Emanuel Gonçalves



R. Andreas Kraemer



João Falcato Pereira





CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Fundação Oceano Azul (a “Entidade” ou “Fundação”) e sua subsidiária (o “Grupo”), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 65.495.068 euros e um total de fundo de capital de 15.779.119 euros, incluindo um resultado líquido de 5.480.744 euros), a demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Grupo Fundação Oceano Azul em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

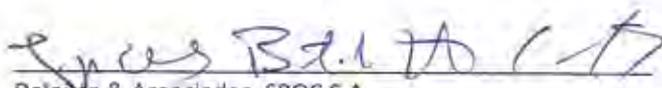
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

Registo na OROC n.º 992

Registo na CMVM n.º 20160607

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Oceano Azul (a “Entidade” ou “Fundação”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 24.437.954 euros e um total de fundo de capital de 15.779.119 euros, incluindo um resultado líquido de 5.480.744 euros), a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Oceano Azul em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Fundação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.1 do Anexo, as participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Fundação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Fundação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Fundação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Fundação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Fundação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

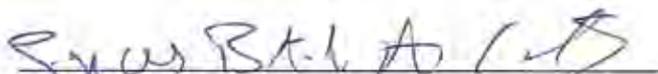
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Fundação, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC
Registo na OROC n.º 992
Registo na CMVM n.º 20160607





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Curadores,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Fundação Oceano Azul ("Fundação"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Fundação, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Fundação as informações e os esclarecimentos solicitados.

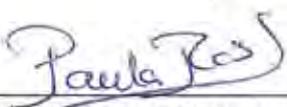
No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022, a demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022 preparado pelo Conselho de Administração.

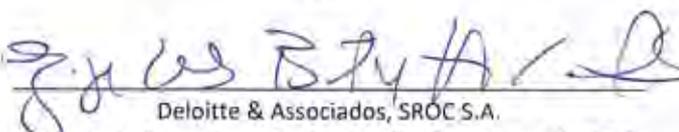
Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as Contas Consolidadas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, e que damos aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em reunião do Conselho de Curadores.

Lisboa, 22 de março de 2023


Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos
(Presidente)


Paula Alexandra do Nascimento Prado Rosa
(Vogal)


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC
Registo na OROC nº 992
Registo na CMVM nº 20160607
(Vogal)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Fundação Oceano Azul ("Fundação"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Fundação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Fundação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

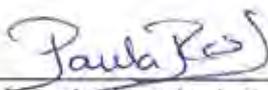
Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, e que damos aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em reunião do Conselho de Curadores.

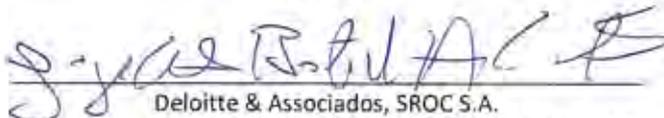
Lisboa, 22 de março de 2023



Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos
(Presidente)



Paula Alexandra do Nascimento Prado Rosa
(Vogal)



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC
Registo na OROC nº 992
Registo na CMVM nº 20160607
(Vogal)



OCEANO AZUL
fundação